

# **o Observador**

**ECONÔMICO E FINANCEIRO**

**O pan-americanismo  
vai começar agora**

**CADA CANDIDATO GASTARÁ  
UM BILHÃO NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 1960**

**Um documentário sôbre o  
planejamento amazônico**



No corte de madeira — Paraná

P. O. Nascimento, 1961

**PARA SERVIÇOS RUDES**

# Jeep®

**TRAÇÃO NAS 4 RODAS**

**O VEÍCULO MAIS ÚTIL DO MUNDO**

Sólido, robusto e potente, o Jeep brasileiro executa as mais rudes tarefas impulsionado pelo seu motor de 90 HP-6 cilindros. Na fazenda opera implementos agrícolas, puxa carrêtas e transporta cargas diversas, substituindo veículos de maior preço e porte. Com sua tração nas 4 rodas passa onde outros ficam, proporcionando transporte seguro para passageiros e carga. Lado a lado com o homem do campo, o Jeep contribui para o desenvolvimento econômico do Brasil. Mas, tenha em conta "Se não é Willys não é Jeep® ou Jipe®"



**WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S.A.** CONCESSIONÁRIOS EM TODO O PAÍS

# O OBSERVADOR

ECONÔMICO E FINANCEIRO

PROPRIEDADE DA EDITORA "O OBSERVADOR" S. A.

JANEIRO DE 1960

ANO XXIV

N.º 287

## EXPEDIENTE

### ENDEREÇO:

Edifício Presidente Carlos de Campos, Avenida Graça Aranha, 182, 9.º andar, Caixa Postal, 3 114. Telegráfico — Observador. Telefones: Redação, 22-5111 Ramal 13 — Assinaturas, 42-5519 — Diretoria, 42-6995.

### Diretora-Geral:

MARINETTE BOUÇAS

### Redação:

JOSÉ AUGUSTO GUERRA  
AFRÂNIO MELO

### Colaboradores

ANTÔNIO FRAGA  
ARY S. ÁVILA  
ELIEZER STRAUCH  
JOSÉ GARRIDO TÔRRES  
LUÍS GUTEMBERG  
MAURO SANTAYANA  
NEWTON CARLOS  
SANTANA JUNIOR  
VALENTIM BOUÇAS

### ASSISTENTE PARA RELAÇÕES PÚBLICAS:

Raymundo de Carvalho

### PUBLICIDADE COMERCIAL:

Leber Propaganda Ltda.

RIO: Largo de S. Francisco, 26 — Sala 705 — Telefone: 23-3553.

SÃO PAULO: Rua 24 de Maio, 104, 9.º and. Conj. A — Fone: 33-6060.

### ASSINATURAS:

Brasil:	Um ano .....	Cr\$ 600,00
	Dois anos .....	Cr\$ 900,00
	Três anos .....	Cr\$ 1.200,00
	Um ano via aérea .....	Cr\$ 800,00
Exterior:	Américas do Sul e Central .....	Cr\$ 1.200,00
	Por um ano — Demais Países .....	US\$ 10,00

### VENDA:

Exemplar avulso ..... Cr\$ 80,00

Nota: Toda importância deve ser remetida por CHEQUE BANCÁRIO, pagável no Rio de Janeiro, D.F., em nome de EDITORA "O OBSERVADOR" S/A. Os pedidos de exemplares atrasados devem vir acompanhados do respectivo valor, em cheque ou selos do correio.

(\*) — As reclamações referentes ao não recebimento da revista expedida devem ser feitas à Redação nos prazos de 3 meses para os assinantes do Interior e 1 mês para os assinantes da Capital.

## SUMÁRIO

### EDITORIAIS

A propósito da visita de Eisenhower  
Cooperação  
Argentina  
México  
Bombas  
Grupos  
Os dez mais

### ARTIGOS E REPORTAGENS

Diplomacia dá as Mãos à Economia .....	6
E. U. A. Tomam o rumo Sul .....	16
Eleições — Cada Candidato Vai Gastar um Bilhão .....	20
(Luis Gutemberg)	
Já existe no Brasil Comércio de Idéias ...	24
(Eliezer Strauch)	
Belo Horizonte Vive o Drama de Cidade Planejada .....	28
(Mauro Santayana)	
São Gonçalo, Manchester Fluminense .....	32
(Antônio Fraga)	
Amazônia — Uma Conquista de Nosso Tempo .....	34
Substância Econômica para a Idéia da OPA .....	75
(José Garrido Tôrres)	

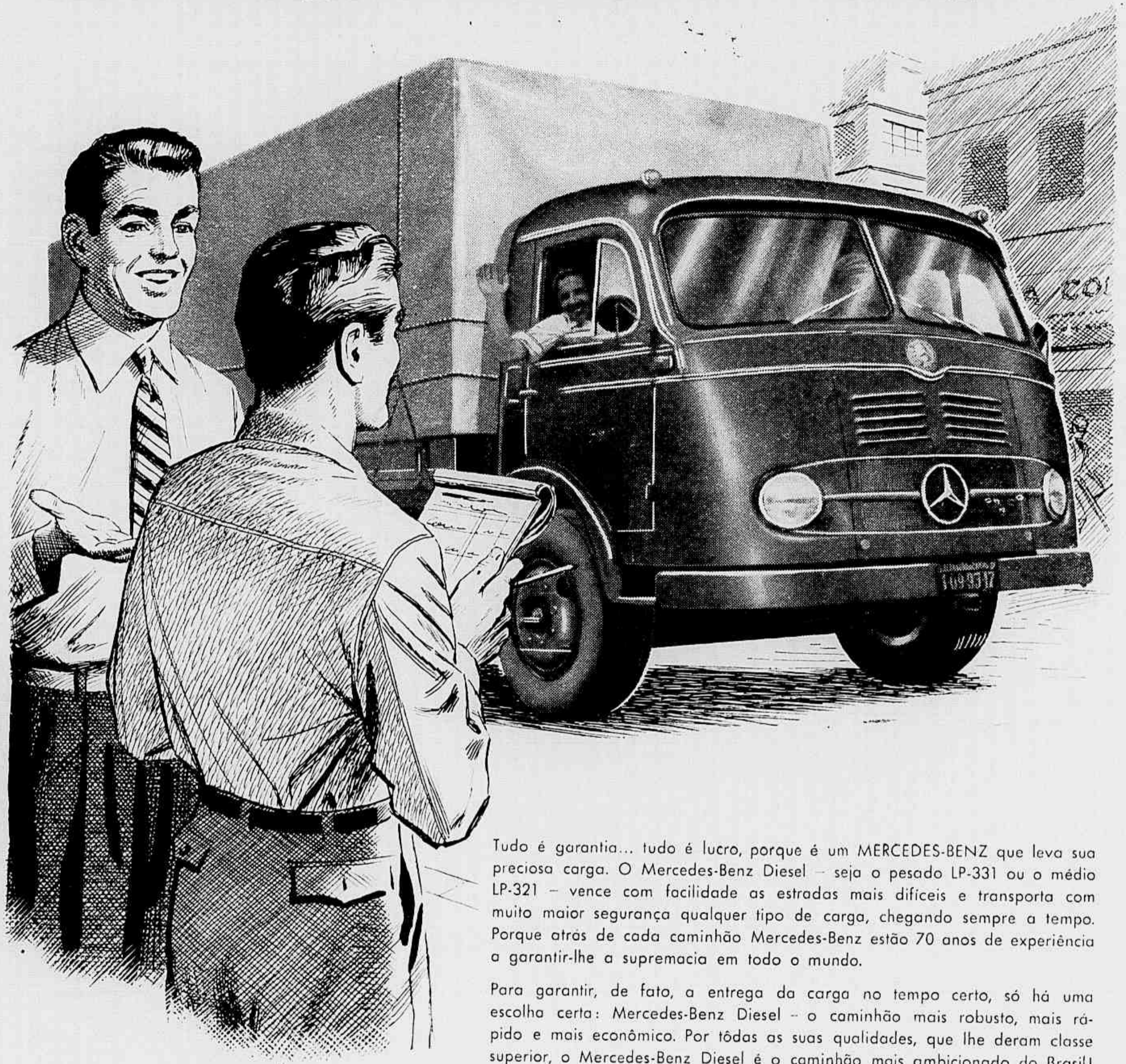
### SEÇÕES:

Economia & Negócios — A Inflação Visita o Dólar .....	9
(Santana Júnior)	
Observações Financeiras — Sociedades de Crédito e de Investimentos .....	79
(Ary S. Ávila)	

— As opiniões expendidas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Composta e impressa em REGIONAL-Artes Gráficas — General Caldwell, 288-A — Fone: 32-1811

# COM ÊSTE a carga sempre chega!



Tudo é garantia... tudo é lucro, porque é um MERCEDES-BENZ que leva sua preciosa carga. O Mercedes-Benz Diesel – seja o pesado LP-331 ou o médio LP-321 – vence com facilidade as estradas mais difíceis e transporta com muito maior segurança qualquer tipo de carga, chegando sempre a tempo. Porque atrás de cada caminhão Mercedes-Benz estão 70 anos de experiência a garantir-lhe a supremacia em todo o mundo.

Para garantir, de fato, a entrega da carga no tempo certo, só há uma escolha certa: Mercedes-Benz Diesel – o caminhão mais robusto, mais rápido e mais econômico. Por tôdas as suas qualidades, que lhe deram classe superior, o Mercedes-Benz Diesel é o caminhão mais ambicionado do Brasil!

Para o transporte de cargas próprias ou serviços de aluguel,  
V. pode confiar sempre num MERCEDES-BENZ Diesel.

Sua boa estrêla em  
qualquer estrada



**MERCEDES-BENZ**  
**DO BRASIL S.A.**

SÃO BERNARDO DO CAMPO - SÃO PAULO

Fabricante do 1º motor Diesel para caminhão produzido no Brasil

## A Propósito da Visita de Eisenhower

*A HONROSA visita do Presidente Eisenhower ao Brasil, neste momento histórico em que nos aprestamos para transferir, do litoral para o centro do território pátrio, a sede do Govêrno da União, a Capital da República, constitui feliz oportunidade para um reexame, em conjunto, das relações entre o nosso País e os Estados Unidos. A presença do mais alto dignatário norte-americano em Brasília empresta, sem a menor dúvida, à sua próxima inauguração, o sentido que os estudiosos da economia brasileira lhe atribuem — o de instrumento de vivificação do interior do País, de uma mais equilibrada distribuição da riqueza e do bem-estar. E a visita de Eisenhower demonstra que o povo norte-americano, na pessoa de seu Comandante, está perfeitamente sintonizado com o nosso procedimento, por compreender a sua importância e o seu objetivo, e nos vem trazer a sua solidariedade e o seu estímulo.*

*O encontro Eisenhower-Kubitschek pode e deve representar a retomada de um caminho, que os dois Países irmãos precisam palmilhar juntos, pois comum é o seu destino, dentro do continente americano. E se este caminho se encontrava até ontem, e talvez ainda se encontre hoje, com alguns obstáculos a vencer, então que as luzes do entendimento surjam e se avivem, para que se restaure a confiança recíproca e os dois povos possam marchar unidos na busca de dias melhores.*

*Nos 45 anos de experiência que tenho da realidade norte-americana, nas 61 viagens que fiz aos Estados Unidos, no curso das quais mantive contato com a alta administração daquele País, com seus círculos financeiros e econômicos, seus homens de empresa, suas universidades, os pacatos cidadãos da rua, durante todo esse tempo não apenas participei de conferências e de discussões formais. Fiz, especialmente, observações que me permitem compreender os motivos por que se deterioraram as relações entre os nossos dois países, nos últimos tempos, e afirmar que as linhas do bom entendimento podem ser retomadas, especialmente se este fôr o propósito dos dois Governos.*

\* \* \*

*O Brasil desenvolveu em ritmo acelerado o seu setor industrial, mas não vem cuidando, como devia, das atividades rurais. As recentes compras de feijão, de banha, de manteiga, sem falar do trigo, que fomos forçados a realizar nos Estados Unidos, para complemento do consumo interno, indica que o descompasso de desenvolvimento, dos dois setores básicos da economia — o industrial e o agropecuário —, começa a apresentar sintomas inquietantes. A febre de crescimento que se apossou das cidades, por força do estímulo à instalação de fábricas e do amparo que a legislação social oferece ao trabalhador urbano, se contrapõe à*

estagnação das atividades agrícolas e pecuárias, em conjunto, ao desestímulo que experimenta o homem do campo, relegado sempre a plano secundário.

Nos Estados Unidos, contudo, a situação é inversa. Lá, um homem aplicado no trabalho do campo sustentava, em passado recente, 3 habitantes de cidades, e agora, em conseqüência do progresso tecnológico, pode sustentar 15 cidadãos residentes nos centros urbanos. O desenvolvimento industrial nos Estados Unidos, que o transformaram em potência de primeira grandeza, corre paralelo ao desenvolvimento agropecuário.

A pujança das atividades rurais, naquele País, o levaram à condição de maior exportador de gêneros alimentícios, no mundo inteiro. Verifica-se, assim, que não há qualquer incompatibilidade entre a indústria e a agricultura; ao contrário, uma serve de suporte à outra, ambas se completam e se harmonizam.

\* \* \*

Está entre nós, servindo como Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, um velho e experimentado amigo nosso: John Moors Cabot. Conhece nossa gente e nossos problemas. Ninguém melhor do que ele para traduzir de viva voz, ao seu Presidente, a sugestão que a experiência construiu em meu pensamento.

A sugestão é a seguinte: — Por que não estabelecem os Estados Unidos e o Brasil um plano de cooperação técnica e financeira, em função do qual se pudesse aplicar a experiência norte-americana no desenvolvimento da agricultura brasileira, especialmente nos setores dos alimentos e das matérias-primas de largo consumo industrial por parte dos dois Países?

A significação de uma iniciativa dessa categoria, aliada à interiorização da Capital da República, seria extraordinária para o futuro econômico e político de nossa Pátria. As obras do São Francisco, as rodovias que o Presidente Kubitschek está dando ao Brasil, são, desde agora, grandes canais por onde pode ser escoada toda a produção agrícola que viermos a obter, no interior do País. E para obtê-la, é preciso aplicar-se grande massa de recursos financeiros e técnica moderna.

O Governo brasileiro deve, com urgência, elaborar um plano de multiplicação dos produtos da terra, não só para satisfação das exigências do mercado interno como, também, para exportação dos excedentes. É este, sem dúvida, um dos grandes remédios que nos há de salvar das dificuldades presentes e há de preparar, para o povo brasileiro, um futuro próspero e tranqüilo. Será em resumo, a grande produção agrícola cooperando eficazmente na destruição dos males da inflação!

\* \* \*

Os Estados Unidos, que ofereceram à Europa, através de Marshall, elementos de restauração e desenvolvimento, bem poderiam hoje, através de Eisenhower, cooperar com o Brasil para que nos coloquemos entre as grandes nações produtoras de alimentos, eliminando as áreas de subnutrição que ainda hoje se apresentam em nosso território, e contribuindo, com a nossa presença nos mercados mundiais, na grande batalha, de que eles são pioneiros, contra a miséria e a fome.

Teriam os Estados Unidos, dessa forma, a oportunidade de corrigir o seu maior erro político e econômico, em relação ao Brasil e, por certo, em relação a toda a América Latina, que foi a dissolução abrupta da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico.

## Cooperação

OS Estados Unidos estão empenhados em evitar uma guerra econômica no Ocidente. Ao mesmo tempo, procuram fazer com que os países desenvolvidos

juntem-se num esforço total, em favor dos países subdesenvolvidos.

Os dois assuntos foram tratados na Conferência Econômica Ocidental, que contou com a presença de representantes dos treze países europeus que se organizaram em blo-

cos econômicos. Lá estavam os "sete" (Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Noruega, Suíça e Portugal) e os do Mercado Comum (França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha Ocidental e Itália).

A decisão mais importante foi a aprovação de um projeto que conduzirá à criação de uma nova organização ocidental de comércio e auxílio, que substituirá a Organização Européia de Cooperação Econômica. Tudo indica que os dois objetivos principais (evitar uma guerra econômica e ajuda aos países subdesenvolvidos) estão a caminho de serem atingidos.

## Argentina

NO seu programa de recuperação econômica, o Governo Frondizi continua sofrendo uma forte pressão sindical. Recentemente, o grupo de sindicatos identificado com o movimento peronista declarou-se em estado de rebeldia, determinando aos seus associados que combatam o Governo no terreno que fôr necessário.

Depois da queda de Perón, o movimento sindical argentino, que o ditador unificara numa central (Confederação Geral do Trabalho) com seis milhões de filiados, dividiu-se em dois grupos mais importantes; os "62" (peronistas) e os "32" (socialistas). Numéricamente mais forte, o grupo peronista faz o que pode para sabotar o Governo.

A pressão sindical é uma das maiores responsáveis pelas dificuldades pelas quais passa a Argentina.

## México

TRADICIONALMENTE mais ligados aos Estados Unidos do que aos seus irmãos latinos, o México procura agora descobrir a América Latina. A viagem de 22 dias que o presidente Lopez Mateos faz à Venezuela, Brasil, Argentina, Chile, Bolívia e Peru é o melhor sintoma da disposição mexicana de integrar-se melhor na vida continental.

Quando foi anunciada a viagem, chegou-se a falar que o presidente Mateos estaria reivindicando a liderança do bloco latino-americano. Quando a OPA foi lançada, o México resistiu. Pouco depois, Lopez Mateos visitava o Presidente Eisenhower, assumindo, acreditamos que por força das circunstân-

cias, a posição de porta-voz da América Latina junto ao Governo americano.

Esses fatos pareciam indicar, realmente, um desejo de liderança, o que seria, aliás, legítimo. Mas o espírito da viagem é outro. Sente-se, mesmo, que o grande objetivo do Presidente Mateos é colocar o México junto dos seus irmãos latino-americanos.

### Bombas

TUDO pronto para a bomba atômica francesa, anunciam os comunicados de Paris. Os aviões de passageiros já foram proibidos de voar na zona que circunda Reggane, um oásis na Argélia Central a 965 quilômetros da costa do Mediterrâneo. No resto do Saara francês aconselhou-se que os vôos comerciais sejam feitos acima de três mil metros.

A entrada da França para a relação das potências atômicas iniciará um perigoso processo de vulgarização das armas nucleares. No seu livro "A hora final" ("On the beach"), Nevil Shute conta o fim da humanidade, em 1963, pela tragédia atômica. Nesse ano, segundo o livro, a bomba atômica é uma arma já vulgarizada, nas mãos de chineses, egípcios, canadenses, indianos, japoneses, alemães, franceses, italianos e muitos outros.

Com a bomba francesa, o livro não fica longe da realidade. O processo de vulgarização está em curso.

### Grupos

A CRIAÇÃO de blocos econômicos na Europa poderá isolar comercialmente a América Latina? Essa preocupação foi agora manifestada pela primeira vez, diante da possibilidade de um acordo entre os Estados Unidos e os dois grupos econômicos europeus: os "sete" (Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Noruega, Suíça, Portugal e Áustria) e os "seis" do Mercado Comum (França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Itália).

Na Conferência Econômica Européia, realizada em Paris, os Estados Unidos propuseram medidas de interesse comum, para evitar que o Ocidente seja palco de uma guerra doméstica. Na América Latina, as autoridades econômicas receiam que essas medidas terminem numa associação que venha a prejudicar o nosso continente, através de uma política protecionista para os territórios africanos.

### Os dez mais

ECONOMISTAS e jornalistas credenciados no Ministério da Fazenda votaram os dez fatos econômicos mais importantes de 1959. Coube à criação da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE) o primeiro lugar. Os demais acontecimentos tiveram esta ordem:

- Demissão do gabinete Lucas Lopes e de sua equipe ligada ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Roberto de Oliveira Campos) e Superintendência da Moeda e do Crédito (José Garrido Tôres), tornando sem efeito o Plano de Estabilização Monetária;

- Adiamento da criação de uma zona de comércio livre formada pelo Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Bolívia e Paraguai;

- Primeiros passos para o reatamento das relações comerciais entre o Brasil e a União Soviética;

- Estabelecimento dos primeiros acordos interbancários de comércio e pagamentos com países socialistas: Polônia, Iugoslávia e Alemanha Oriental;

- O incidente com o Fundo Monetário Internacional, pelo qual o Brasil recebeu o "Oscar" do *Financial Times*;

- O dólar ultrapassou a barreira dos Cr\$ 200;

- Aumento recorde do custo de vida: mais 50% em apenas um ano;

- Prática do Acordo de Roboré, sobre o petróleo boliviano;

- Obras para a construção da Usiminas e Cosipa.

Alguns outros poderiam ser anotados e salientados, mas não o foram. Um deles: o aumento das exportações de café, na administração do Sr. Renato Costa Lima (IBC). E, finalmente, ao apagar das luzes de 1959, a Instrução 192, da SUMOC, que passou para o câmbio livre todos os produtos, exceto cacau, café, mamona e petróleo.

Foi um ano de crise financeira, de inflação acelerada, mas também de realizações, porque nenhuma das grandes obras programadas pelo Governo parou. Brasília, Furnas, Três Marias e a rodovia Transbrasiliana prosseguiram em ritmo desenvolvimentista.



Outra mudança: a capa. A vivacidade que vimos dando à revista estava exigindo um tipo de capa, mais atuante e que desse ao leitor uma idéia do tipo de matéria que O OBSERVADOR está agora publicando. Não pretendemos adotar um esquema rígido de capa. Sem perder a vivacidade, ela irá mudando a cada mês.

Começamos este número com uma reportagem sobre o Departamento Econômico do Itamarati. O recente acordo comercial que fizemos com a União Soviética, abrindo as portas de um grande mercado e um grande fornecedor em potencial, chamou a atenção para os homens que fazem esse setor diplomático, lotados no D. E. I. Esses homens trabalham sob a direção do Ministro Edmundo Barbosa da Silva, que chefiou a nossa missão comercial à União Soviética.

Fala-se muito na depreciação do dólar, a moeda mais forte do sistema econômico ocidental. O que há de verdade a respeito dela? Nesta edição os leitores encontrarão um trabalho completo sobre as dificuldades do dólar. Outro assunto de grande importância é um levantamento prévio dos temas que serão debatidos na próxima reunião de cúpula, que levará a Paris, em maio, Eisenhower, Kruchev e Macmillan. Nesse trabalho, os leitores encontrarão elementos para sentir se há ou não perspectiva de um acordo que ponha fim à guerra fria.

Mais um jornalista da nova geração que estréia em O OBSERVADOR: Luís Gutemberg do quadro permanente do "Jornal do Brasil". Gutemberg trata as eleições do ponto-de-vista orçamentário. De quanto deve dispor, para a sua campanha, um candidato às eleições presidenciais? Quanto e por que, responde a reportagem.

No momento em que Eisenhower se prepara para uma viagem a quatro países da América Latina, publicamos um documento sobre a nova era nas relações interamericanas. Esse documento recua até a Conferência de Bogotá, em 1948, ano em que a diplomacia dos Estados Unidos votou um abandono quase completo a esta parte do mundo, que é também América.

A viagem de Eisenhower tornou também oportuna a publicação de uma conferência feita por Garrido Tôres, em Nova Iorque. Nessa conferência o ex-Diretor da SUMOC e atual membro do Conselho Nacional de Economia trata da substância econômica para a idéia da OPA. Documento da maior importância, é publicado entre nós pela primeira vez.

Terminando, recomendamos um grande documentário sobre a conquista da Amazônia, que ocupa nada menos de quarenta páginas da revista. Feito no local por José Augusto Guerra, esse documentário revela um trabalho de gigantes que brasileiros do sul e do centro pouco conhecem.

Marinette Bouças

## DIPLOMACIA DÁ AS MÃOS À ECONOMIA

**D**AS janelas do departamento que ocupou no Hotel Metrópole, em Moscou, recordou o Ministro Barbosa da Silva:

— “Há 100 anos, o enviado brasileiro à Corte Imperial russa foi um antepassado meu, Paulo Barbosa da Silva. É uma estranha coincidência que eu volte aqui em circunstâncias iguais”.

O diplomata brasileiro avistava uma parte do Kremlin, a Biblioteca Lenin, o Hotel Moscou e o Teatro Bolshoi. Um século separa os dois Barbosa da Silva. No Brasil, um regime republicano à procura de mais mercados. Na União Soviética, uma experiência socialista cansada de 40 anos de enclausuramento, querendo conhecer o resto do mundo.

Edmundo Penna Barbosa da Silva, Ministro de Primeira Classe do Itamarati não foi a Moscou, à frente da Missão Comercial brasileira, gratuitamente. Durante muito tempo, ele formou entre os que combatiam o restabelecimento de relações comerciais com a União Soviética. Mas o envio de uma missão que negociasse com os homens de Kremlin foi uma vitória do órgão que dirige, depois de uma luta contra órgãos do mesmo Ministério e oposição cerrada dentro de próprio Governo.

Na diplomacia brasileira, um fato novo atrai a atenção de quantos se interessam pela nossa política externa: a ascensão do Departamento Econômico e Comercial do Itamarati a estrela de primeira grandeza, depois de toda uma existência relegado a plano inferior, sem nenhuma voz ativa nas decisões do Governo. O Ministro Barbosa da Silva (nascido em Minas a 11-2-17, bacharel pela Faculdade de Direito em 1937,



Ministro Barbosa da Silva em Moscou



cônsul por concurso em 1939) dirige o DEC desde agosto de 1954. Depois de dois anos como adido à Embaixada em Londres, voltou ao Brasil em 1942, nunca mais tendo saído para um posto permanente no Exterior. Foi, agora, chefe da primeira delegação comercial brasileira a visitar Moscou, em 12 anos, fato que se deveu, principalmente, à ação do Departamento Econômico e Comercial do Itamarati.

### Os Economistas

Uma categoria profissional começa a surgir, entre nós: a de economista. Atualmente, a opinião pública já conhece a figura do economista, como Gudin, Roberto Campos, Garrido Tôrres, Dênio Nogueira, João Paulo de Almeida Magalhães, Eliseu Alvares Pujol e muitos outros — homens cujo tipo de atividade parecia reuni-los numa espécie de sociedade secreta, sem nenhuma intimidade com a vida nacional. Cada ano que passa, maior é o número de candidatos às Faculdades de Economia, enquanto estacionam os contingentes que se apresentam para os vestibulares nas Faculdades de Direito.

O fenômeno chegou também ao nosso Ministério das Relações Exteriores, que está dividido em quatro Departamentos: o de Administração (DA), o Político e Cultural (DPC), o Consular e de Passaportes (DCP) e o Econômico e Comercial (DEC). Nos últimos anos, o interesse das turmas do Instituto Rio Branco, encarregado da formação de nossos futuros diplomatas, vem se concentrando quase maciçamente no Departamento Econômico e Comercial. Dos 17 formados pela turma de 1956, pelo menos 10 encaminharam pedidos ao Departa-

mente de Administração, para trabalhar no DEC. Nem todos puderam ser atendidos, pois a função do DA é lotar os diplomatas segundo as necessidades de serviço.

Como o próprio nome indica, o DEC está encarregado de elaborar a política exterior do Brasil no Departamento Econômico e Comercial. Além disso, ainda registramos; como atividade sua:

- Realizar, modificar e denunciar acordos comerciais com os demais países;
- Manter contato com organismos internacionais. Um exemplo é o GATT, com o qual negocia tarifas.

O DEC tem, ainda, entre seus encargos, um item que poderíamos classificar de “pequenas funções”. Essas “pequenas funções” são de caráter o mais variado possível. Ele serve de veículo entre organizações privadas e governamentais estrangeiras e brasileiras, informando sobre:

- Oportunidades comerciais;
- Possibilidades de colocação, no Exterior, de produtos brasileiros;
- Possibilidades de importação, pelo Brasil, de mercadorias estrangeiras;
- Burla de acordos comerciais, leis ou regulamentos vigentes.

Essas informações, colhidas através de nossas missões diplomáticas no Exterior (são também as missões que distribuem informações a nosso respeito no Exterior), são depois remetidas às autoridades brasileiras competentes (CACEX, Carteira de Câmbio etc...) ou organizações privadas (Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio etc...). Um exemplo: o Departamento Econômico e Comercial do Ita-

marati muito auxiliou a indústria nacional, na venda de material ferroviário na Argentina. Atualmente, ele vasculha a América Latina, à procura de novos mercados para os produtos manufaturados paulistas, cuja produção aumenta de ano para ano.

### Funções do DEC

Como um organismo completo, o DEC tem, em funcionamento, todos os órgãos necessários à sua atividade. São quatro, as suas divisões: Divisão Econômica da América (DAM), Divisão Econômica da Europa, Ásia, África e Oceania (DEA), Divisão de Organismos Internacionais:

- Assuntos Específicos (DOr) e Divisão de Cooperação Econômica e Técnica (DET).

Vamos definir suas funções:

- A DAM e a DEA tratam, como os próprios nomes indicam da política econômica e comercial com as referidas áreas geográficas, que abrangem os cinco continentes. Com o desenvolvimento das atividades do Departamento Econômico e Comercial, o plano é desdobrar ainda mais as divisões, chegando, mesmo, a ter uma para cada continente;

- A Divisão de Organismos Internacionais e Assuntos Específicos trata, também como o próprio nome indica, de duas espécies de assuntos: 1. Os relacionados com organismos internacionais, ONU, FAO, GATT, por exemplo; 2. Como exemplo de “assuntos específicos”, temos os principais produtos da nossa pauta de exportação: café, cacau, açúcar, algodão e outros;

- A DET, por sua vez, se encarrega do setor de cooperação téc-

nica, cuidando das bolsas de estudo, Ponto IV etc...

As Divisões do Departamento Econômico e Comercial do Itamarati freqüentemente são solicitadas a preparar estudos de base relacionais com diversos assuntos. Cada vez que é celebrado um novo acôrdo comercial, a Divisão competente realiza levantamentos que informarão as negociações, prevendo as possibilidades de intercâmbio nos dois sentidos, modalidades de acôrdo, sistemas de pagamento. Cada vez que uma delegação comercial brasileira vai ao Exterior (negociações no GATT, Área de Conversibilidade Limitada e outras), o setor competente do DEC fornece todo o material necessário às discussões, já pesquisado anteriormente. Para isso, dispõe de um serviço de estatística e é assessorado por uma turma de economistas na sua maior parte contratados.

Auxiliando o trabalho dos economistas da nossa política externa, as missões diplomáticas brasileiras no Exterior procuraram manter atualizado o acêrvo de informações do Departamento Econômico e Comercial, mandando mensalmente um "mês econômico", relatórios das principais atividades econômicas do país onde está, além de outras informações importantes, que chegam por via aérea e até por telegramas. Um bom exemplo de estudo de fôlego executado pelo DEC é o Tomo Um dos "Estados Econômicos da Operação Pan-Americana — Tendências Básicas das Economias Brasileiras e Mundial no Período 1958-1980". Esse estudo foi elaborado por um grupo de diplomatas e economistas, sob a orientação do secretário Miguel Osório de Almeida. A própria Operação Pan-Americana, idealizada pelo grupo mais jovem e mais dinâmico do Itamarati, é uma prova da vitalidade crescente do Departamento Econômico e Comercial, que cada vez mais atrai o interesse dos diplomatas modernos.

Ao seu lado, como auxiliares diretos, tem o Ministro (1.ª classe) Edmundo Penna Barbosa da Silva:

- Ministro (2.ª classe) Sérgio Armando Frazão, chefe da Divisão Econômica da Europa, Ásia, África e Oceania;
- Primeiro Secretário Mário Borges da Fonseca, chefe da Divisão Econômica da América;
- Conselheiro Paulo Leão de

Mcoura, chefe da Divisão de Organismos Econômicos Internacionais e Assuntos Específicos;

- Primeiro Secretário Vicente Paulo Gatti, chefe da Divisão de Cooperação Econômica e Técnica.

#### Dois Lados

PROCURANDO situar o Departamento Econômico e Comercial no conjunto de nossa política externa, vamos tratá-lo sob dois aspectos: o positivo e o negativo:

- Aspecto positivo: O DEC constitui, atualmente, a ala mais sã da do nosso Ministério das Relações Exteriores. Nêle, o diplomata pode executar um trabalho mais construtivo, fora da rotina do Departamento de Administração e do Departamento Consular e de Passaportes. "Freqüentemente, verifica-se uma oposição (ou "hostilidade branda") entre os pontos-de-vista dos Departamentos Econômico e Político. Os diplomatas lotados no DEC costumam ter os pés "mais na terra", sendo, por isso, olhados com um certo desprezo pelos seus colegas de profissão. Dentro do Itamarati, êles são conhecidos como a "turma dos secos e molhados", apelido que é uma alusão à sua preocupação com o nosso comércio exterior. No momento, o seu esforço está quase todo concentrado na expansão do nosso comércio com a "Cortina de Ferro". Além das relações comerciais e diplomáticas com a Polônia, Tcheco-Eslováquia e Iugoslávia, já superintende a assinatura dos Acordos de Pagamentos com a România, Hungria e República Democrática Alemã. Essas atividades são olhadas com desconfiança pelo Departamento Político;

- Aspecto negativo: o Departamento Econômico e Comercial não tem autonomia na elaboração de uma política econômica externa para o Brasil, já que as decisões mais importantes (assinaturas de acordos, operações especiais de comércio e outras) têm que levar a chancela prévia do Banco do Brasil (CACEX, Carteira de Câmbio, SUMOC). Em muitos casos, é necessária, também, a chancela de outros órgãos da administração federal. Assim, temos órgãos diferentes, sob chefias diversas, a darem sugestões de *pêso equivalente*, sem que exista uma instância superior para o desempate das decisões heterogêneas. Talvez tenhamos a necessidade de um Mi-

nistério das Relações Exteriores, como acontece em muitos países, que se encarregaria de centralizar as decisões relativas à matéria. Como esse Ministério não existe, o Itamarati tem sofrido muitos ataques violentos por ações ou omissões que não lhe dizem respeito.

#### Uma Vitória

— "POR circunstâncias que não vêm ao caso, o Brasil procura desconhecer, há anos, grande parte do mercado da Cortina de Ferro, prejudicando o seu comércio exterior". A frase, dita por um portavoz do Itamarati, traduzia a firme intenção do Ministro Horácio Lafer, então recém-empossado, em mandar uma missão comercial a Moscou, o que foi feito.

O reinício dos contatos comerciais entre o Brasil e a União Soviética é mais uma vitória do Departamento Econômico e Comercial. Através do Ministro Lafer, fêz êle com que chegasse à opinião pública os seguintes argumentos, resultados de estudos de seus diplomatas e economistas:

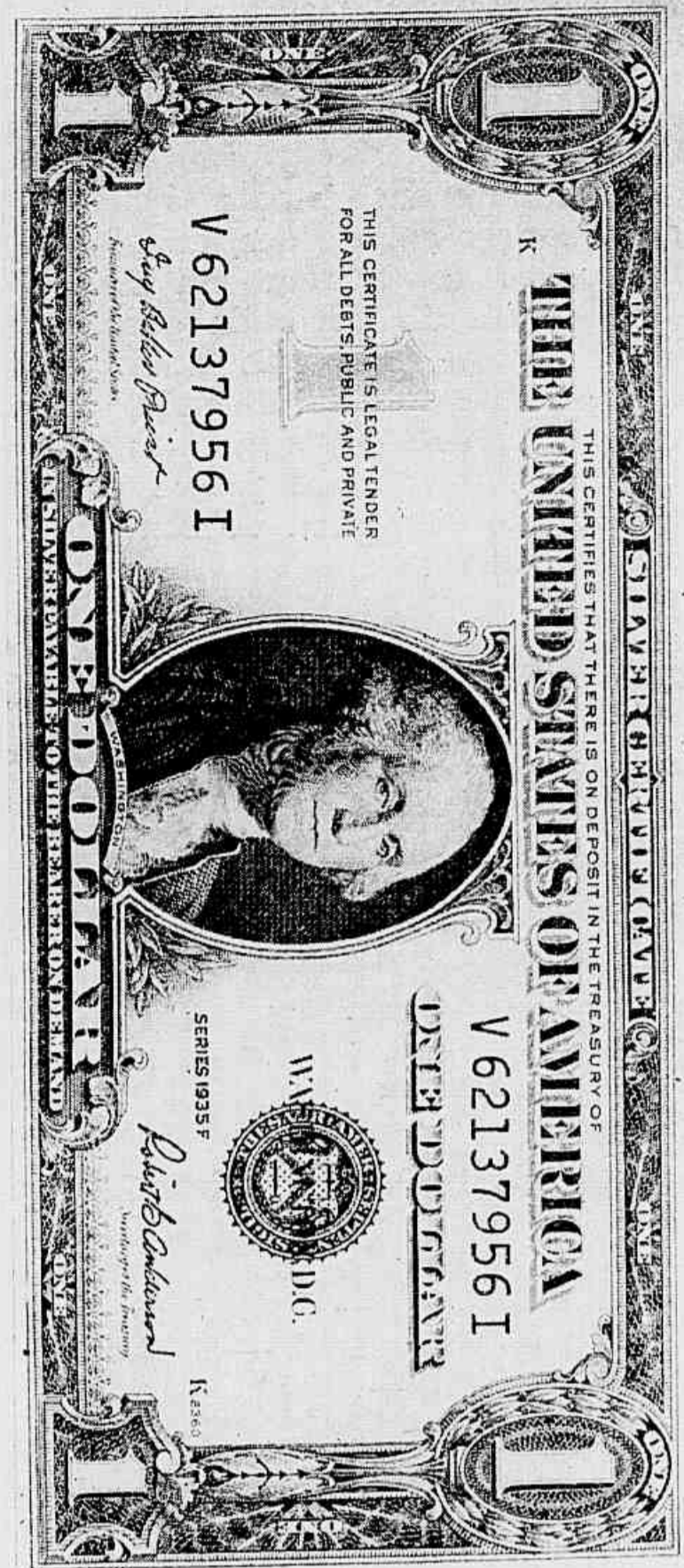
- Hoje em dia seria impossível ignorar a União Soviética, como potência e como mercado internacional. As grandes democracias do mundo comerciam com os soviéticos, sem que isso lhes afete politicamente;
- Os Estados Unidos, Itália, Inglaterra, França, Canadá e tantos outros países procuram desenvolver cada vez mais o seu comércio com a União Soviética;
- O recente Acôrdo Mundial de Café fixa cotas de exportações para os nossos consumidores tradicionais, liberando o excedente para ser comercializado em outros mercados.

Há bastante tempo que o assunto vem sendo cuidado pelo DEC. O famoso relatório do Itamarati, que pouca gente conhece em toda a extensão, é um trabalho seu. Êle sugeria o reatamento de relações comerciais com a União Soviética, mediante um Acôrdo de Pagamentos, da mesma maneira como foi feito com a Hungria, România e Alemanha Oriental.

O Departamento Econômico e Comercial do Itamarati é bem um sintoma de uma sociedade em transição, do bacharelismo às coisas práticas. Uma sociedade que começa a acreditar que a economia necessita de comandantes e não de práticos.

# A inflação visita o dólar

SANTANA JÚNIOR



**P**OR duas vezes, em 1959, o economista Franz Pick, que edita o "Pick's Currency Yearbook" (Anuário Pick Sobre Moedas), insistiu numa advertência que logo correu mundo: os Estados Unidos precisam desvalorizar o dólar, para que ele continue sendo uma divisa importante no mercado internacional. Especialista no estudo de moedas internacionais, lembrou que o dólar e algumas moedas satélites são as únicas unidades monetárias que não foram desvalorizadas nos últimos 25 anos.

Pick, cuja advertência alguns procuraram reduzir de importância dizendo tratar-se de um "economista desconhecido", não dizia nenhuma novidade. Que o dólar está em dificuldade é ponto pacífico. Vários fatos confirmam isto:

- A queda do poder aquisitivo da moeda;
- A diminuição das reservas em ouro;
- Os "deficits" orçamentários;
- Os "deficits" nos balanços de pagamento.

Segundo economistas e técnicos em finanças americanos, essas dificuldades começaram em 1939, logo depois do início da guerra. Três fatores principais atuaram sobre o dólar, determinando, ao mesmo tempo e pelas mesmas razões, o aumento dos preços e a diminuição intrínseca do seu poder aquisitivo:

- Financiamento da guerra “a deficit”;
- Legislação favorável ao “emprego total”;
- Teoria e prática do “dinheiro barato”.

### Poder de Compra

Tomando 1940 como índice 100, vamos dar a tabela da diminuição do poder aquisitivo do dólar, até nossos dias: 1947 — 62,40; 1948 — 58; 1949 — 59,10; 1950 — 58; 1951 — 53,60; 1952 — 52,50; 1953 — 52,10; 1954 — 51,90; 1955 — 52; 1956 — 50,40; 1957 — 49. Atualmente, o valor aquisitivo do dólar é de 47 centavos, em relação a 1940. Em 20 anos, o dólar perdeu mais da metade do seu valor: é agora o “dolareto”, como é chamado nos meios financeiros internacionais.

Em maio, o Governo americano informou que o custo de vida nos Estados Unidos havia subido a um nível recorde, em abril. Os preços para o consumidor aumentaram de 2/10 de um por cento, batendo recordes anteriores, de julho e novembro de 1958. Em outubro, o Governo americano informou que setembro batera o recorde de abril: os consumidores pagavam mais 3/10 de um por cento. Em setembro aumentaram os preços de todos os artigos e serviços, exceto os dos meios de transporte. O maior aumento (4,2 por cento) verificou-se nos produtos médicos.

O fato mais significativo, sobre o aumento do custo de vida, nos Estados Unidos, é a elevação constante dos preços de serviços e estabilidade nos preços de mercadorias duradouras. Aluguéis, transportes públicos e cuidados médicos são os que mais aumentam, no setor de serviços. A política de redução de preços na venda

de carros novos e no mercado de utilidades domésticas impediu aumentos entre as “mercadorias duradouras”. Em um ano, os alimentos aumentaram de apenas 1,3 por cento.

Por que, uma vez terminada a guerra, continuou o processo de depreciação do dólar? Depois de pagarem a guerra, os americanos foram obrigados a também pagar a paz. A partir de 1945, a ajuda dos Estados Unidos ao exterior soma 80 bilhões de dólares. Esse fato sobrecarregou dois elementos inflacionários: orçamento e dívida pública.

Em 1943, quando o aumento do custo de vida acusava 25 por cento a mais, em relação a 1941, o Governo recorreu a medidas de controle de preços. Com a suspensão do controle, em 1946, os preços voltaram a subir, estabilizando em 1948/1949. A guerra na Coreia prometia acelerar o processo inflacionário, o que foi possível impedir através de medidas moderadas de controle. No começo de 1952, o controle foi relaxado, mas, contrário ao que aconteceu depois do fim da segunda guerra mundial, os preços aumentaram menos de um por cento, nesse ano. A redução maciça das despesas militares, que se seguiu à trégua na Coreia, em julho de 1953, provocou a ligeira retração de 1953/1954. Ainda uma vez, enquanto a produção industrial sofria uma queda vertiginosa, não se verificava uma baixa correspondente nos preços. Os alimentos baixavam, mas continuou a alta crescente do custo dos serviços. Em 1956, os alimentos, que haviam atingido seu nível mais baixo dos últimos seis anos, começaram também a subir. Veio, depois, a crise de 1957/1958.

O Presidente Eisenhower vem travando uma luta heróica para pôr em ordem as despesas federais e equilibrar o orçamento. Graças a esse esforço, os aumentos de preços mantêm-se inferiores aos de 1949/1953. Mesmo os que mais firmemente combatem a inflação não conseguem, no entanto, determinar que espécies de aumentos surgirão quando, por exemplo, um aumento salarial, baseado na produtividade (caso da indústria do aço) é extensivo a trabalhadores (de transportes) cuja produtividade muitas vezes não aumenta.

O processo inflacionário atinge com maior severidade os velhos

trabalhadores, que lutam por esticar suas rendas já insuficientes — e cujo contingente aumenta na proporção em que avançam as idades. Os americanos de menos de 50 anos ainda lembram de uma frase de propaganda outrora muito comum, nos Estados Unidos: “Barba e cabelo por duas moedas”. Atualmente, o corte de cabelo custa dois dólares.

### Pagamentos

Em 1959, o balanço de pagamentos americano deixará um saldo desfavorável de quatro bilhões e meio a cinco bilhões de dólares. Em 1958, esse “deficit” foi de . . . . 3 200 milhões. A principal causa apontada são os gastos militares no exterior, que atingem três bilhões de dólares. Existem, ainda, os empréstimos e os investimentos no estrangeiro, num total de quase cinco bilhões de dólares.

Em 1957, o balanço de pagamentos americano fechou com um saldo favorável de quase um bilhão de dólares. Nesse ano, os Estados Unidos emprestaram mais de três bilhões de dólares e gastaram, com suas tropas no estrangeiro, além de serviços diplomáticos, quase quatro bilhões de dólares. Assim, com as mesmas contas de hoje, era possível, um saldo favorável. A razão é muito simples: saíram do país, em 1957, 28 bilhões de dólares e entraram 28 900 milhões. Em 1958, os dólares que entraram baixaram para 24 400 milhões.

A participação das indústrias americanas na produção industrial do Ocidente baixou de 52,6 por cento em 1957 para 46,4 por cento em 1958. Com relação às exportações mundiais de artigos manufaturados, os Estados Unidos apresentaram uma redução de 24 por cento no segundo semestre de 1958, enquanto no mesmo período, em 1957, tal participação foi de 26 por cento. Paralelo a essa redução no sentido de dentro para fora, verifica-se um fenômeno inverso, de fora para dentro. Tomando como base o período de 1948 a 1958, vamos relacionar o aumento das importações americanas da Inglaterra, Japão, Alemanha Ocidental e França:

- Inglaterra: 300 milhões de dólares em 1948 e quase 900 milhões em 1958;



• Japão: menos de 100 milhões de dólares em 1948 e mais de 600 milhões em 1958;

• Alemanha Ocidental: cerca de 50 milhões de dólares em 1948 e mais de 600 milhões em 1958;

• França: 100 milhões de dólares em 1948 e 300 milhões em 1958.

Um fenômeno novo surge na Europa: a criação de blocos econômicos e políticos. O Mercado Comum Europeu, que reúne a França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo praticamente vai bastar-se a si mesmo, eliminando as importações americanas. Sua população total é de 168 milhões de habitantes, contra 175 milhões dos Estados Unidos e 208 milhões da União Soviética. Produz 60 milhões de toneladas de aço, contra 77 milhões dos Estados Unidos e 55 milhões da União Soviética. Sua produção de eletricidade, de 237 bilhões de quilowatts-hora, é superior à da União Soviética.

Recentemente, o Sr. Douglas Dillon, subsecretário de Estado americano para Assuntos Econômicos, esteve na Europa. Uma das principais razões da viagem do Sr. Dillon está localizada na Inglaterra: restrições às importações americanas. Em escala menor, o mesmo acontece no resto da Europa. A Inglaterra lidera o grupo da Zona de Comércio Livre, que reúne, além dela, a Suécia, Noruega, Dinamarca, Áustria, Suíça e Portugal, com um total de 90 milhões de habitantes.

— “Ajudem-nos a aliviar a pressão sobre o dólar”, pediu o Sr. Dillon em Londres, Paris e Bruxelas. Disse êle, aos aliados de seu país, que a nova estrutura econômica da Europa poderá ter conseqüências desastrosas sobre o comércio dos Estados Unidos e toda a zona do dólar.

A recuperação da Europa Ocidental só foi possível com a ajuda dos Estados Unidos. Hoje, essa recuperação parece um pesadelo para Washington, que enfrenta um “deficit” de quatro bilhões de dólares no seu balanço de pagamentos. A respeito, comenta o boletim da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa:

“Cada ano, desde 1948, os Estados Unidos enfrentaram um “deficit” líquido em suas contas internacionais, como conseqüência da ajuda, em grande escala, que seu

Governo veio dando aos países da Europa Ocidental e outros. Essa ajuda é dada com o objetivo específico de promover a recuperação econômica desses países, aliviando os desequilíbrios de comércio internacional. É surpreendente que, no momento em que foi atingida parte considerável do objetivo dessa ajuda, não se tenha satisfação, mas espanto e desassossêgo.”

### Orçamentos

A 30 de junho, o Governo americano encerrou o ano fiscal de 1959 com o maior “deficit” em suas histórias, em tempos de paz: o Orçamento acusava um saldo negativo de 13 bilhões de dólares, aumentando a dívida pública para 285 bilhões de dólares. O Presidente Eisenhower viu-se forçado a pedir ao Congresso o aumento temporário de nível da dívida pública para 295 bilhões de dólares, fato que marca um dos mais difíceis testes financeiros dos tempos modernos. Em face da situação, o Tesouro fará empréstimos.

Os Estados Unidos entraram na segunda guerra mundial, em 1941, com um orçamento de pouco mais de sete bilhões de dólares, quase todo coberto pela arrecadação de impostos. A dívida pública era de 64 milhões de dólares. Com o aumento progressivo dos orçamentos, conseqüentemente dos impostos, o Governo foi obrigado a recorrer ao “deficit”, para financiar as despesas formidáveis da guerra.

De sete bilhões de dólares em 1941, o Orçamento americano passou para 44,5 bilhões em 1945, ultrapassando de 70 bilhões em 1957: aumentou de 10 vezes em 17 anos. A dívida pública sofreu o mesmo processo ascensional: 64 bilhões de dólares em 1941, 259 bilhões ao terminar a guerra e 285 bilhões em 1958. Eis um dado terrivelmente revelador: os juros que o Governo americano paga pela dívida pública representam uma soma superior a seis bilhões de dólares anuais, importância superior ao total orçamentário de 1940, que foi de 5 100 milhões. Os juros da dívida pública, nos Estados Unidos, representam uma cifra anual superior à totalidade dos orçamentos dos países latino-americanos.

Em 1946, o Governo americano promulgou uma lei histórica: “The Employment Act”. Por ela, ficou obrigado a garantir o emprego da massa total de trabalhadores, fato

que exigiu um aumento constante da produção: de 100 bilhões de dólares, em 1940, a produção bruta dos Estados Unidos passou a 433 bilhões de dólares, atualmente. A generosa política de créditos oficiais, privados e mistos, repercutiu de tal maneira na dívida pública, federal e estadual, bancária e privada, que ela pulou de 311 bilhões de dólares, em 1940 — para 1 420 000 000 000, atualmente.

De 1941 a 1946, a produção americana aumentou de 125 bilhões de dólares para 209 bilhões. O Orçamento, de sete bilhões para 44 bilhões. A dívida pública, de 64 bilhões para 259 bilhões. Mas os depósitos em ouro diminuíram sensivelmente.

A queda nas reservas de ouro é outra parcela do drama do dólar. Tendo que pagar mais do que recebe, os Estados Unidos estão exaurindo suas reservas em ouro. Em 1957, as reservas em ouro americanas somavam 23 bilhões de dólares. Em 1958, já haviam baixado para menos de 21 bilhões. Até agosto de 1959, estavam em menos de 20 bilhões.

Segundo o economista Pick, a desvalorização do dólar é inevitável. Segundo outros, talvez mais conhecidos, ela ocorrerá com o aumento do preço do ouro. Atualmente, a relação oficial, pouco realística, entre o dólar e o ouro, tem sido responsável pelo êxodo cada vez mais crescente de reservas de ouro. No comércio internacional, já se pensa em substituir, como divisão-padrão, o dólar-papel pelo dólar-ouro. Caso o ouro continue a 35 dólares por onça, com essa medida o êxodo, já dramático, aumentará assustadoramente.

Que repercussões teria a desvalorização do dólar, no resto do mundo? Responde o deputado Hélio Cabal, antigo membro do Conselho Nacional de Economia:

— “A desvalorização interna da moeda resulta da inflação, e da desvalorização da mesma moeda face às outras decorre da sua procura e oferta no mercado internacional. Se, no momento, aplicarmos aos dois fenômenos os critérios de análise econômica sem nos referirmos à teoria de Cassel, da capacidade aquisitiva das moedas, constatamos que a desvalorização interna de uma moeda se traduz na elevação dos preços das mercadorias produzidas pela economia a que se refere essa moeda.” Δ

# Govêrno Procura Estabilizar a Moeda

NO penúltimo dia de 1959, a SUMOC baixou a Instrução 192 que vem definir novo tratamento para as exportações brasileiras. Considerado como um passo definitivo em favor da reforma cambial, a Instrução foi considerada, em certos círculos, a medida mais séria do ano financeiro que passou, visando a estabilizar a moeda.

Eis os principais pontos da Instrução 192:

I — As exportações brasileiras passarão a ter o seguinte tratamento:

a) **1.ª categoria:** bonificação fixa de Cr\$ 57,64 por dólar ou seu equivalente noutras moedas

- Café verde em grão
- café torrado, moído ou não
- cacau em amêndoas.

b) **2.ª categoria:** bonificação fixa de Cr\$ 81,64 por dólar ou seu equivalente noutras moedas

- derivados de cacau
- mamona em bagas
- óleo cru mineral e seus derivados.

Relativamente aos produtos ora incluídos nesta categoria, aplicar-se-á a bonificação às exportações cujo embarque se realizar a partir da publicação desta Instrução.

c) Todos os demais produtos serão negociados no mercado de taxa livre.

II — A Carteira de Comércio Exterior, no licenciamento das exportações, a fim de evitar reflexos inconvenientes no mercado nacional, e de acôrdo com suas atribuições legais, observará sempre, com o maior rigor, os fatores que resguardem os interesses do consumo interno, exigindo, no caso de manufaturas, a comprovação, pelos exportadores, de que a mão-de-obra e a matéria-prima nacionais concorrem com pelo menos 70% (setenta por cento) do respectivo custo de produção.

III — A partir da publicação da presente Instrução, a liquidação da compra de tôdas as cambiais resultantes de exportações, no mercado de taxa livre, se processará do seguinte modo:

a) pagamento, em moeda corrente, de Cr\$ 130,00 por dólar ou equivalente em outras moedas;

b) entrega de Letras emitidas pelo Banco do Brasil S. A., a prazo de seis meses e juros de 6% a. a., pelo correspondente à diferença entre o valor pago de acôrdo com a alínea anterior e o do respectivo contrato de câmbio;

c) a fim de arredondar o valor das Letras, cuja importância mínima será de Cr\$ 10 000,00, as frações até esse montante serão computadas no pagamento à vista (alínea "a").

IV — Os bancos autorizados a operar no mercado de taxa livre recolherão ao Banco do Brasil S. A., no mesmo dia da liquidação dos contratos de câmbio, em depósito à ordem desta Superintendência, a diferença

de que trata a alínea "b" do item precedente, recebendo, para entrega aos exportadores, os títulos a que se refere a mesma alínea.

V — As Letras instituídas por esta Instrução não serão descontáveis, conterão a cláusula "à ordem" e, a partir de seus vencimentos, poderão também ser resgatadas através dos Serviços de Compensação de Cheques do Banco do Brasil S. A.

VI — As normas contidas no item III e seguintes aplicar-se-ão aos contratos de câmbio fechados a partir da data da publicação desta Instrução".

## Comércio Brasil-URSS

FORAM divulgadas as bases de entendimentos entre o Brasil e a União Soviética, com referência ao intercâmbio comercial no triênio 1960 a 1962.

Serão fornecidas ao Brasil:

*Petróleos e derivados:*

Em 1960, 10 milhões de dólares; em 1961, 13,5 milhões; 1962, 15 milhões.

*Óleo Cru:*

1960, 600 mil toneladas; 1961, 600 mil; 1962, 600 mil.

*Equipamento para indústria petrolífera:*

3 milhões de dólares em cada ano.

*Trigo:*

1960, 150 mil toneladas; 1961, 200 mil e 1962, 300 mil.

*Minério de cromo, amianto, fertilizantes, enxôfre, produtos de ferro e aço, metais não ferrosos, produtos químicos, maquinaria agrícola, tratores, máquinas para construção de estradas, rolamentos e outros equipamentos:*

1960, 3,5 milhões de dólares; 1961, 8,5 milhões; 1962, 9,5 milhões.

O Brasil fornecerá à União Soviética, no mesmo período:

*Cafê:*

1960, 20 mil toneladas; 1961, 30 mil; 1962, 40 mil toneladas.

*Cacau em amêndoas, óleo de mamona e outros óleos vegetais, peles e diversos:*

1960, 9 milhões; 1961, 13 milhões, 1962, 14 milhões de dólares.

## Usina Nuclear em Poços de Caldas

FOI lançada a pedra fundamental da Usina de Beneficiamento de Urânio de Poços de Caldas, localizada a 15 quilômetros da cidade, à mar-

## "TIME" FAZ PREVISÕES SOBRE A AMAZÔNIA

NUM de seus números de janeiro, a revista Time publicou artigo de oito páginas sobre o Rio Amazonas e sua bacia, vaticinando que, em nosso tempo, com os elementos de trabalho de que dispõe o homem, poder-se-á construir uma economia permanente e crescente numa fronteira assombrosamente imensa."

Embora admita que as doenças são o principal obstáculo à civilização da planície amazônica, Time elogia a iniciativa do Govêrno brasileiro de construir a rodovia Belém-Brasília. E lembra a certa altura que localidades há dois anos inexistentes, como Gurupi, acaba de colhêr uma safra de arroz de 1132 toneladas, enquanto os geólogos da Petrobrás se embrenham pelas matas em busca de petróleo.

Recomenda a imigração em massa para a Amazônia, lembrando certo documento da Liga das Nações, pelo qual se afirmava que a bacia do grande rio poderia absorver 900 milhões de pessoas.

gem da estrada que demanda a Andradadas.

O ato foi presidido pelo Governador Bias Fortes e contou com a presença do Almirante Octacilio Cunha, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear; do Secretário das Finanças de Minas, Sr. Tancredo Neves; do Prefeito de Poços de Caldas, Sr. David Benedito Ottoni, do Deputado Federal Urial Alvim, do Comandante Alvaro Vidal, além de engenheiros da Comissão, jornalistas e numerosas outras pessoas.

Destina-se a usina ao beneficiamento do zircônio uranífero, minério que apresenta um teor de meio por cento de urânio. A usina deverá tratar, anualmente, cerca de 10 mil toneladas de minério, produzindo assim 60 toneladas de uranato de sódio impuro. Para a purificação do uranato de sódio, a Comissão Nacional de Energia Nuclear pretende instalar outro estabelecimento industrial, cujo estudo se encontra em andamento e com terreno já reservado.

Durante a inauguração da usina, falaram vários oradores. Deteve-se o Almirante Octacilio Cunha em seu discurso, na análise da energia nuclear em nossos dias, afirmando que realmente o Brasil está vivendo dias decisivos para o seu futuro econômico. Falaram ainda o Geólogo Resk Rayha, Vice-Prefeito de Poços de Caldas e o Sr. Tancredo Neves, Secretário das Finanças de Minas Gerais. Encerrou a solenidade o Governador Bias Fortes que se congratulou com o povo da cidade balneária e com o Almirante Octacilio Cunha pela sua eficiente atuação à frente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

## Prêmio Esso 1959

O PRÊMIO Esso de Reportagem (1959) foi concedido, este ano, ao jornalista Mário Mazzei Guimarães, da *Fôlha da Manhã*, apontado como o autor da melhor reportagem do ano, intitulada *Um rio desafia o Brasil*.

Outros profissionais agraciados: Antônio Callado, do *Correio da Manhã*, vencedor do prêmio atribuído à Região Central, pelo seu trabalho *Reportagens sobre o Nordeste*; João Corrêa, da Região Norte, autor da reportagem *Filária ainda é um perigo*, publicada em *O Liberal*, de Belém do Pará; e Kleber Borges de Assis, da Região Sul, que venceu com a reportagem *Polígono dos Contrastes*, publicada no *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

Menções honrosas (diploma de mérito): David Nasser, de *O Cruzeiro*; Mário Morel, de *Mundo Ilustrado*; Ana Arruda, do *Jornal do Brasil*; Hélio Silva, da *Tribuna da Imprensa* e *Correio Paulistano*; Bernardino de Carvalho, de *O Globo* e Rubens Rodrigues dos Santos de *O Estado de São Paulo*.

A apresentação dos vencedores foi feita pelo Sr. Mário Torres de Melo, Gerente do Departamento de Relações Públicas da Esso Standard, diante de 150 profissionais da imprensa.

sa. Falaram o Sr. Herbert Moses, em nome da ABI; o jornalista Mauro Salles, membro da Comissão Julgadora do "Prêmio Esso"; Sr. Paulo de Carvalho Barbosa, Vice-Presidente da Esso Standard, em nome da empresa e jornalista Mário Mazzei Guimarães, como vencedor do "Prêmio Esso de Reportagem" de 1959.

## Industrialização de Pernambuco

TRES Mensagens do Executivo pernambucano foram encaminhadas à Assembléia Legislativa, sugerindo a criação de indústrias em forma de sociedades de economia mista:

- a primeira cria a Companhia de Revenda e Colonização, que terá a função de estruturar e supervisionar os trabalhos agrícolas em todo o Estado. Pretende o governador Cid Sampaio conseguir um empréstimo de 15 milhões de dólares com aval do governo;

- o segundo cria a Companhia Pernambucana de Borracha (COOPERBO), no dizer do governador do Estado, a mais importante;

- o terceiro cria uma companhia de beneficiamento e distribuição de leite à população do Recife, denominada Companhia de Leite de Pernambuco (CILPE).

## 1960, Ano Melhor

NÃO é apenas uma questão de esperança, mas, pelo que indicam os fatos, 1960 será um ano melhor para a economia nacional. O orçamento da União prevê um déficit de 15 bilhões e será realizado um Plano de Economia da ordem de 25 bilhões, ficando Cr\$ 10 bilhões em reserva — afirmou o Ministro Sebastião Paes de Almeida.

O plano de economia a que se refere o Ministro será elaborado pelo Ministério da Fazenda, com a colaboração do DASP, "e não ao inverso, como aconteceu".

Com referência ao café, a próxima safra deverá ser de somente 24 milhões de sacas e há mesmo quem a estime em só 20 milhões. "Serão, portanto, 33% a menos no volume, o que exigirá menores recursos para a comercialização. A exportação deverá ser de 20 milhões de sacas e o consumo interno, a se somar, está em franca ascensão. No primeiro semestre, parte dos estoques poderão ser vendidos ao estrangeiro, o que implica em adquirir recursos com despesas efetuadas em anos anteriores promover a recuperação dos gastos antes efetuados.

## CUSTO DE VIDA NAS PRINCIPAIS CIDADES DO MUNDO

CURIOSO quadro publicou o "Financial Times" de Londres sobre o custo de vida em algumas capitais do mundo. Transcreveu-o o "Boletim Britânico"

(publicação do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil) de novembro. Observe-se a posição ocupada pelo Rio de Janeiro, um dos últimos centros populacionais de vida cara, segundo o confronto estabelecido pelo autorizado jornal londrino.

	HOTEL (a)	CIGARRO (b)	GASOLINA (c)	ALIMENTO (d)	ROUPA (e)	ALUGUEL (f)
Caracas .....	4 700,00	46,00	20,00	1 219,00	14 100,00	940 000,00
Nova Iorque .....	4 230,00	46,00	25,00	1 058,00	13 160,00	517 000,00
Montreal .....	3 995,00	69,00	69,00	940,00	19 270,00	446 500,00
Elsinque .....	2 760,00	76,00	115,00	344,00	10 340,00	263 200,00
Bruxelas .....	2 585,00	41,00	102,00	667,00	14 100,00	282 100,00
Cairo .....	2 535,00	50,00	89,00	559,00	7 520,00	282 100,00
Genebra .....	2 350,00	39,00	95,00	828,00	12 220,00	292 400,00
Beirute .....	2 350,00	35,00	79,00	554,00	8 930,00	169 800,00
Paris .....	2 350,00	43,00	144,00	516,00	14 040,00	410 250,00
Melburne .....	2 350,00	58,00	68,00	516,00	12 220,00	310 200,00
Roma .....	2 350,00	62,00	161,00	516,00	9 400,00	197 400,00
Tóquio .....	2 115,00	20,00	79,00	705,00	7 520,00	300 800,00
Londres .....	2 115,00	91,00	98,00	621,00	10 340,00	329 000,00
Dusseldorf .....	2 115,00	66,00	110,00	559,00	12 220,00	361 900,00
México .....	2 115,00	27,00	148,00	559,00	9 400,00	164 500,00
Lisboa .....	2 115,00	20,00	117,00	414,00	11 200,00	176 750,00
Estocolmo .....	1 880,00	112,00	102,00	667,00	11 750,00	329 000,00
Amsterdão .....	1 880,00	43,00	89,00	667,00	11 200,00	169 200,00
Copenhague .....	1 880,00	39,00	103,00	621,00	11 200,00	169 200,00
RIO DE JANEIRO .....	1 880,00	18,00	46,00	460,00	11 750,00	272 700,00
Viena .....	1 830,00	39,00	92,00	368,00	10 810,00	169 200,00
Atenas .....	1 645,00	33,00	106,00	493,00	8 930,00	169 200,00
Belgrado .....	1 410,00	29,00	104,00	559,00	10 810,00	178 600,00
Cidade do Cabo .....	1 410,00	43,00	69,00	414,00	10 340,00	141 000,00
Madri .....	1 410,00	27,00	129,00	414,00	7 990,00	141 000,00

a) Tomou-se para exemplo um hotel de 1.<sup>a</sup> classe, mas não de luxo. b) Serviu de base o cigarro de fabricação nacional, de boa qualidade. c) Cálculos feitos sobre galão imperial (4,5 lts.) de gasolina comum. d) Os alimentos incluídos são: meio quilo de carne, meio quilo de manteiga, dois quilos de batata, um quilo de pão e meio litro de vinho tinto. e) Compreende-se neste item: um par de sapatos, um terno de casemira ou tropical e uma camisa de tricoline. f) Com exceção de Atenas, trata-se de apartamento mobiliado, de dois quartos.

OBSERVAÇÃO GERAL — Os preços foram calculados ao câmbio de Cr\$ 470,00 por libra.



Todos os dias

# **O ASSUNTO DO SEU INTERÊSSE**

tem um lugar de destaque no

## **JORNAL DO BRASIL**



Seções especializadas em

- ECONOMIA
- FINANÇAS
- BOLSA DE COTAÇÕES
- CÂMBIO

# **JORNAL DO BRASIL**

**TRADIÇÃO E INDEPENDÊNCIA**  
Avenida Rio Branco, 110



# EUA tomam rumo sul

No comêço de 1958, a opinião pública dos Estados Unidos foi surpreendida com os incidentes que cercaram a viagem do vice-presidente Nixon à América Latina. Poucos supunham, no país, que os sentimentos antiamericanos estivessem tão aprofundados, ao sul do rio Grande. Entre os poucos que conheciam a situação, encontrava-se o Sr. Samuel Guy Inam, autor de vários livros sobre a América Latina, que, numa carta ao "New York Times", classificou a explosão de descontentamento como resultado de "dez anos de tratamento injusto". Disse êle:

"Êsse descontentamento teve início na Conferência Interamericana de Bogotá, em 1948, quando a delegaçã dos Estados Unidos confessou aos latino-americanos que as responsabilidades americanas na Europa e no Oriente-Mêdio eram muito grandes, para que Washington pudesse ajudá-los. A partir de Bogotá, esquecemos a América Latina".

Alguns jornais americanos preocuparam-se mais em destacar a bravura de Nixon, transformado em herói nacional pela coragem demonstrada diante dos latino-americanos enfurecidos. O "New York Herald Tribune" sugeriu que êle fôsse condecorado pelo Congresso, com uma "medalha espe-

cial de bravura". Nixon, no entanto, preferiu tratar o problema de outra maneira, num plano mais prático:

"Ê imperativo dar maior atenção à América Latina, disse. Os distúrbios verificados durante a minha viagem demonstram a necessidade premente de os Estados Unidos darem mais ajuda aos latino-americanos".

A 28 de maio de 1958, o Presidente Kubitschek lançou a Operação Pan-Americana, pregando uma revisão urgente das relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Um fato da mais alta importância servia de apoio às críticas e sugestões do governante brasileiro: dos 56 bilhões de dólares gastos em ajuda exterior no período de 1945 a 1957, somente um bilhão e meio (2,7 por cento) foram destinados aos países latino-americanos. A Europa Ocidental recebeu 36,2 bilhões, a Ásia 13,1 bilhões e a África e Oriente-Mêdio 5,5 bilhões.

Logo depois, o Presidente Eisenhower mandou dois emissários estudar o problema no local: seu irmão Milton Eisenhower visitou a América Central e Dulles veio ao Rio.

## Mudança em 58

Em fins de 1958, a posição americana já havia mudado completamente. Os seguintes fatos comprovam isto:

- Abandonando uma atitude de muitos anos, os Estados Unidos concordaram em estudar sua participação numa instituição de fomento regional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, já criado;
- O Presidente Eisenhower, no discurso que fêz na ONU sobre o Oriente-Mêdio, aproveitou a oportunidade para reafirmar sua decisão de reforçar a Organizaçã dos Estados Americanos;
- Os Estados Unidos concordaram em fazer uso de seus bons ofícios para persuadir os produtores africanos de café a se unirem aos la-

tino-americanos num acôrdo mundial;

• O Presidente Eisenhower, ao aceitar as credenciais de um novo embaixador da Venezuela, fez a declaração mais enérgica contra as ditaduras já pronunciada por uma proeminente autoridade americana.

Entramos em 1959 com o problema situado entre as preocupações de primeiro plano do Governo dos Estados Unidos. No Congresso, na imprensa e na opinião pública avolumavam-se as críticas à política de dez anos de abandono:

• Dizia um relatório preparado pela Fundação Rockefeller: "Os Estados Unidos devem contribuir para a criação de uma ordem política e econômica viável, na América Latina. A importância das vinte nações ao sul do rio Grande não deve ser subestimada. A América Latina tem uma população superior à dos Estados Unidos, comércio igual ao da Europa e recursos naturais que oferecem grandes oportunidades de desenvolvimento";

• Paul R. Porter, antigo administrador do Plano Marshall para a Europa, escreveu: "O que a América Latina precisa, tanto ou mais do que uma ajuda econômica maciça, é que se estudem seus problemas e se proponham soluções em função não das vinte nações que a constituem, mas em relação à sua totalidade. O problema central é o mesmo: uma rápida industrialização, para conseguir que as riquezas naturais da região possam satisfazer as necessidades de uma população cada dia mais numerosa e exigente. Essa mudança importantíssima terá que se efetuar no curso de uma geração e em todo o continente, mediante o esforço conjunto e coordenado de todas as suas partes e a ajuda constante e metódica dos Estados Unidos, tanto no plano financeiro como no técnico";

• "As relações entre os Estados Unidos e a América Latina desceram ao nível mais baixo de nossa história e o pior é que não há indícios de que estejamos adotando ou preparando medidas que possam remediar a situação", declarou o senador George Smathers;

• Opinião do senador (republicano) Homer Capehart, da Comissão de Relações Exteriores: "Pode-

riamos diminuir a ajuda que damos a outros países, em benefício da América Latina";

• Desabafo do Senador Humbert Humphrey: "Excelentes dias da política da Boa Vizinhança";

• Sentença do Sr. Kenneth Holland, assessor do Governo para assuntos latino-americanos: "Os Estados Unidos têm encarado muito superficialmente os nossos vizinhos do sul";

• Advertência do "Daily Mirror", de Nova Iorque: É chegada a hora de os Estados Unidos fazerem alguma coisa para combater as causas das más relações com a América Latina.

O volume de críticas e sugestões à política americana em relação a esta parte do mundo é enorme. As críticas podem ser resumidas em dois itens:

• Os Estados Unidos, durante anos, esqueceram-se da América Latina, preocupados que estavam com o resto do mundo;

• A política americana parece ter criado a idéia, entre ditadores latino-americanos, de que a atitude de Washington seria sempre de beneplácito, em relação a eles.

Vários relatórios, tratando do caso, foram feitos pelos Congressos americanos ou encaminhados a ele. Dizia um desses relatórios, preparado pela Universidade do Novo México: "O Governo de Eisenhower foi ainda mais longe do que o de Truman, em suas demonstrações de franco apoio aos ditadores militares latino-americanos". Um outro, feito pelo "International Economic Consultant", para a Comissão de Relações Exteriores do Senado, condena toda política econômica dos Estados Unidos na América Latina, sugerindo, entre outras coisas:

• O Governo americano deve tomar a iniciativa para o estabelecimento de novas normas de ação quanto ao café, algodão, cacau, cobre, zinco, chumbo, estanho, cereais, açúcar, carne e lã. Recomenda, em particular, as revisões das cotas de petróleo, chumbo e zinco e que seja estudada a possibilidade da criação de um mercado livre de produtos minerais latino-americanos;

• Apoio aos preços das matérias-primas para as quais são fixadas cotas de exportação, e maior flexibilidade na acumulação de estoques e na consulta às nações interessadas quanto a mudança de política econômica;

• Liderança dos Estados Unidos

num movimento de ampliação da capacidade dos países latino-americanos para pedir empréstimos a curto prazo no Fundo Monetário Internacional.

Quarenta e seis por cento do total de produção de matérias-primas da América Latina vão para os Estados Unidos, que são, também, de uma maneira geral, o melhor mercado dos latino-americanos. Qualquer queda de preços ou de vendas provocam conseqüências dramáticas. Em setembro e outubro de 1960, as compras americanas na América Latina baixaram de 100 milhões de dólares, ou seja, de trinta por cento.

### Medidas concretas

Na metade do ano passado, o Serviço de Informações dos Estados Unidos pediu ao Congresso uma verba maior para as suas atividades na América Latina. Motivo: a onda crescente de antiamericanismo. Declarou, na época, o encarregado do Departamento Latino-americano: "Há anos vimos percebendo essa disposição crescente contra os Estados Unidos".

O fato revelava a disposição do Governo americano em cuidar do assunto com seriedade. Quando voltou de sua viagem à América Central, o Sr. Milton Eisenhower deu o seguinte conselho ao seu irmão: "Os Estados Unidos não devem intervir nos assuntos internos dos países ao sul do rio Grande, nem mesmo em função da célebre sentença revolucionária de obrigar os povos a serem felizes. Sem intervir em nada no ritmo e na forma de vida desses países, há um modo de indicar a nossa posição: um abraço nos democratas, um simples aperto de mãos nos ditadores". Milton Eisenhower propôs, na época, um programa de quatro pontos:

- Uma maior ajuda técnica;
- Estrita aplicação dos princípios de não-intervenção;
- Estímulo à unificação econômica;
- Evitar favores aos ditadores.

O primeiro sintoma de que iria mesmo mudar o conjunto da política dos Estados Unidos na América Latina foi o apoio à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com um capital de um bilhão de dólares. Juntamente com a Argentina, os Estados Unidos foram os primeiros a ratificar a constituição do Banco. Antes que o Senado aprovasse a participação ame-

ricana no novo organismo, disse o Senador William Fulbright, Presidente da Comissão de Relações Exteriores: "Não posso deixar de recordar aos meus colegas acontecimentos menos felizes ocorridos na área da América Latina, no ano passado. Naquela época e ainda recentemente, muitos e destacados senadores fizeram discursos convincentes sobre a incapacidade dos Estados Unidos para tratar com seus vizinhos do sul. Ficou decidido, então, que alguma coisa deveria ser feita, para remediar a situação. A nossa participação no Banco será precisamente um dos meios pelos quais iremos remediando o mal apontado". O projeto foi aprovado sem oposição, em menos de uma hora.

Em novembro de 1959 o Presidente Eisenhower aprovou a criação de uma Comissão Nacional de Relações Interamericanas, presidida pelo próprio Secretário de Estado, Sr. Christian Herter. A respeito, foi declarado oficialmente: "Aprovando a criação da Comissão, o Presidente Eisenhower expressa sua convicção de que

ela será bastante útil, não só sob o ponto-de-vista do desenvolvimento das relações interamericanas, mas também em favor de uma maior compreensão do povo dos Estados Unidos, no que se refere a essas relações".

O problema latino-americano preocupa igualmente, dois dos mais importantes candidatos (a candidatos) às eleições presidenciais de novembro de 1960: o democrata John Kennedy e o republicano Nelson Rockefeller. Numa entrevista recente Kennedy destacou a necessidade de um esforço urgente dos Estados Unidos em favor da América Latina. Interpretando a proposta de Rockefeller para a formação de uma União Econômica Pan-Americana, escreveu o "New York Times":

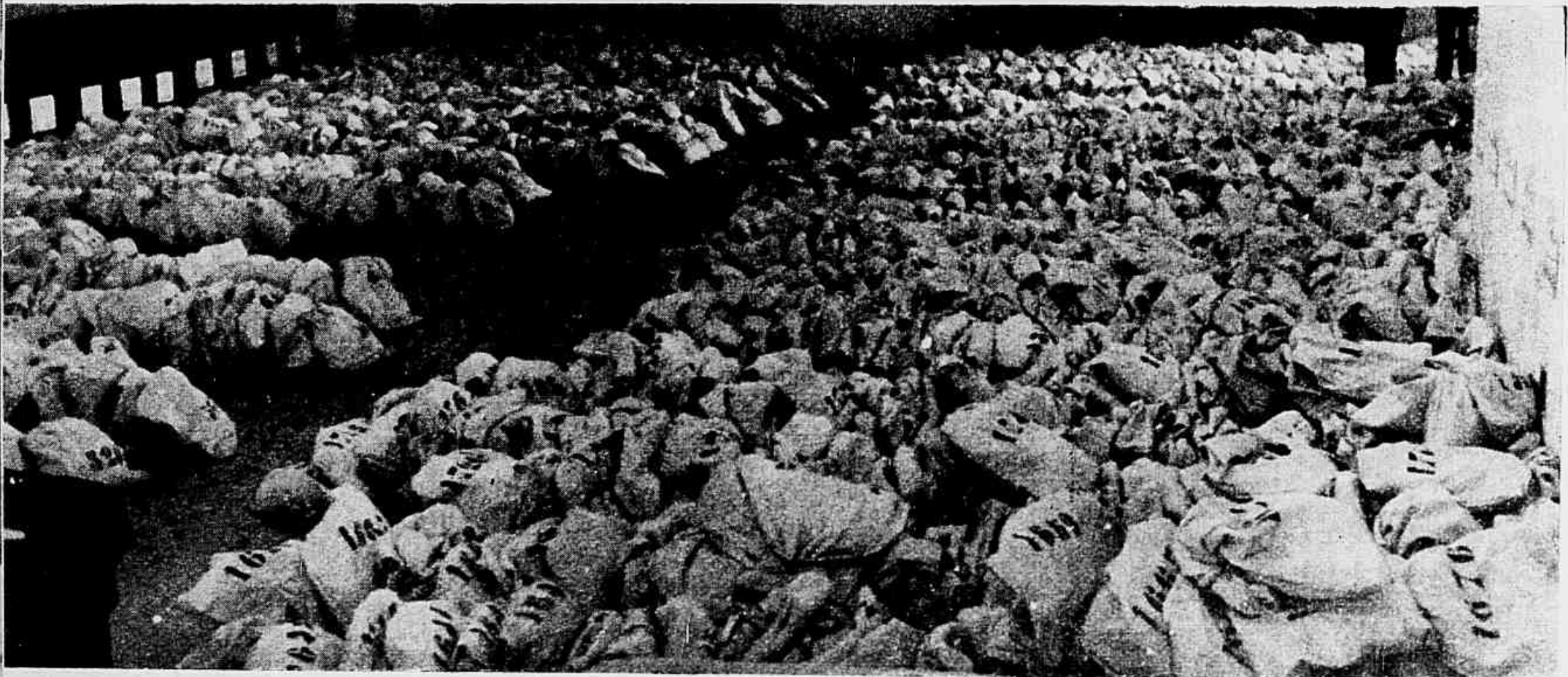
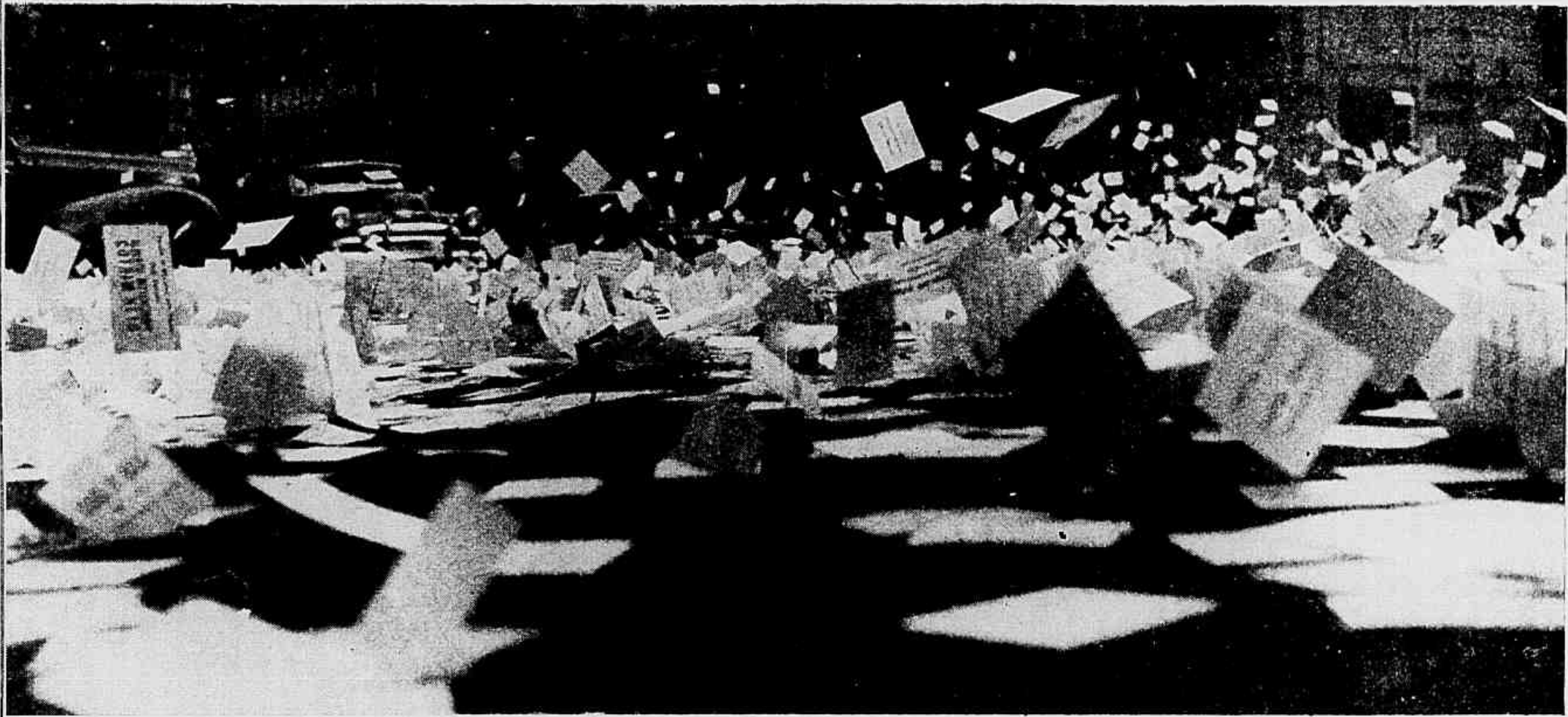
"A fonte básica de ressentimento contra os Estados Unidos é a extraordinária diferença entre a vida que levamos e as agruras por que passam diariamente, os latino-americanos. Não nos podemos furtar a uma grande parcela de responsabilidade pela retificação dessa desigualdade, porquanto uma

das idéias mais importantes que o Século XX impôs aos seus filhos é o reconhecimento de uma humanidade comum. A desigualdade de que falamos não é algo a ser medido pelo número de automóveis ou de geladeiras. Os povos da América Latina, trabalhando tanto ou mais do que nós, produzem, individualmente, apenas uma sexta parte do que produz o americano. Isso significa que podem comprar apenas uma sexta parte do que nós podemos comprar, que seu padrão de vida é seis vezes mais baixo do que o nosso. No entanto, a América Latina é rica em recursos naturais: não há nenhuma lei da natureza que a condena à pobreza. Mas necessita de ajuda — dinheiro, ferramentas, perícia, tudo aquilo, afinal, que a nossa tecnologia produziu em abundância. Necessita poder vender o que produz de modo a produzir mais e melhor. Necessita na realidade, de criar uma sociedade econômica moderna, na qual a estabilidade das instituições políticas esteja garantida — e a vida em si devidamente digna de ser vivida".



# Eleições

*LUÍS GUTTEMBERG*



# cada candidato vai gastar um bilhão

**N**ÃO se fez até hoje, no Brasil, uma campanha política em que os modernos elementos da técnica de propaganda fôssem racionalmente adotados e tivessem influído como fator decisivo de vitórias e derrotas.

Essa é a conclusão a que chegam, unânimemente, os profissionais da propaganda, a maioria dos quais já participou de campanhas eleitorais, mas, sempre em trabalhos de orientação geral ou na execução de tarefas isoladas. Nunca, porém, como peças de uma equipe de especialistas, tal como funcionam normalmente nas agências de publicidade quando são encarregados de promover os meios para que o sabonete "X" ou o tecido "W" vendam bastante, tanto pelo que valem realmente quanto pelas sugestões de utilidade e bom-gosto que a propaganda, por acréscimo, lhes transmitem.

O escritor Orígenes Lessa, considerado um dos maiores redatores de propaganda do Brasil, ao analisar a campanha política empreendida, em 1954, pelos candidatos ao Governo de São Paulo, colocou freqüentemente o problema da propaganda eleitoral nos termos de um esforço para vender determinado produto e, muitas vezes, para explicar o primarismo com que se conduziram os candidatos paulistas, recorreu a

princípios básicos da propaganda comercial, como aquêle que manda "esquecer o concorrente e vender o produto em si mesmo, pelas suas qualidades e méritos, sem qualquer alusão aos rivais". E acrescenta — "Eu devo convencer alguém a comprar o produto "X" porque êle tem estas qualidades positivas, porque corresponde desta ou daquela maneira às suas necessidades, sem cogitar dos concorrentes e mesmo sem lembrar o seu nome a possíveis compradores". Além de outros riscos, eu correria o de provocar reação, de acirrar ódios, de estimular teimosias e rivalidades, de irritar ou chocar grande parte do mercado.

Mas, êsses princípios foram desprezados grosseiramente pelos candidatos, na época, ao Governo de São Paulo, e o resultado foi o mais curioso possível: venceu a eleição aquêle que menos usou os jornais, o rádio e a TV como veículo da sua propaganda, conquistando o público, principalmente, pelo seu magnetismo pessoal, nos comícios de rua. Tratava-se do Sr. Jânio Quadros. Os derrotados foram o honrado Sr. Prestes Maia, considerado pelo Sr. Orígenes Lessa como o candidato mais fácil para ser levado por uma boa propaganda, e o Sr. Ademar de Barros, quem mais gastou e mais sofreu os efeitos da sua própria propaganda pessoal, de última qualidade.

## Outras Lições

**S**E a análise do Sr. Orígenes Lessa é um dos únicos trabalhos sérios realizados no Brasil sobre o assunto, as experiências mal sucedidas da propaganda política, tanto nas disputas municipais e estaduais quanto nas federais, não têm produzido efeito.

O próprio processo de elaboração inicial de uma campanha de propaganda não é reconhecido pelos candidatos, que se lançam à conquista de votos sem a proteção de estatísticas e pesquisas de opinião, desde o começo. Prevendo-se em mais de Cr\$ 1 bilhão o custo, para cada candidato da próxima campanha eleitoral para Presidência da República, pode-se fazer uma idéia dos preços da propaganda e da importância de dirigi-la inteligentemente.

O preço cobrado pelas emissoras de rádio é de Cr\$ 3 mil o minuto, em média, no Rio e em São Paulo, para qualquer propaganda política. No interior o preço cai para Cr\$ 150 e Cr\$ 200. A televisão, seja no Rio, São Paulo ou Belo Horizonte, custa Cr\$ 6 mil por minuto aos políticos que queiram usá-la. Sem contar, ainda, as emissoras pertencentes às correntes políticas que apoiam os candidatos, e que, no fim, sofrem prejuízos de tal ordem que terminam por sobrecarregar, mais do que os

veículos contratados, a conta geral da campanha do candidato beneficiado.

Os cartazes que são afixados nas paredes e que, numa cidade como o Rio, não duram mais de uma semana, custam Cr\$ 8 a unidade, se a empresa gráfica confecciona quantidades da ordem de 100 mil. As firmas especializadas em afixar cartazes pedem em média, Cr\$ 5,00 para colar cada cartaz. O preço de uma faixa simples, de fazenda ordinária, para não resistir à chuva, é de Cr\$ 4 mil.

Uma empresa cinematográfica pede Cr\$ 150 mil para incluir, nos jornais que distribuem pelos cinemas de todo Brasil, um "short" de interesse da propaganda de um candidato.

Os jornais do Rio e de São Paulo vendem o centímetro-coluna, para propaganda política, numa base de Cr\$ 300. Os jornais do interior ficam entre Cr\$ 150 e Cr\$ 200. Quanto às revistas semanais e mensais, de circulação nacional, os preços de página variam de Cr\$ 70 mil, nas menores, a Cr\$ 300 mil nas três maiores do Rio.

Complete-se essas informações com a duração prevista da campanha que se inicia — 11 meses — e será fácil entender o cálculo inicial de Cr\$ 1 bilhão, que certamente não cobrirá todas as despesas marginais da propaganda: promoção pessoal do candidato, viagens, comícios, correspondência diária, assessoria e comitês.

### Processo

**P**ARA que essa fortuna de Cr\$ 1 bilhão possa ser gasta com razoável equilíbrio e objetividade comprovada, a campanha política teria que ser, como é, por exemplo, nos Estados Unidos, planejada cuidadosamente e sob a orientação de hábeis técnicos de propaganda.

Normalmente, o trabalho é iniciado com uma pesquisa de opinião pública, de âmbito nacional, quando "cidades pilotos", representando uma média das condições geo-econômicas de determinada região, seriam ouvidas através de "amostras" consideráveis de todos os seus grupos sociais.

Somente uma pesquisa nesses termos custaria mais de Cr\$ 2 milhões, prevendo-se um aumento de mais Cr\$ 1 milhão para o acompanhamento da opinião nacional com o decorrer da campanha.

Essa pesquisa fixaria a tendência do eleitorado face aos candidatos e os temas e problemas de maior receptividade, fornecendo conclusões em que se baseará a planificação da campanha eleitoral propriamente dita.

Começam, então, os estudos dos temas da campanha, que são entregues a especialistas de primeira qualidade e aos quais se pede que forneçam relatórios esgotando as fórmulas e colocar o assunto e sugerindo, num trabalho de criação, a posição que caracterize o candidato. Pode-se dar um exemplo: petróleo. O candidato deve saber tudo sobre a história da Petrobrás e fixar as soluções ou melhoria que considera oportunas.

Dêsses estudos, dependem praticamente os "slogans", símbolos, anúncios para jornais, "jingles", clichês, "slides", música e filmes.

Será estudada, também, a maneira de se comportar dos candidatos, a linha de serenidade ou exaltação, os impactos periódicos para dar entusiasmo à campanha e, principalmente, uma unidade total de pensamento e comportamento entre os candidatos e a sua propaganda.

Para realizar esse trabalho, que não pode ser entregue a leigos, por melhor que sejam as boas intenções do oferecimento, os técnicos de publicidade pedem bastante dinheiro. São poucos profissionais e organizações em condição de realizar tal tarefa e, esses, ganham muito bem e têm trabalho à vontade. Alguns ordenados médios de bons profissionais de publicidade dão idéia do preço dos seus serviços: um "layout man" ganha Cr\$ 50 mil e um redator de publicidade, Cr\$ 60 mil.

Essas despesas, porém, seriam altamente compensadas pelos resultados, uma vez que somente profissionais experimentados saberiam ajustar as estatísticas e a propaganda, que estaria imune ao dúbio sentido, tão freqüentemente usado pelos adversários no "vale tudo" eleitoral e que um técnico dificilmente deixaria passar, pois se habituou a testar os seus trabalhos, submetendo-os às intenções mais maliciosas para, finalmente, considerá-lo em condições de prestar serviço à causa em que se empenha.

Esse respeito à propaganda política como técnica é que está sendo reclamado pelos especialistas

brasileiros, realmente tentados a experimentá-la, mas, sem despertar interesse junto aos partidos e candidatos que podem contratá-los profissionalmente.

### Longa História

**A** PROPAGANDA política dispõe, hoje, de uma vasta bibliografia no mundo inteiro e sua história e leis encontram-se, hoje, ao alcance de todos através de centenas de publicações.

Sendo um dos grandes fenômenos que marcaram o início do Século XX, a propaganda política sempre foi utilizada — certamente sem a consciência de que dela se tem, modernamente — na Grécia (na campanha de Demóstenes contra Felipe, por exemplo) e em Roma (Cícero contra Catilina), enquanto Napoleão já sabia perguntar e responder, habilmente: "Que é o Governo? Nada, se não dispuser da opinião pública".

Sabe-se, porém, que se deve principalmente à propaganda política organizada a instauração do bolchevismo, por Lenine, e os sucessos de Hitler, desde a ascensão ao poder à invasão de 1940. No seu livro "A propaganda política", J. M. Domenach (Difusão Européia do Livro, 1955) transcreve conceitos emitidos por Lenine ("O principal é a agitação e a propaganda em todas as camadas do povo") e Hitler ("A propaganda permitiu-nos conservar o Poder, a propaganda nos possibilitará a conquista do mundo").

Demonstra, ainda, que no decurso da Segunda Guerra Mundial, a propaganda acompanhou sempre e, algumas vezes, precedeu os exércitos.

Procurando explicar, historicamente, o surgimento da propaganda política J. M. Domenach analisa os sucessos da publicidade, valendo-se das pesquisas da psicologia experimental, que revelaram ser o homem médio um ser essencialmente influenciável, sendo possível "sugerir-lhe opiniões por ele consideradas pessoais, mudar-lhe idéias no sentido próprio. "E por que não tentar-lhe em matéria política o que é viável no ponto-de-vista comercial?" — pergunta.

● Foi o que aconteceu nos Estados Unidos, onde "a propaganda política vive em simbioses com a publicidade e as campanhas eleitorais pouco diferem das campanhas publicitárias".



Os estudiosos da propaganda política dividem-na em dois ramos: a eleitoral e a ideológica, sendo essa última de tendência totalitária e “não uma atividade passageira e parcial, mas da expressão concreta da política de movimento, como vontade de conversão, de conquista e de exploração.”

A definição clássica da propaganda política tipo eleitoral revela-a como “a valorização de certas idéias e certos homens mediante processos bem delimitados, expressão normal da atividade política”.

### Algumas Curiosidades

O ESPÍRITO da propaganda política e do que ela deve aparentar aos elementos a que é dirigida foi sintetizado por Trotski, que dizia: “Acusam-nos de criar a opinião das massas. A censura é inexata, tentamos apenas formulá-la”.

Guiado pela história dos últimos 50 anos, Domenach estabeleceu as cinco principais leis da propaganda política:

- *Lei da Simplificação e do Inimigo Único* — Trata-se de dividir a doutrina e a argumentação em alguns pontos, definindo-os o mais claramente possível, sem nunca visar mais de um objetivo de cada vez;
- *Lei de Ampliação e Desfiguração* — Divulgação maior possível das notícias, que já devem aparecer valorizadas pelo potencial da propaganda;
- *Lei da Orquestração* — A propaganda deve limitar-se a um certo número de idéias e repeti-las incansavelmente, apresentando-as sob os mais diversos aspectos;
- *Lei da Transusão* — Segundo o publicista norte-americano, Walter Lipmann, o político deve apelar para o sentimento preponderante da multidão e prender, pela palavra e associações sentimentais, o programa político que defende a atitude preponderante da multidão;
- *Lei da Unanimidade e do Contágio* — Aplicação à propaganda do princípio sociológico da pressão do grupo sobre a opinião individual.

Quanto ao contágio, os elementos são: opiniões de pessoas admiradas, símbolos, comícios, desfiles, manifestações impressionantes. A



# Já existe no Brasil comércio de idéias



William L. Graham (ao centro) cercado por seu "staff" carioca.

William L. Graham, um afável americano do Kansas, de 47 anos de idade, é o homem que faz fortuna comprando idéias. Recentemente, ao visitar nosso País, esteve ocupadíssimo, negociando-as com um punhado de brasileiros cheios de iniciativas mas desprovidos de fundos ou créditos bancários. A notícia de que Mr. Graham dispõe de dez mil verdes notas do Tesouro americano para financiar qualquer pequeno empreendimento com uma margem mínima de possibilidades rentáveis fez afluir candidatos às pencas, como abelhas no mel. No terceiro dia de sua permanência no Rio, já com uma pasta repleta de memorandos e solicitações, o milionário teve de tomar duas providências para fugir ao assédio: a primeira foi mudar de hotel; a segunda, reunir com urgência dez conterrâneos seus, residentes no Rio, confiando-lhes a direção do mais novo e singular empreendimento ianque em nosso País, a "Private Enterprise Incorporated", cuja missão consis-



tirá em entregar dinheiro a quem sabe multiplicá-lo.

Freqüentemente, William Graham é confundido com um não menos famoso homônimo, que se intitula "Rei do Mundo" e percorre seus domínios pregando o Evangelho, denunciando o pecado e anunciando a redenção no Paraíso Celeste. O comprador de idéias, porém, não se aborrece com isto,

pois num certo sentido compara sua peculiar filosofia da "esperança para o homem comum" com uma pregação evangélica. E o seu Evangelho, calcado nos ensinamentos de Horatio Alger, o profeta americano da livre iniciativa, por vêzes soa melhor aos ouvidos das ovelhas desgarradas do Senhor. Traz a expectativa de benesses, aqui mesmo, na transitoriedade da vida terrestre.

Numa palestra com o repórter, Mr. Graham afirma que os 10.000 dólares destinados a financiar pequenos empreendimentos no Brasil são parcela mínima de cerca de meio milhão que ele já espalhou pelo mundo, desde a Ásia até à América Latina. E, naturalmente, se constituem num reinvestimento em escala menor, das infladas rendas que auferir, segundo normas por ele enunciadas nestes termos: "Financiamos os homens de idéias e dividimos os lucros fraternalmente, meio a meio. Depois que ganhou bastante dinheiro, o sócio pode comprar nossa parte e, se quiser, até investir suas economias por nosso intermédio".

— Mas por que apenas 10.000 dólares?

— Não queremos fazer milionários, nem enriquecer quem já é rico. Se assim fôsse, teríamos de investir grandes fortunas. O objetivo é ajudar homens pequenos, com pretensões modestas. Quem precisar de algum dinheiro, não mais de mil dólares, para financiar uma boa idéia e não conseguir crédito em nenhum Banco, pode procurar nosso representante no Bank of America. Se nos convencer da viabilidade de seu plano, terá o nosso cheque.

Em 1930, durante a Grande Recessão, William Graham era um jovem recém-formado pela Universidade de Wichita e cheio de esperança, mas tão despojado de fortuna como qualquer um dos homens que hoje o procuram para lhe vender idéias. Isto até o dia em que conseguiu convencer o gerente de um Banco a emprestar-lhe a modesta soma de 200 dólares. Arriscou o dinheiro no instável negócio das especulações imobiliárias. Era um jogo duro em que só havia duas probabilidades: enriquecer ou perder tudo, da noite para o dia. Mas saiu vitorioso e com o capital multiplicado continuou a enfrentar o risco das especulações, desta vez em petróleo. Hoje, dono de muitos milhões de

dólares, afirma que não mais se atreve a participar de negócios inseguros.

— E o financiamento de idéias novas não seria um jogo arriscado?

— Não. E' dos poucos seguros que já encontrei. Nossos investimentos de capitais são feitos à base da capacidade dos homens a quem ajudamos. Não há nada capaz de nos infundir maior confiança do que o talento do homem.

— E como teve essa idéia? Comprou-a de alguém?

— De certo modo, pode-se dizer que comprei a idéia por 200 dólares no dia em que fiz o meu primeiro empréstimo bancário. Foi uma lição valiosa que aproveitaria anos depois, durante uma viagem a Tailândia, onde me defrontei com o espetáculo confrangedor da miséria humana em seu mais baixo grau. Perturbava-me a visão de milhares de desempregados, jovens de feições inteligentes, que vadiavam sem esperanças pelas ruas. Disseram-me que êsses rapazes passavam meses seguidos na ociosidade, esperando apenas serem usados pelo Governo em alguma obra pública. Não havia outras possibilidades de trabalho. Quando perguntei porque não faziam negócios por conta própria para se livrar da fome e produzir os bens de que o país tanto necessitava, fui informado de que a Tailândia, como tantas outras nações subdesenvolvidas, não dispunha de capitais e muito menos de divisas para importação de máquinas ou matérias-primas. Soube ainda que nenhum Banco se atreveria a confiar dinheiro, por modesta que fôsse a importância, a um jovem nativo. Só eram financiados grandes empreendimentos. Resolvi, então, aplicar a minha filosofia da esperança para o homem comum. Distribuí cinco mil dólares entre cinco rapazes que me haviam sugerido boas idéias para investimentos. Havia-os escolhido de um total de 500 que atenderam a um anúncio publicado na imprensa local. A experiência deu certo. Desde então minha vida tem sido uma fascinante sucessão de viagens pelo mundo, à cata de talentos.

Associando-se a outros capitalistas, fundou uma empresa com sede no Kansas e ramificações na Ásia e na América Latina. Empreendimentos típicos do peculiar sistema de financiamento podem ser encontrados em diversos países. Na Turquia, uma oficina de peças

para teares ou uma fábrica de gases cirúrgicos. No Líbano, uma indústria de casacos fabricados à mão, com pele de carneiro, empregando a quase totalidade dos moradores da pequena aldeia. No Paquistão: manufatura de táboas feitas de capim e usadas na construção de habitações de baixo custo. No Chile: tijolos de madeira extraída de arbustos, sem outro aproveitamento industrial, e que são usados para construir casas populares.

Afirma William Graham:

— Em tôdas as partes tenho encontrado idéias engenhosas, surgidas da rica imaginação popular. Ninguém melhor do que o homem pobre sabe transformar em dinheiro os mais rudimentares recursos de que dispõe. Há muita coisa ainda inexplorada em nosso planeta. Mas não é preciso descer ao âmago da terra ou do mar para buscar riquezas. No quintal de sua própria casa o homem pequeno encontra muito para aproveitar: a terra, as pedras ou a madeira dos arbustos. É uma matéria-prima valiosa que se perde porque os nossos grandes financistas vivem muito ocupados em empreendimentos complexos e grandiosos”.

Contudo, Mr. Graham confessa que a idéia mais genial por ele financiada se constituiu também no seu maior fracasso.

“Havia na Colômbia um granjeiro preocupado com a reduzida produtividade das galinhas durante os meses de inverno. A produção caía em cerca de 40%. Sugeriu então que se instalassem galinheiros no fundo de uma mina de sal, abandonada, onde a temperatura se conservava igual durante o ano todo. Financiamos a idéia. Aumentou a produção, mas as aves, tendo consumido sal em excesso, começaram a perecer. Entrementes espalhou-se a fama da saborosa carne de galinha pre-salgada e a procura foi grande. A essa altura torna-se impossível continuar o negócio: o granjeiro estava praticamente arruinado e nós havíamos perdido 300 dólares”.

Uma das maiores dificuldades do comprador de idéias é livrar-se dos loucos e visionários que o procuram, com as mais absurdas sugestões: motos-continuas; aparelhos para comunicação mediúnic; foguetes interplanetários de baixo custo e até bombas atômicas fabricadas em casa. Por isso mesmo, em todos os lugares que percorre, seu primeiro cuidado é interessar no empreendimento homens de negócios locais, associando-se a eles e entregando-lhes a tarefa de ajudá-lo na seleção de candidatos. No Brasil já funciona um comitê constituído de 10 americanos radi-

cados no Rio, entre os quais, os Srs. John Lambert, do setor de Planejamento do Pessoal da “General Electric”, David Gannon, representante do Bank of America e W. S. Remensnyder, gerente-geral da Sears Roebuck.

A êsse propósito, indagamos:

— Que tipo de negócio o grupo se propõe a financiar no Brasil? Se lhe fôsse dado escolher entre um loteamento em Brasília, uma fábrica de auto-peças ou um *atelier* de costura, qual deles escolheria?

William Graham responde com segurança: “O *atelier* de costura. É o que exige menos dispêndio de capitais. Está ao alcance de qualquer pessoa dotada do necessário espírito de iniciativa e amor ao trabalho. E além do mais, apesar das facilidades do clima, a mulher brasileira também precisa e gosta de vestir-se bem”.

No escritório do Bank of America, no Rio, centenas de idéias aguardam o pronunciamento de Mr. Graham e seus sócios. Ainda sobram, porém, vagas para novos candidatos.

“Queremos o máximo de idéias para escolher as melhores. Os que não forem contemplados desta vez, consolem-se: mais dólares virão depois...” anuncia o excêntrico apóstolo da livre iniciativa.

## Banco cria crédito profissional

EMBORA difícil de acreditar, deixou de ser verdade o velho rifão “banco só empresta dinheiro a quem tem dinheiro”. É bem verdade que êsse dito tinha lá suas razões de ser, todavia, com o desenvolvimento de que o nosso País vem sendo alvo constante, as necessidades se fizeram sentir cada vez mais fortes e os apelos de um povo que quer trabalhar foram ouvidos.

Começamos, enfim. Foi criado no Brasil o Crédito Profissional. Disso se encarregou um banco mineiro — o Nacional de Minas Gerais — e o fez de maneira tão bem pensada que o sucesso não podia ser maior. O Crédito Profissional funciona com empréstimos de pequena monta e visa incentivar a produção, proporcionando um novo sentido social para o crédito. Cerca de cinquenta categorias de profissionais liberais ou não podem agora começar ou ampliar seus

negócios fazendo uso da nova carteira.

A Carteira de Crédito Profissional do Banco Nacional de Minas Gerais obedeceu a um plano-piloto elaborado com muito critério e o seu lançamento se verificou inicialmente em Belo Horizonte, onde aquêle Banco tem sua matriz. Advogados, engenheiros, barbeiros, costureiras, bombeiros, enfim, a mais variada espécie de profissionais lançou-se em busca da oportunidade de produzir mais e melhor.

É de se notar que de agosto — mês do lançamento da nova carteira — até dezembro de 1959, em Belo Horizonte foram atendidos aproximadamente 400 solicitantes, correspondendo êsse número a cerca de 35% dos que procuraram o banco. Em se tratando de um início, não se podia esperar resultado melhor, considerada a limitação de profissões para o crédito.

A idéia surgiu em 1957 em uma

reunião da Câmara dos Deputados e seria usada por instituição bancária do Governo; conforme a idéia, a liquidação do empréstimo seria a longo prazo. Entretanto, a legislação brasileira foi um entrave à execução do plano que foi aproveitado pelo Banco Nacional de Minas Gerais. O estudo sobre o assunto foi bastante demorado e o mérito do sucesso deve-se justamente a esse fato.

Foi necessário minucioso exame do mercado, isto porque seria difícil estabelecer com rigor as classes profissionais que estariam incluídas no plano. O resultado só beneficiou a inovação.

Assim, o Gerente da nova Carteira, Felício L. Cury, procurou amoldar-se ao investimento, procurando particularmente estudar cada caso, até que se possa em futuro tomar medidas definitivas ditadas pelos fatos.

#### E o Limite ?

FOI talvez o mais sério problema a enfrentar. Os debates do assunto por parte dos executantes da idéia foram bastante longos e a conclusão majoritária indicou que havia um limite para cada tipo de profissão.

Esta conclusão como não podia deixar de ser foi lógica: não se podia admitir que um bombeiro hidráulico recebesse empréstimo paralelo a um dentista. Ficou, então, decidido que cada proposta, teria a solução-limite ajustada à profissão do requisitante.

Assim caminha o Crédito Profissional em Belo Horizonte: nem mesmo os mais humildes artesãos foram ultrapassados. Até mesmo o electricista, a costureira ou o barbeiro têm agora a oportunidade que esperavam há muito, desde que possam provar sua capacidade

de trabalho e produção com o auxílio recebido, assim como sua atuação na profissão.

Sob o ponto-de-vista social, mais não se podia desejar, isto porque o Crédito Profissional trouxe e continuará trazendo novos e grandes ensinamentos, ajudando o povo a criar uma nova mentalidade profissional a respeito do valor de um empréstimo bancário. A simpatia de que vem sendo alvo tal iniciativa já é conhecida em todo o Brasil!

Agora teremos o Crédito Profissional no Rio de Janeiro. Acredita-se num êxito maior do que em Belo Horizonte pelas pesquisas que vêm sendo feitas continuamente desde o lançamento na capital mineira. E esse êxito já começou a ser sentido quando inúmeros interessados têm procurado as diversas agências do Banco solicitando informes, com maiores detalhes.

## Passaporte de Segurança para o mundo inteiro!

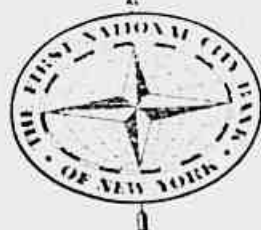
# CHEQUES PARA VIAJANTES



The **FIRST**  
**NATIONAL CITY BANK**  
of New York

Dinheiro protegido... viagem tranquila! Os Cheques para Viajantes First National City Bank evitam mil e um problemas. Aceitos em qualquer parte do mundo como moeda corrente, podem ser negociados em qualquer dia e a qualquer hora. Válidos por tempo indeterminado e reembolsáveis em caso de roubo, perda ou de truição.

Nos valores de 10, 20, 50 e 100 dólares

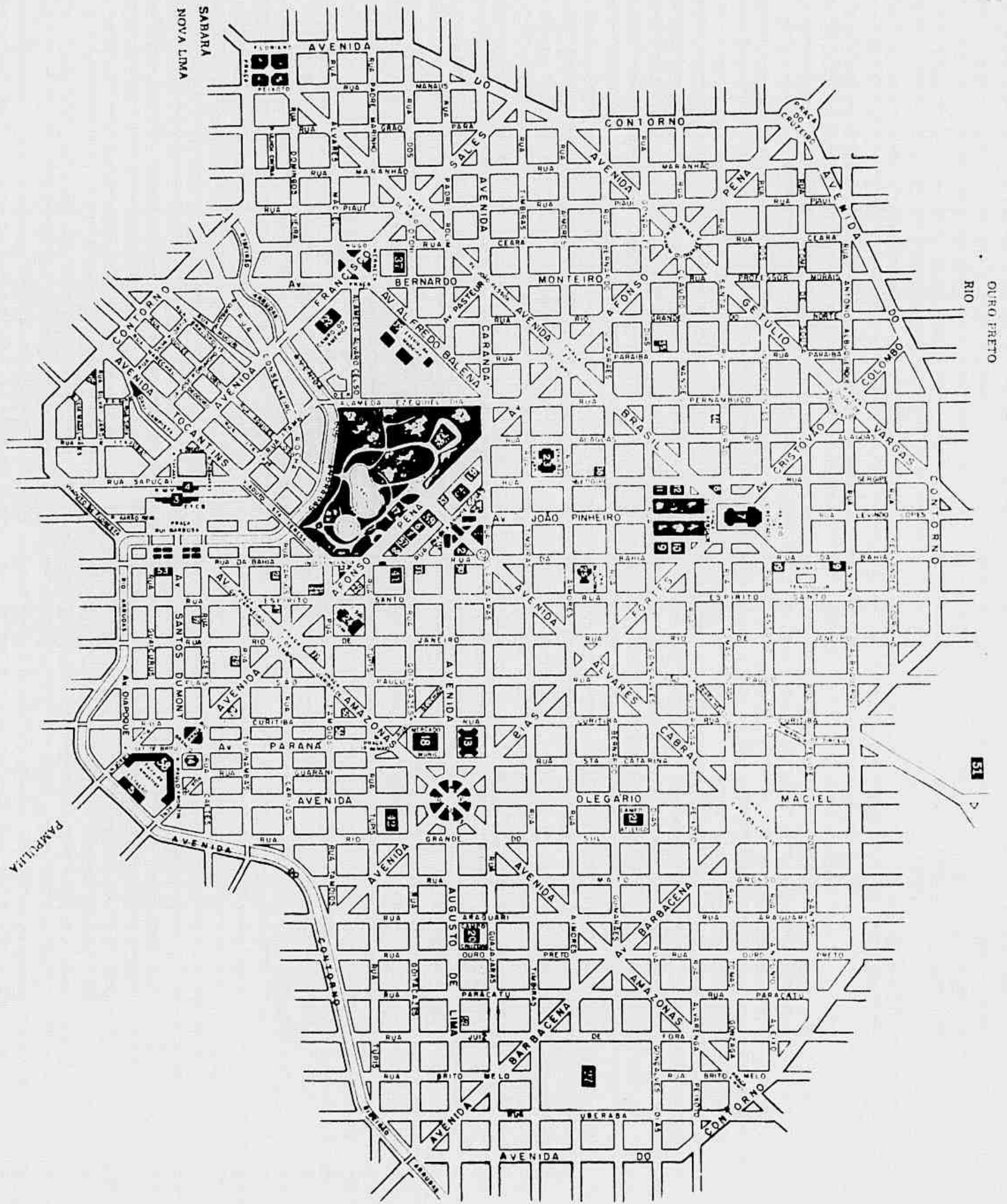


Fundado em 1812

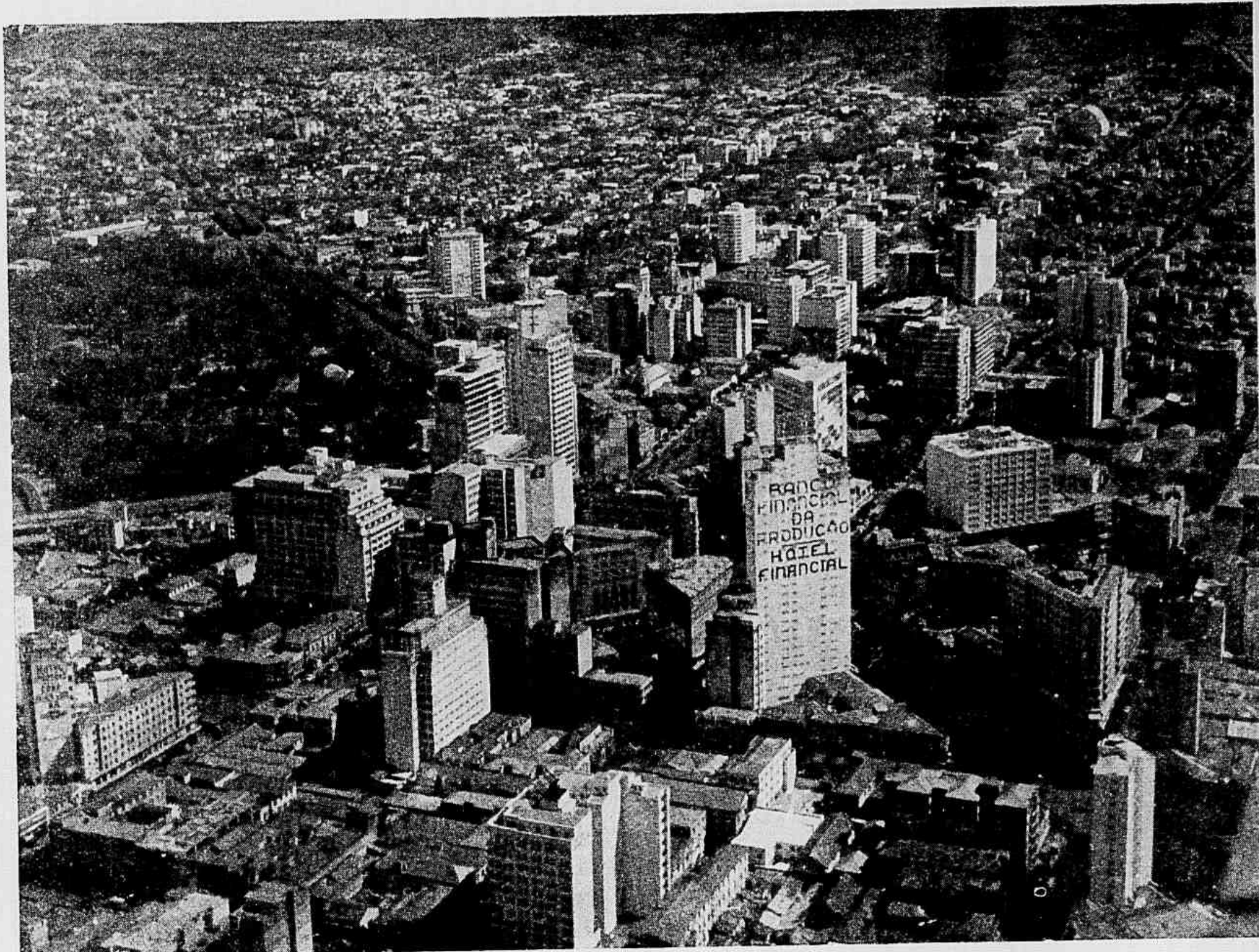
1A-6.010

The **FIRST**  
**NATIONAL CITY BANK**  
of New York

Pôrto Alegre - Recife - Rio de Janeiro - Salvador - Santos  
São Paulo - Av. Ipiranga, 855  
Praça Antônio Prado, 48



O mapa mostra os limites urbanos que os construtores de Belo Horizonte planejaram. A avenida que faz o círculo em torno da cidade, segundo o modelo original, é a avenida do Contorno. Na foto da outra página, vemos a Belo Horizonte moderna, que há muito já rompeu o cerco traçado pelos construtores da cidade.



B. Horizonte  
vive o drama  
da cidade  
planejada

MAURO SANTAYANA

*Belo Horizonte também teve a sua Comissão Construtora da nova Capital. Quando a "Novacap" mineira projetou a nova cidade, inaugurada em 1897, previa-se que ela ficaria no perímetro limitado pela avenida do Contorno. Eram, então 10 mil habitantes e apenas quinhentas casas novas. Hoje, dentro do quase círculo formado pela avenida do Contorno está somente o que se convencionou chamar de "zona central": Belo Horizonte cresceu desordenadamente, violando tôdas as regras estabelecidas pelos seus planejadores.*

*A serra de Curral d'El Rey foi um dos marcos que orientaram os bandeirantes paulistas, nas suas incursões pela extensa zona central de Minas Gerais. No último quartel do Século XVII, Curral d'El Rey passou a ser o centro de interesses dos caçadores de ouro. A salubridade do lugar e a posição vantajosa para o intercâmbio comercial, atraíram à povoação incipiente algumas famílias, que nela se fixaram, trabalhando em agricultura, pecuária e mineração. Nasceu, então a Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral d'El Rey.*

*A 6 de novembro de 1867, surgiu o primeiro projeto de mudança da capital mineira, Ouro Preto. Essa primeira tentativa, de autoria do Padre (Deputado) Agostinho do Paraíso, não conseguiu transformar-se em lei, mas conquistou uma forte corrente de opinião pública. Em 1891, depois de proclamada a República e servindo-se de poderes especiais outorgados pela Constituinte, o Governador Augusto de Lima determinou a mudança. Seis anos depois, Belo Horizonte, ex-Curral d'El Rey era realidade.*

*De 1950 a 1959, a capital mineira quase dobrou sua população, de 350 mil para 600 mil habitantes. Em população, é a sexta do País. Em produção industrial, a décima primeira. Nesta reportagem, MAURO SANTAYANA, jornalista mineiro, faz uma análise dos resultados, positivos e negativos, até agora alcançados pela primeira "Novacap" da República.*

**Q**UANDO Adalberto Ferraz, primeiro prefeito de Belo Horizonte, nomeado pelo presidente Crispim Jacques Bias Forte (pai do atual governador de Minas), empossou-se, a cidade era apenas alguns quarteirões povoados, numa arquitetura monótona de casas padronizadas. Mas já havia problemas. Dois ou três meses depois baixou a primeira portaria no setor do abastecimento, regulamentando a venda de carne verde e a distribuição de leite. O atual prefeito de Belo Horizonte, Sr. Amin-tas de Barros, ainda continua bai-

xando portarias sobre o problema da carne.

De Belo Horizonte diz-se muita coisa. Que é uma das cidades mais belas do mundo e de vida mais calma. Que a sua arquitetura é a mais arrojada de que se tem conhecimento. E, segundo o cronista Paulo Mendes Campos, que é uma cidade sem alma. Mas o verdadeiro drama de Belo Horizonte, e sobre o que se fala muito pouco, é a sua marca de nascimento: os erros de planejamento. A capital mineira mostra, hoje, o que é o fracasso de uma cidade planejada. Em

certo sentido, esta segura revelação demonstra os erros do passado. Em outro sentido, serve de advertência aos edificadores de metrópoles. É um aviso sobre Brasília.

#### **Feudo de Silva Ortiz**

BELO Horizonte possui, hoje, uma população estimada em quase seiscentos mil habitantes. Recentes estudos de projeção demográfica prevêem um milhão para 1967 e o dôbro em 1980. Esse acréscimo populacional virá multiplicar os problemas da moderna cidade, que já constituem legião e queimam os miolos dos administradores, técnicos em economia, sociólogos e urbanistas da cidade. Porque não existem, dentro da situação atual da metrópole, caminhos que conduzam à solução dos problemas. A cidade foi mal planejada e desenvolveu-se sem a preocupação de qualquer disciplina urbanística.

É um erro elementar, engrandecido pela ignorância ufanística, afirmar que a capital mineira é a mais bem traçada do mundo.

Quando o Sr. Francisco Bicalho (que havia fracassado no Rio de Janeiro, perdendo para Paulo de Frontin, na célebre questão da água em seis dias) chegou ao sítio escolhido por políticos para se transformar na nova capital do Estado, encontrou um arraial pacato, restos do antigo feudo de João Leite da Silva Ortiz, que "descobriu" a várzea em 1701 e, vinte anos depois, a abandonou aos seus herdeiros. Bicalho, Aarão Reis, Francisco Socasseaux e Hermilio Alves, que eram o "estado maior" da Comissão Construtora, resolveram, no planejamento da nova cidade, aproveitar soluções urbanísticas parciais de Washington, Buenos Aires e Paris. Das duas primeiras cidades, aproveitaram o traçado em ângulos retos e abertura de grandes avenidas. Da úl-



tima, tentaram decalcar os jardins. Numa fôlha de papel, depois de várias discussões, traçaram o que seriam as avenidas e ruas da nova capital. E, sem pensar no futuro, cercaram o desenho por uma avenida circular, que hoje é a fronteira urbanística de Belo Horizonte. Trata-se da avenida do Contorno. Dentro de seus limites, mal ou bem, existe alguma organização. Fora dela, são os bairros jogados nas encostas de morros, córregos sem retificação, plantas urbanísticas que não funcionam.

Esta situação, que nasceu, praticamente com a cidade e mais se complicou com os anos, está tornando Belo Horizonte uma metrópole de problemas. Quase a metade de sua população (47,6%) vive em condições infra-humanas. São as favelas, espalhadas por todas as faixas de terreno, próximas aos córregos e às linhas ferroviárias que atravessam a cidade e os bairros miseráveis da periferia. A mortalidade infantil na cidade é das mais altas no Brasil, devido, principalmente, à ausência de saneamento e ao péssimo mecanismo da assistência médica. Somente a gastroenterite (infecção intestinal provocada por bactérias) mata, nos meses de verão, quase duas mil crianças na capital mineira. Além desta endemia, há, todos os anos, a incidência epidêmica da varicela, quando não surgem casos de tifo e poliomielite. Sanitaristas eminentes já mostraram as causas de tais endemias e epidemias: falhas do abastecimento de água e insuficiência de redes de esgoto. Aliás, sobre o problema de escoamento de detritos, Belo Horizonte vive um drama permanente, devido ao Arrudas. Todos os esgotos de seiscentos mil habitantes dependem, exclusivamente, de um ribeirão de cinco metros de largura. Em 1927, o célebre urbanista francês, Agache, visitando a cidade, disse que, quando a população chegasse a 500 mil habitantes, o riacho seria insuficiente para o escoamento dos detritos. A cidade já ultrapassou este número. De vez em quando a imprensa mineira trata do problema, com previsões dramáticas, afirmando que o destino da cidade é mergulhar num mar de imundícies.

A rede de esgotos, toda ela convergindo para o Arrudas, foi também planejada para atender a uma "cidade vergel", como lhe chamava Bilac. Não contavam os enge-

nheiros que a projetaram, em 1894, com a era dos arranhacéus. Resultado: há sempre condutos arrebitados na cidade, trazendo enormes despesas à Prefeitura e comprometendo a saúde dos habitantes.

O problema da água está em caminho de solução. Estão adiantados os trabalhos de captação do rio das Velhas, o que livrará a cidade deste problema — mas trará outro. O impacto de milhões e milhões de litros d'água sobre a cidade representará o colapso das redes de esgoto. Para a modificação das redes distribuidoras de água e coletoras de detritos, a fim de suportar o volume do rio das Velhas, são necessários, a grosso modo, três bilhões de cruzeiros. A receita municipal, para 1960, é de apenas um bilhão e quarenta milhões de cruzeiros, para uma despesa de um bilhão e quatrocentos milhões. Dessa despesa, apenas duzentos milhões são reservados às obras. O resto se dilui nos outros compromissos da Municipalidade, principalmente pessoal, que consumirá centos milhões de cruzeiros, em 1960.

O atual prefeito de Belo Horizonte, advogado Amintas de Barros, é, sobretudo, um homem simples, cujo maior sonho era eleger-se chefe da Municipalidade. Não se pode atribuir-lhe os fracassos de Belo Horizonte. Principalmente por que vem demonstrando um grande interesse em trabalhar pela solução dos grandes problemas da capital. Mas já encontrou uma estrutura falha, impossível de ser modificada em seu período de governo. Cercou-se de bons técnicos, nos departamentos de mais importância, como Água e Esgotos (Tales Lobato), Abastecimento (Alcides Ferreira Maia), Limpeza Pública (Eder Castro) e Assistência e Saúde (Antônio Otaviano de Almeida). Mas contra todos os seus propósitos, está a situação financeira da cidade. E os graves problemas sociais, como favelamento e criação indisciplinada de bairros na periferia. A explosão demográfica é outro fator que conspira contra os bons propósitos do prefeito; Belo Horizonte não dá tempo para pensar. A cada dia surgem novos problemas, advindos do aumento vertiginoso da população.

#### Como Salvar?

QUE destino poderá salvar Belo Horizonte do colapso? Afirman-

os sociólogos e economistas que somente a industrialização da *urbs* criará condições financeiras para a execução de planos salvadores. Felizmente, Belo Horizonte está neste caminho, com a cidade industrial de Contagem (município vizinho, mas economicamente geminado a Belo Horizonte) e de Santa Luzia. Estas indústrias oferecerão melhores empregos à mão-de-obra, que hoje se distribui, principalmente, na construção civil, de baixa remuneração. Até agora, Belo Horizonte tem sido uma cidade de funcionários públicos, estudantes e soldados. Mas a sua rota industrial já está traçada. Com mais energia elétrica (o que é previsto para breve, com o aproveitamento das usinas de Três Marias e Furnas), Belo Horizonte se integrará na era da indústria. E pode ser que mas de infraestrutura administrativa para resolver os problemas de infraestrutura administrativa. Por outro lado, uma melhor remuneração dos trabalhadores poderá vir a resolver o problema das favelas. É esta a esperança de Belo Horizonte, a longo prazo. Já se chegou a pensar num "Plano de Salvação" para a capital mineira, nos moldes da SURSAN carioca. Seria uma solução realizar uma "operação plástica" na topografia de Belo Horizonte, com a retificação e canalização de seus inúmeros córregos e do Arrudas; no desvio do rio Paraopeba para dar mais volume ao riacho; na abertura de grandes avenidas perimetrais e radiais; no desmonte de grandes morros; na retificação de toda a rede de esgoto e toda a rede distribuidora de água; na criação de bairros populares, funcionais, que substituíssem as favelas. Tudo isto custa um dinheiro impossível à capital de hoje, apesar de ser ela a metrópole financeira do Brasil, com bancos que, juntos, guardam mais da metade do meio circulante nacional, em depósitos.

É este o retrato (ligeiro) de Belo Horizonte aos 62 anos (foi inaugurada a 12 de dezembro de 1897). Retrato pouco lisonjeiro, nos seus aspectos urbanísticos, elogiados pelos mal informados. Mas, apesar de tudo, Belo Horizonte é uma das mais agradáveis cidades brasileiras, principalmente devido ao seu povo, hospitaleiro e bom. Mas isto já é outra história. A

# São Gonçalo, Manchester Fluminense

O GRANDE surto da indústria que define os rumos da economia nacional, na atualidade, tem um claro expoente no desenvolvimento manufatureiro de São Gonçalo. De acôrdo com os resultados do Censo Industrial de 1950, o parque industrial da Manchester Fluminense é o 3.º do Estado do Rio de Janeiro, e 18.º do País, sobresaindo entre os demais não só pelo volume físico ou pelo valor das mercadorias, como pela grande variedade dos seus produtos fabris.

Situado a 12 km da Capital do Estado e a 6 km — por via marítima — da Capital Federal, o seu progresso não deve ser atribuído apenas a esta privilegiada localização geográfica. Seus rios, entre os quais se destacam o Guaxindiba e o Imboaçú, contribuíram de modo decisivo para êsse engrandecimento possibilitando-lhe a ligação com os referidos mercados muito antes do governo imperial haver mandado abrir as primeiras rodovias — providência tomada nos meados do século passado.

Essas estradas de rodagem, bem como os posteriormente inaugurados ramais da Estrada de Ferro Maricá e de Cantagalo — hoje Leopoldina — tiveram a sua construção facilitada pelo relêvo do solo comunal. Devido ao fato dos 222 km<sup>2</sup> de São Gonçalo serem na sua maioria planos, as suas rodovias, dos tempos do Império para cá, cresceram em quilometragem e se multiplicaram.

O progresso industrial do Município é devido, igualmente, à intervenção de outros fatores, os quais influíram tanto no seu desenvolvimento quanto essas condições naturais. Entre os demais, salientam-se dois da maior relevância no que concerne à industrialização do País. De alcance nacional, um deles — a abolição da escravatura — provocou a ruptura da economia rural e favoreceu a evolução da economia citadina. O outro, de tremenda repercussão internacional — *crack* da Bólsa de Nova Iorque — causou a queda de preços de café e possibilitou o domínio do mercado interno pela indústria indígena.

Sem dúvida, iniciando a fabricação de fósforos no Brasil, a Companhia Fiat Lux, fundada em São Gonçalo quatro anos após a libertação dos escravos, beneficiou-se com o excesso de mão-de-obra disponível e o fenômeno paralelo do

barateamento de salários, provocados pelo evento.

A crise econômica de 1929, cujos reflexos se fizeram sentir no Brasil até 1933, veio incrementar o consumo do cimento nacional, cuja produção em São Gonçalo foi iniciada pela Companhia Nacional de Cimento Portland exatamente no ano de 1933.

Evidentemente, a debilidade de nossa economia já havia sido posta a prova com a primeira guerra mundial. Exigindo esforços imprevistos, o segundo conflito serviu para demonstrar que a nossa capacidade de recuperação teve o mérito de converter o Brasil, "País essencialmente agrícola", numa nação industrial.

Há um século atrás, contava o Brasil com menos de meia centena de estabelecimentos industriais. Atualmente, só em São Gonçalo, êste número é quatro vezes maior. E, como está acontecendo no Brasil, a produção manufaturada do Município supera em valor a vegetal.

## Problema Agrário e Movimento Sindical

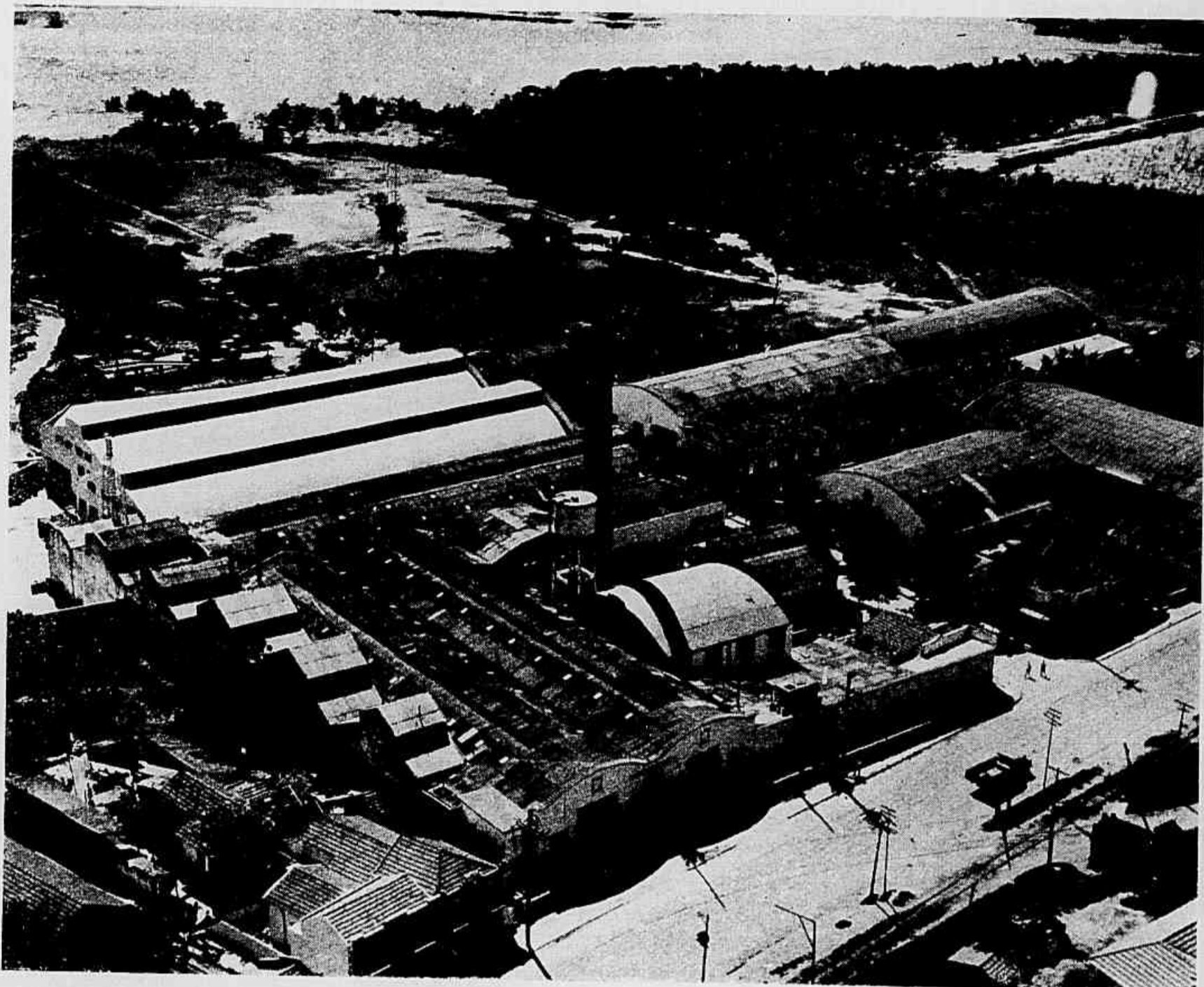
A CARÊNCIA de mão-de-obra, atraída principalmente para a indústria, explica em grande parte o papel secundário das atividades agrícolas de São Gonçalo. Insignificante parcela de trabalhadores corresponde à lavoura, 3 859 lavradores, no total de 92 159 pessoas que se dedicam a vários ramos de atividade.

Para evitar o êxodo rural, um recurso preconizado tem sido o da reforma agrária pela qual se converteria o latifúndio em pequenas propriedades e se fixaria o trabalhador no campo, convertendo-o em dono da gleba que trabalhe. Certo esta solução realizaria o tipo da economia mista em São Gonçalo, cuja expansão agrícola seria em breve paralela à industrial.

Outra solução preconizada é a de estender a legislação trabalhista ao campo e proceder a sindicalização rural. Nesse ponto é importante assinalar que o homem do campo pode contar com o apoio do proletariado industrial de São Gonçalo, cujos líderes sindicais compreendem a importância da sindicalização rural.

No Município o movimento sindical tem progredido a passos gigantados, participando os sindicat-

Fábricas de cimento, de fósforos, de chocolate, de calçados e de tantas outras indústrias dão a São Paulo uma posição de relevo entre as grandes cidades industriais do Brasil.



tos locais na luta pelo direito de greve, e revogação do decreto 9 070 que o regulamenta, bem como a repulsa total ao substitutivo Jeferson Aguiar.

Consoante informe de um técnico em questões sindicais do Município, os operários de São Gonçalo agitam todos os problemas e se ativam na luta por tôdas as reivindicações sindicais. Assim, trabalham em prol da escalam móvel de salários sôbre a base de um salário mínimo vital, reforma da legislação trabalhista vigente e autonomia sindical. Estas exigências operárias são fruto, é evidente, do progresso industrial de São Gonçalo, a Manchester Fluminense.

#### Principal Atividade

BASE econômica do Município, a indústria de transformação de minerais não metálicos — fabricação de vidro, porcelana etc — lidera a indústria de São Gonçalo. Só a Companhia de Cimento Port-

land — a maior fábrica de cimento do País, com os seus 4 fornos de capacidade para 465 000 de toneladas *clinker* — representa 24% sôbre o valor de produção de tôdas as indústrias de local.

Em lugar de destaque, nessa classe de indústrias, figura também a Companhia Fiat Lux com a média de produção de 18 000 palitos de fósforos por segundo. Seja dito de passagem, para acentuar a importância desta fábrica no panorama econômico do País, que, conquistando as emprêsas sulinas congêneres, pela baixa regional de preços, a Fiat Lux converteu-se no monopólio nacional do produto.

Embora a indústria de transformação de minerais não metálicos seja a principal nas atividades econômicas de São Gonçalo as fábricas de produtos alimentícios — biscoitos, macarrão etc — têm uma grande importância com os seus 46 estabelecimentos. A Sociedade Anônima de Conservas Coqueiro, por exemplo, produziu em 1958 4 730 000 kg de conservas de sar-

dinha, 90 000 kg de óleo de peixe, 1 100 kg de farinha de peixe, e, além de ser a iniciadora no Brasil do aproveitamento integral do pescado, está em vias de lançar um produto novo no mercado nacional de conservas de peixe — o concentrado solúvel.

São ainda fabricados em São Gonçalo, artefatos de amianto, calçados, chocolate, dinamite, doces, fumo, fogos, formicida, ladrilhos, louça, material rodante ferroviário, mobílias, mosaicos, manilhas, pregos, produtos químicos e farmacêuticos, papel e papelão, roupas, salsicharia, tintas, tijolos refratários, telhas, tecidos, vernizes etc — produção industrial que supera em valor a de sete Estados brasileiros.

Se não houver mudança de ritmo na evolução industrial de São Gonçalo, em breve a cidade terá um renome mundial. Nesse dia, bem mais perto de nós do que supomos, Manchester será conhecida apenas como a São Gonçalo inglesa.

PARA se compreender o que está ocorrendo na Amazônia, deve-se partir desta premissa subjetiva: todo amazônida é um nostálgico da riqueza perdida. De uma prosperidade que se foi com o declínio da borracha, nos idos de 1912. Nostálgico de uma época sempre lembrada, quando a grandeza potâmica se aliou, por algum tempo, a grandeza econômica, e juntas foram o cenário de um dos ciclos mais opulentos de nossa economia extrativa.

A par das reminiscências de uma época de fausto, volta-se a confiar no presente e a acreditar no futuro. Ninguém hoje duvida de que a Amazônia virá a ser mais próspera do que já foi. Crença firme de que participam quantos imaginam Belém do Pará novamente como pôrto de primeira categoria e cidade capitânea, na região setentrional, ponto de partida da rodovia mais ousada até hoje construída no Brasil e talvez no mundo: a Belém-Brasília.

Há, contudo, uma razão maior a justificar o otimismo de hoje. É que não se trata, simplesmente, de se retomar o entusiasmo pela borracha, mas por tudo que na Amazônia é riqueza em potencial.

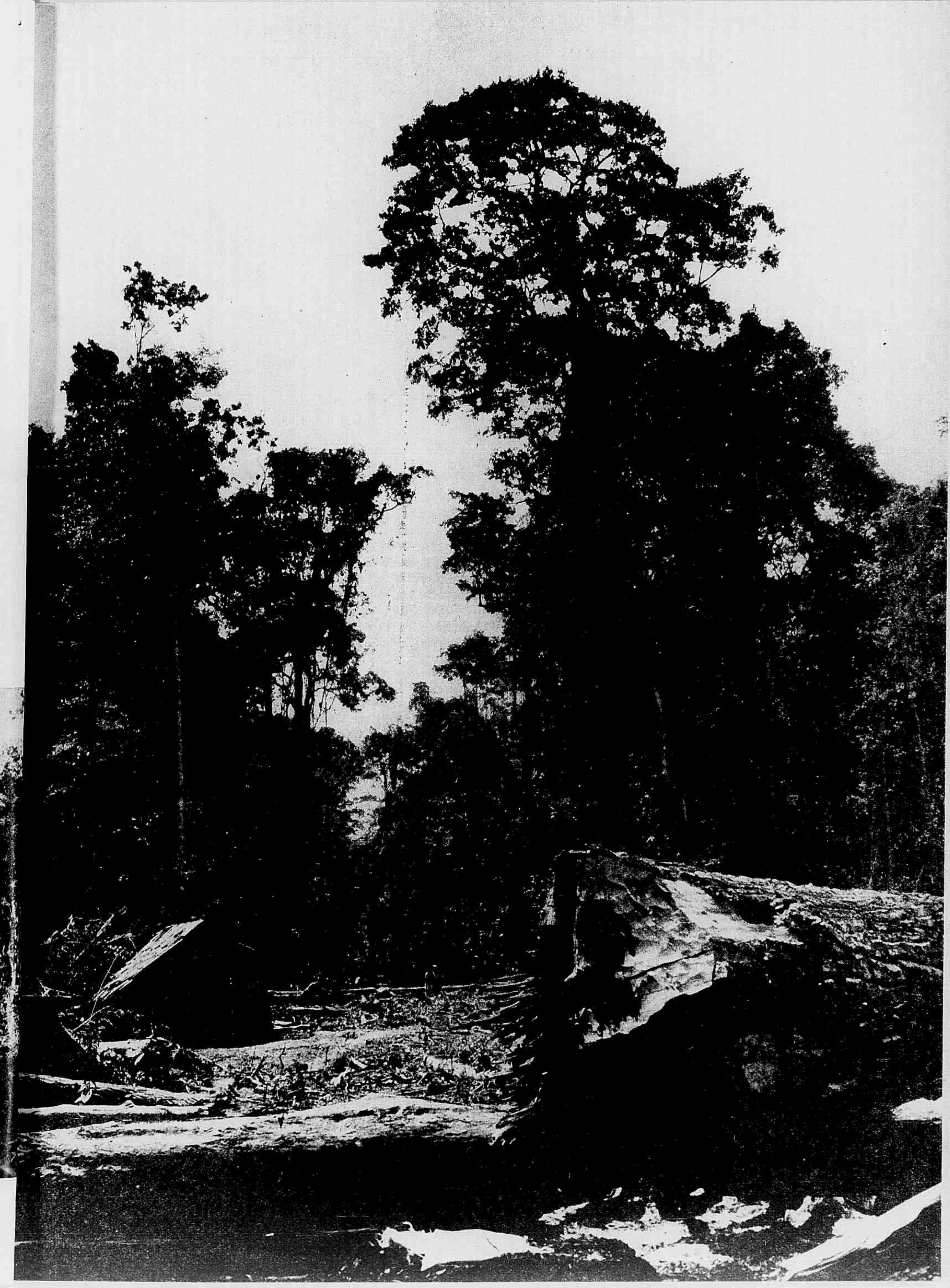
Em nosso terceiro encontro, sentimos mais nítidas as perspectivas de recuperação regional, em decorrência da atuação da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Pode-se dizer que se trata da primeira experiência de grande envergadura em matéria de planejamento, que se processa no Brasil. Quanto aos resultados obtidos, aqui os revelamos, certos de que à SPVEA cabe a maior parcela pela recuperação do homem da Amazônia e de sua grandeza, que não é só a hévea.

# AMAZÔNIA

## UMA CONQUISTA

### DE NOSSO TEMPO





## Rodovia Belém - Brasília



*Gigantes centenários da floresta amazônica.*

Planos do Império e da República

NO lugar da hévea, fala-se na rodovia, autêntica espinha dorsal que, partindo de Belém, vai até Brasília. São dois mil cento e sessenta quilômetros de estrada, um monumento de arrôjo e de capacidade de trabalho.

Enquanto o Dr. Waldir Bouhid, Superintendente da SPVEA, relata, tranqüila e confiantemente, alguns lances dessa obra que, por si só, marcaria qualquer administração presidencial, avançamos no tempo e nos perguntamos se as gerações futuras irão considerar com propriedade e espírito de justiça este esforço empreendido agora, através de mil dificuldades técnicas e financeiras, por meia dúzia de visionários e milhares de obreiros, visando a tornar realidade um sonho várias vezes centenário: a ligação Norte-Sul. Porque se trata de um empreendimento cujo pioneirismo se coloca no mesmo nível das ousadas expedições colonizadoras da época das entradas e bandeiras. E se agora bem que nos lembramos com respeito de Fernão Dias Paes Leme, de Pedro Teixeira, de Borba Gato, de quantos anônimos ampliaram as fronteiras do Brasil, que irão dizer, dentro de meio século, dos que hoje se empenham na posse efetiva desse território virgem desde a formação dos rios e da própria floresta?

É sabido que a Transbrasiliana sempre esteve nas cogitações de quantos sentiam a necessidade de ligar o Norte ao Sul. O esforço dos bandeirantes que, há 250 anos, depois de alcançarem o Rio Paraná chegaram ao Paraguai, subiram o Mamoré, o Guaporé, o Madeira e, pelo Tapajós e Tocantins alcançaram o Amazonas, vale por uma página inesquecível.

Lembra-ncs o Dr. Waldir Bouhid que, em vez do caminho natural, os rios, houve um pioneiro que pela primeira vez se dispôs a cortar na selva uma estrada, a que vai de Belém a São Luís do Maranhão. Isso ocorreu em 1616. Caldeira de Castelo Branco, logo depois de fundar a cidade de Santa Maria de Belém, incumbiu Pedro Teixeira, Tenente, de levar a notícia ao Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque, que se encontrava em São Luís. Pedro Teixeira subiu em canoa o Rio Guamá e, onde mais tarde seria Ourém, saltou: tomou a seguir rumo da costa, nas proximidades de onde se construiria Bragança. Prosseguiu viagem cruzando o Rio Gurupi e daí em diante, depois de quarenta e cinco dias de penosa tarefa, abrindo picadas a facão e enfrentando índios, chegou a São Luís.

Outros planos conhecidos datam do Império. E são inspirados pela crença de que a estrada de ferro viria a solucionar os problemas de distância no Brasil. Pensou-se na construção da ferrovia Pirapora (Minas Gerais) — Belém, que não chegou a ser iniciada, tal o alto custo. Outros projetos existem, inclusive um de autoria do Governador Justo Chermont, do Estado do Pará, mas sem resultado efetivo. Admitia-se mesmo que somente os rios eram as vias naturais de acesso e colonização.

Em 1934, foi promulgado (Decreto n.º 24 497, de 29-6), o primeiro Plano Geral de Viação Nacional, cuja sistemática se firmava num complexo férreo-rodofluvial, não estando discriminadas, na parte terrestre, as rodovias e ferrovias. De acôrdo com esse critério, a Comissão designada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, concluiu pela fixação de 9 troncos de direção geral Norte-Sul e 11 troncos Leste-Oeste, além de 18 ligações entre eles. Eram os seguintes os troncos Norte-Sul:

*Trabalho constante e tenaz durante o desmatamento.*



Troncos Norte-Sul

Fortaleza ao Rio de Janeiro pelo litoral;  
S. Luís do Maranhão ao Rio de Janeiro;  
Belém do Pará ao Rio de Janeiro;  
Santarém a Ponta Porã;  
Itacoatiara à foz do Rio Apa;  
Rio de Janeiro a Pôrto Alegre pelo litoral;  
Rio de Janeiro a Pôrto Alegre por cima da serra;  
Rio de Janeiro ao Rio Grande;  
S. Borja a Guaraim.

Com referência à ligação Belém do Pará-Rio de Janeiro, esclarecia-se: parte fluvial, 307 quilômetros; parte terrestre: já construída, 155 km, a construir, 2 240 km; já contados em outras vias, 916 km (São Luís-Rio). Extensão total da ligação: 3 618 quilômetros.

Plano Rodoviário de 1944

Dez anos depois, em 1944, pelo Decreto n.º 15 093, de 20 de março, era aprovado o Plano Rodoviário Nacional. Nêle, cogita-se, claramente, da intericrização e da ligação Norte-Sul. Das 27 rodovias planejadas,

*Acampamento às margens da Belém-Brasília para trabalhadores e técnicos da Rodobrás.*



Janeiro, 1960

6 eram longitudinais, 15 transversais e 6 ligando centros urbanos ou estratégicos importantes. Eis as rodovias longitudinais:

- 1 — Getúlio Vargas (Belém-Jaguarão)
- 2 — Panordestina (São Paulo-Salvador)
- 3 — Transnordestina (Fortaleza-Salvador)
- 4 — Transbrasileira (Belém-Livramento)
- 5 — Amazônica (Santarém-Pôrto D. Carlos)
- 6 — Acreana (Cruzeiro do Sul-Cuiabá)

Planos não faltavam

Por fim, o Plano de Viação Nacional de 1946, em vigor, ainda no setor rodoviário, adotou o Plano Rodoviário de 1944, acrescido de cerca de 10 000 quilômetros de novas estradas, sem alterar-lhe os fundamentos.

Como se vê, planos não faltavam. E enquanto as idéias de nossos técnicos não se concretizavam, a Amazônia continuava a viver seu drama de isolamento e penúria.

As metas de JK

Foi então que surgiu o Presidente Juscelino Kubitschek com seu programa de metas. Sentiu de perto o mineiro de Diamantina que a Amazônia não podia continuar a falar sozinha, embora já a essa altura se tivesse dado início ao plano de obras da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia. Findo o primeiro ano de governo, na Mensagem ao Congresso Nacional, em março de 1957, dizia-se: "Quanto aos transportes terrestres, é de salientar, como parte do Plano Rodoviário Nacional, a intensificação dos trabalhos das rodovias de ligação Norte-Sul e Norte-Nordeste ou seja, a de Belém-Anápolis (BR-14), com 1 580 quilômetros, rumo à nova Capital; Belém-Bacabal (BR-22), com 660 quilômetros, rumo a São Luís do Maranhão; e Peritoró-Pôrto Franco (BR-21) com 526 quilômetros, também rumo ao Nordeste. Essas rodovias oferecem, não só interesse econômico, mas também estratégico. Acha-se o Norte absolutamente isolado do resto do País, por via terrestre, e as graves conseqüências que daí poderão advir já se tornaram patentes por ocasião do último conflito mundial. Serão as novas estradas também de grande valor para o desenvolvimento da colonização, pois as terras devolutas marginais são férteis e adequadas à criação de núcleos coloniais, que atrairão para o Norte as correntes migratórias do Nordeste". Por sua vez, o *Primeiro Plano Quinquenal*, já conceituara a importância da ligação Norte-Sul, ao sentenciar: "Não é aconselhável adiar por mais tempo a consideração de um problema que tem desafiado gerações e preocupado sucessivas administrações". Falava-se, nessa época, na Belém-Anápolis, embora o traçado primitivo da BR-14 se limitasse aos extremos Guamá e Pôrto Franco e se cogitasse do Rio Tocantins

Recomendações do  
Primeiro Plano Quinquenal



*A estrada  
vista de  
uma colina.  
Sempre  
a floresta.*



Todos  
os esforços  
todos  
os sistemas  
de tração.  
Dorso  
humano,  
lombo de  
animais  
de carga,  
tratores,  
helicópteros.



Continuidade  
rodoviária

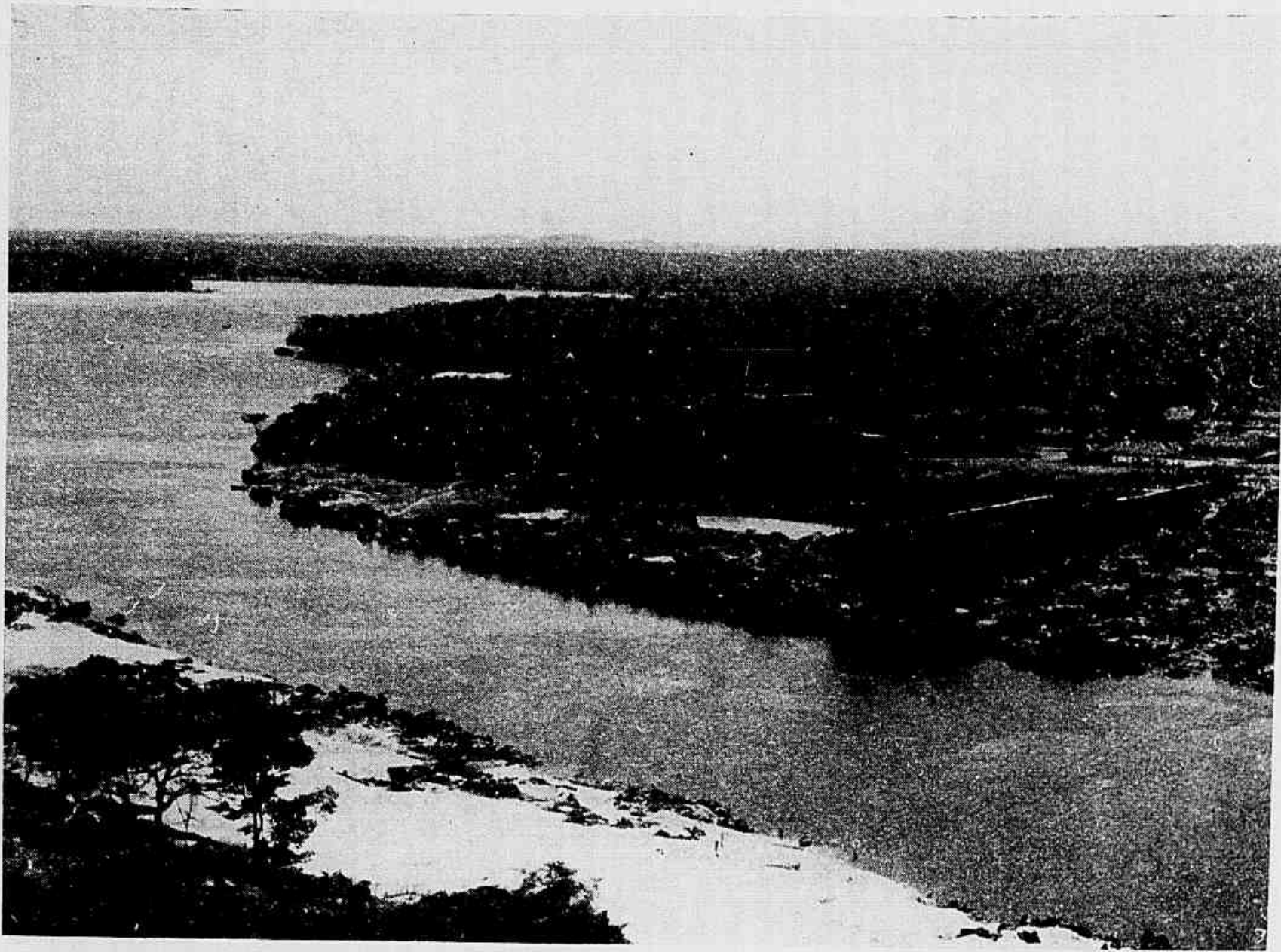
como via natural para se articular com o sistema rodoviário sulino. Na oportunidade dos debates sobre o 1.º Plano Quinquenal para a Amazônia, os técnicos fizeram este judicioso comentário ao traçado: "A articulação com o sistema viatório sulino seria através da navegação de pequena cabotagem do Rio Tocantins, o que não seria ainda uma solução definitiva, a não ser com a extensão da rodovia até Anápolis, tanto na diretriz fixada pelo DNER, como através do projeto Jales Machado, proposto como substitutivo daquela no trecho considerado. Para o estabelecimento dessa ligação até Porto Franco, haveria necessidade de abrir na floresta cerca de 500 quilômetros de rodagem, a partir de Guamá, o que não seria, talvez, um despropósito, em face das possibilidades da verba destinada, no período, aos trabalhos da Valorização". (pág. 39, Vol. II)

Realmente, não seria uma solução definitiva. Definitivo seria dar continuidade rodoviária. Aliás, desde 1954 a SPVEA já tomara a si o encargo da construção da rodovia Anápolis-Belém, antecessora da Belém-Brasília. Quando o Presidente Juscelino Kubitschek definiu, por Decreto n.º 43 719, de 10-5-1958, as atribuições da Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) e, posteriormente, pelo Decreto n.º 43 909, de 16 de junho do mesmo ano aprovou as "Normas Especiais para a Construção da Rodovia Belém-Brasília e de regulamentação das atividades administrativas da Rodobrás", praticamente se iniciava em bases dinâmicas a construção da estrada.

A PARTIR dessas datas, 24 horas de trabalho diário passaram a representar uma constante na construção da rodovia. Relembrando há pouco o que tem sido essa tarefa, o Dr. Waldir Bouhid aludiu a algumas características que valem a pena ser lembradas, para se ter uma idéia, ainda que pálida (porquanto somente os que se embrenharam na selva sentiram ao vivo o que significou de tenacidade e coragem a abertura da Belém-Brasília) de tudo o que até agora se fez.

- A estrada começa e termina em duas regiões climato-botânicas distintas: a região das florestas tropicais e a região das florestas e savanas tropicais;
- Os trabalhos mais árduos se processaram em plena região equatorial, onde as chuvas são torrenciais e frequentes entre 15 de janeiro e 15 de junho, e ainda assim, apesar da pluviosidade que alcança 2 000 mm, não houve paralisação nos trabalhos;
- Resolveu-se dividir a construção da estrada em três etapas: trechos do Pará, do Maranhão e de Goiás. No mapa incluso, as distâncias nesses trechos, além das principais vilas e povoados, estão assinalados;
- Síntese quilométrica: 500 km no Pará, 260 km no Maranhão e 1 512 km em Goiás.

## Características da Belém-Brasília



*Entre as dezenas de pontilhões, duas obras de arte se destacam: as pontes sôbre o Tocantins, no local denominado Estreito, e sôbre o Guamá, a pouca distância de Belém.*

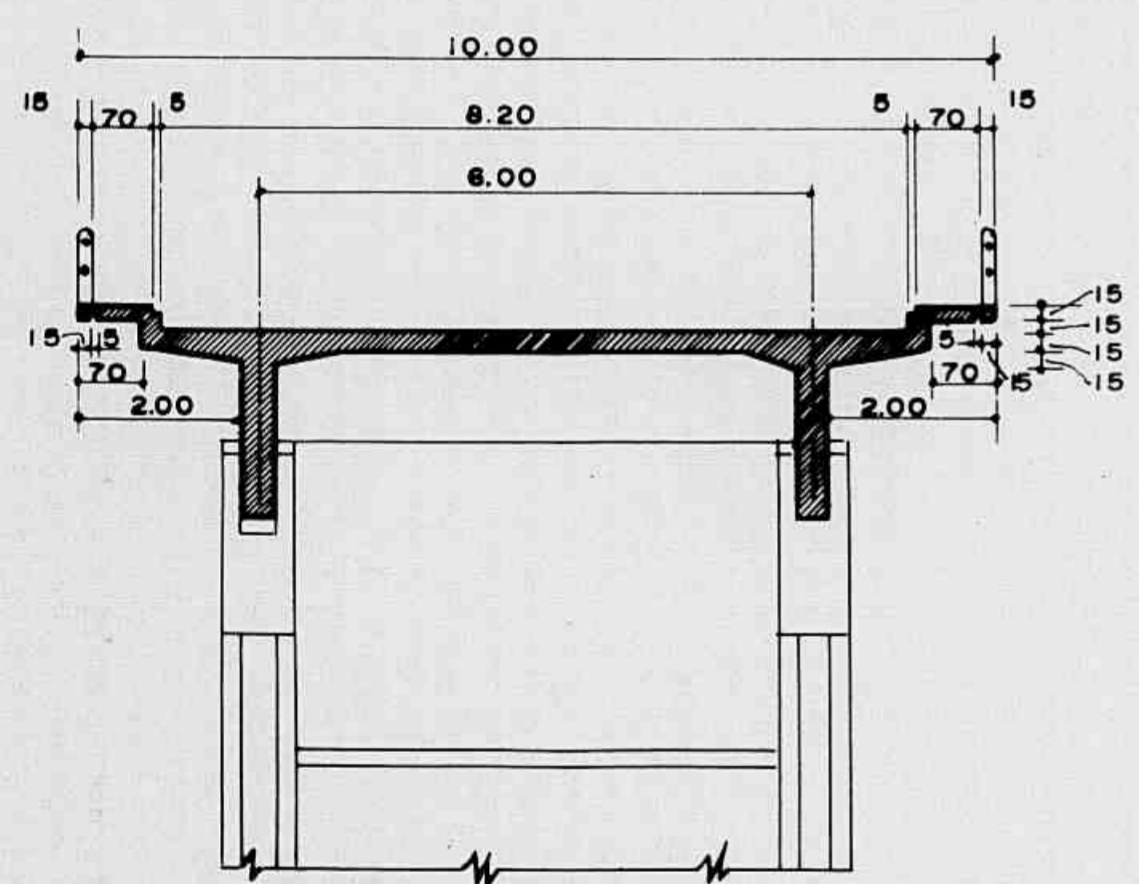
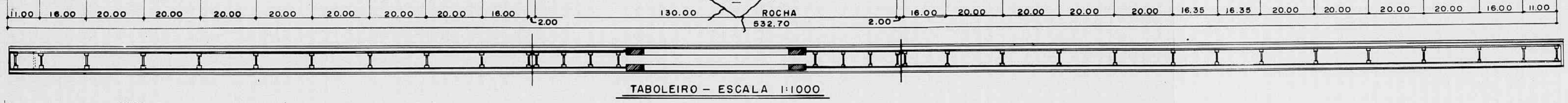
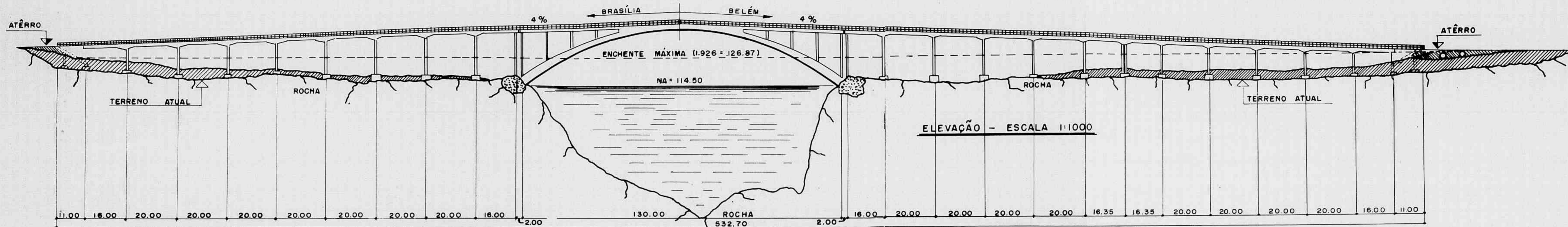
## Duas pontes: Guamá e Tocantins

DUAS são as pontes principais que estão sendo construídas na Belém-Brasília, além de inúmeras obras de arte, entre pontilhões e bueiros. A ponte sôbre o Rio Guamá, em território paraense, terá 184 m de extensão. A segunda, sôbre o Rio Tocantins, no lugar Estreito, limite do Maranhão e Goiás, terá 500 metros de extensão, com um vão livre de 140 metros. Ganharam a concorrência para construí-la as firmas "Socebral", para estudo geológico (técnico e científico) constante da sondagem do rio (46 metros de profundidade no canal) e do exame da natureza do terreno; a "Serviço de Engenharia Emílio Boungart Ltda.", para o projeto de construção (que inserimos em anexo) e "Gilberto Rocha Salgueiro" para construção, por administração contratada.

## Aviões na floresta

NÃO fôsse a aviação, não se poderia ter construído a Belém-Brasília dentro de prazo tão exiguo, e além disso obedecendo ao critério de acelerar o trabalho em três frentes. Os aviões tornaram possível abrir lajeiras na floresta. Aviões da Rodobrás, aviões particulares e principalmente aviões da Fôrça Aérea Brasileira. (Durante dois meses, um helicóptero da FAB, do uso pessoal do Presidente Juscelino Kubitschek, prestou valiosa colaboração no serviço de ligação e abastecimento das turmas de topografia que se encontravam em plena selva amazônica). Pelo quadro atualizado que divulgamos noutra página, tem-se uma visão nítida do valor dado pela Rodobrás ao transporte aéreo, essencial ao abastecimento dos milhares de homens empenhados nas diversas frentes da rodovia.

Paralelo à aviação, o serviço de rádio informava sôbre as ocorrências nos setores de construção da estrada, mantendo também permanente contato com a sede em Belém e com Brasília.

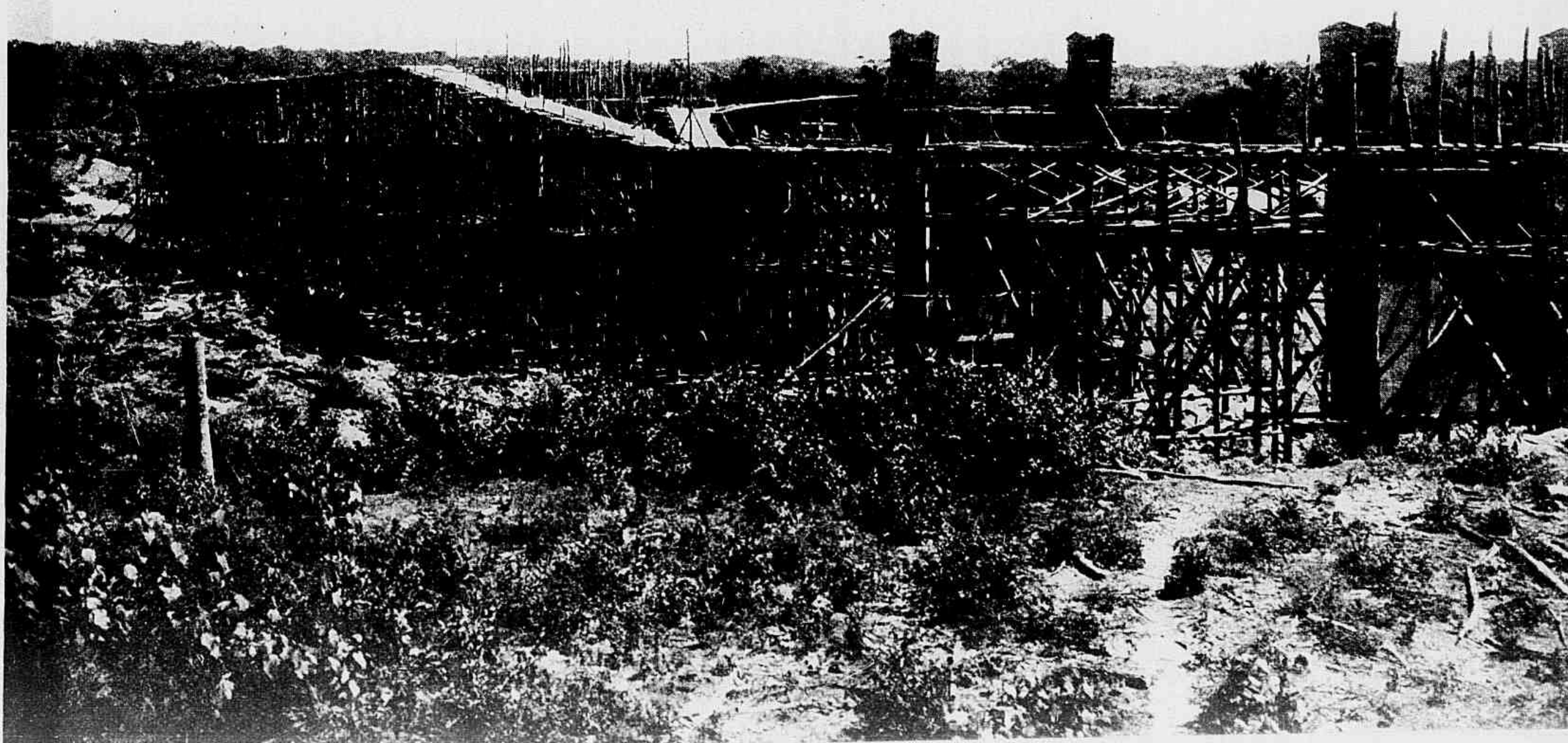


SECÇÃO TRANSVERSAL  
ESCALA = 1:100

- N.B.**
- 1º SECÇÃO DE VASÃO PRIMITIVO
  - 2º SECÇÃO DE VASÃO DA PONTE
  - 3º TREM TIPO (de acôrdo com a revisão do N.B.6) UM ROLO COMPRESSÔR DE 36 t
  - 4º O Perfil está de acôrdo com o que foi fornecido p/ "SOGEBRAL"

ACRÉSCIMO DE DOIS VÃOS DO LADO DE GOIÁS EM 4/8/59  
MODIFICADA EM 17/4/59

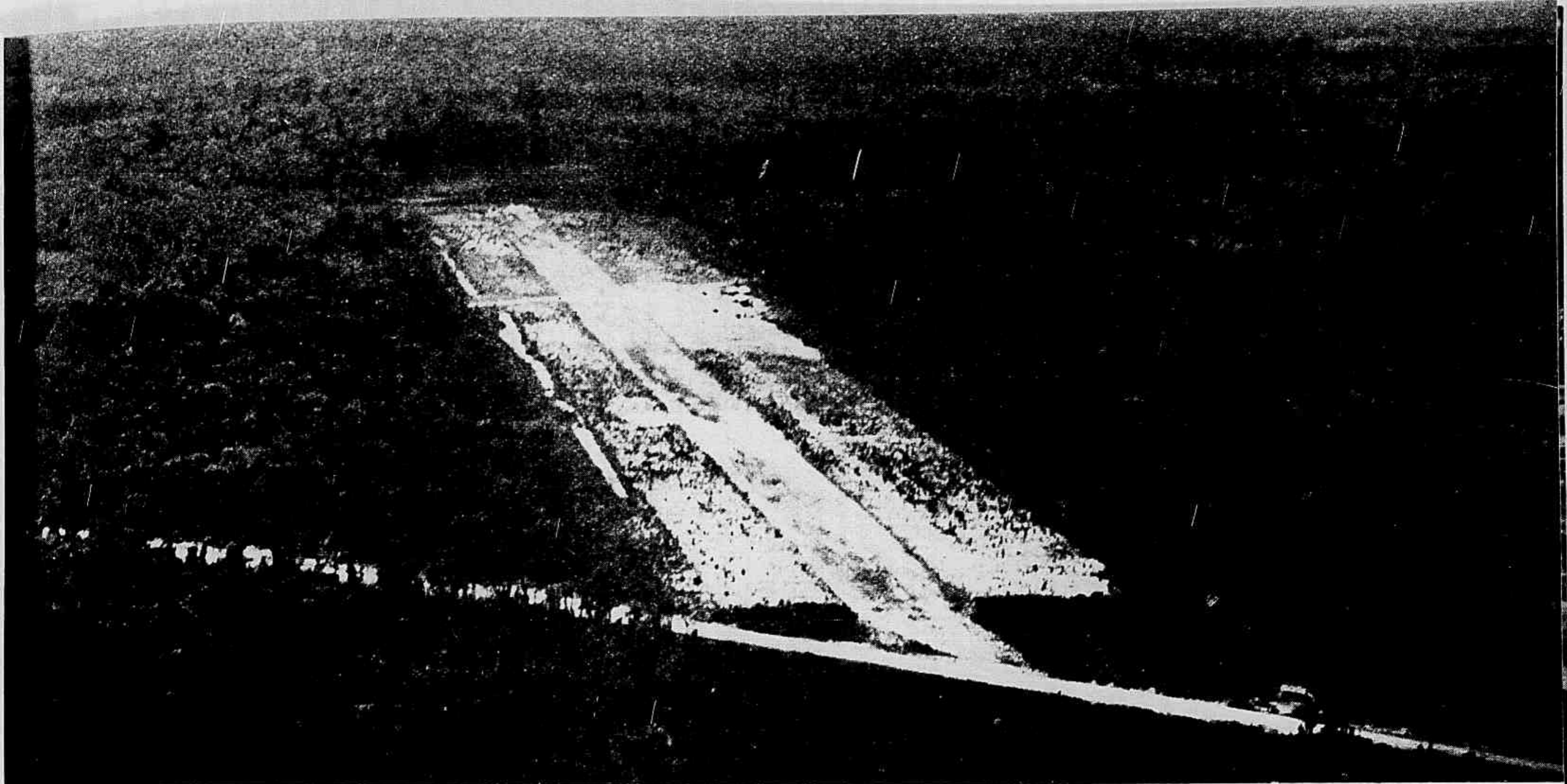
BERNARDO SAYÃO C. DE ARAÚJO ENGENHEIRO		ANTE-PROJETO DA PONTE EM CONCRETO ARMADO SÔBRE O RIO TOCANTINS
C. E. R. B. B.	19 / 8 / 58	
SERVIÇOS DE ENGENHARIA EMILIO BOUMGORT LTDA.	S	ESCALA 1:1000
	C	



## Campos de Pouso no Percorso da Rodovia Belém-Brasília

(Até 1/12/1959)

NOME	LOCAL	PISTA EM METROS	CAPACIDADE	CONSTRUTOR	JA EXISTENTE (De outras entidades)
Juscelino Kubitschek .....	Km 14 a partir do Guamã	1 200	Douglas e Catalina	Rodobrás	—
Waldir Bouhid .....	Km 92 a partir do Guamã	1 100	Douglas e Catalina	Rodobrás	—
Ligação .....	Km 163 a partir do Guamã	1 100	Douglas	Rodobrás	—
	Km 305 a partir do Guamã	1 500	Douglas	Rodobrás	—
Cel. Lino Teixeira (Açailândia) .....	Km 75 de Imperatriz para o Norte	1 200	Douglas e Catalina	Rodobrás	—
—	Imperatriz	1 200	Douglas e Catalina	—	Sim
—	Pôrto Franco	1 200	Douglas e Catalina	—	Sim
—	Estreito	1 200	Douglas e Catalina	Rodobrás	—
—	Guará	1 200	Douglas e Catalina	Rodobrás	—
—	Cercadinho	1 860	Douglas e Catalina	Rodobrás	—
—	Gurupi	1 650	Douglas e Catalina	Rodobrás	—
—	Cana Brava	550	Catalina	Rodobrás	—
—	Porangatu	—	Cessna	—	Sim
—	Amaro Leite	—	Douglas	—	Sim
—	Ceres	—	Douglas	—	Sim
—	Puruacu	—	Douglas	—	Sim
—	Jaraguá	—	Douglas	—	Sim
—	Anápolis	—	Douglas	—	Sim
—	Brasília	—	Douglas	—	Sim



*Campo de pouso — lareira aberta na floresta, ao lado da rodovia.*

## Custo da Belém-Brasília

### QUAL o preço da Belém-Brasília?

Poucas obras, ousamos afirmar, têm seu preço de custo reduzido ao mínimo, se considerarmos os resultados que a Belém-Brasília irá trazer para um *hinterland* até há pouco inteiramente desconhecido. São obras de que se pode dizer: seu custo não se mede com a moeda do presente. Vale portanto muito mais do que os Cr\$ 2 780 750 000 em que foi orçada, segundo Exposição encaminhada ao Presidente Juscelino Kubitschek e aprovada sem restrições:

#### 1 — Construções

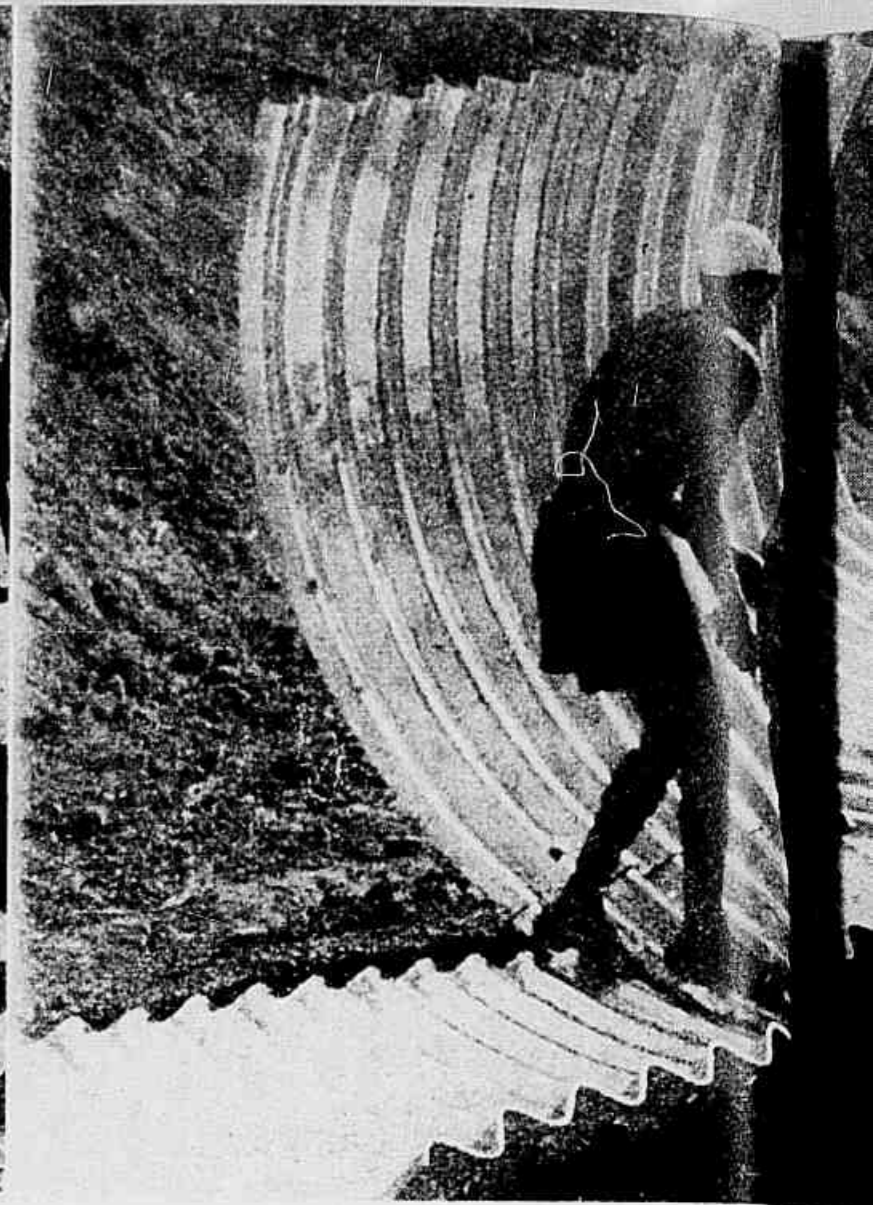
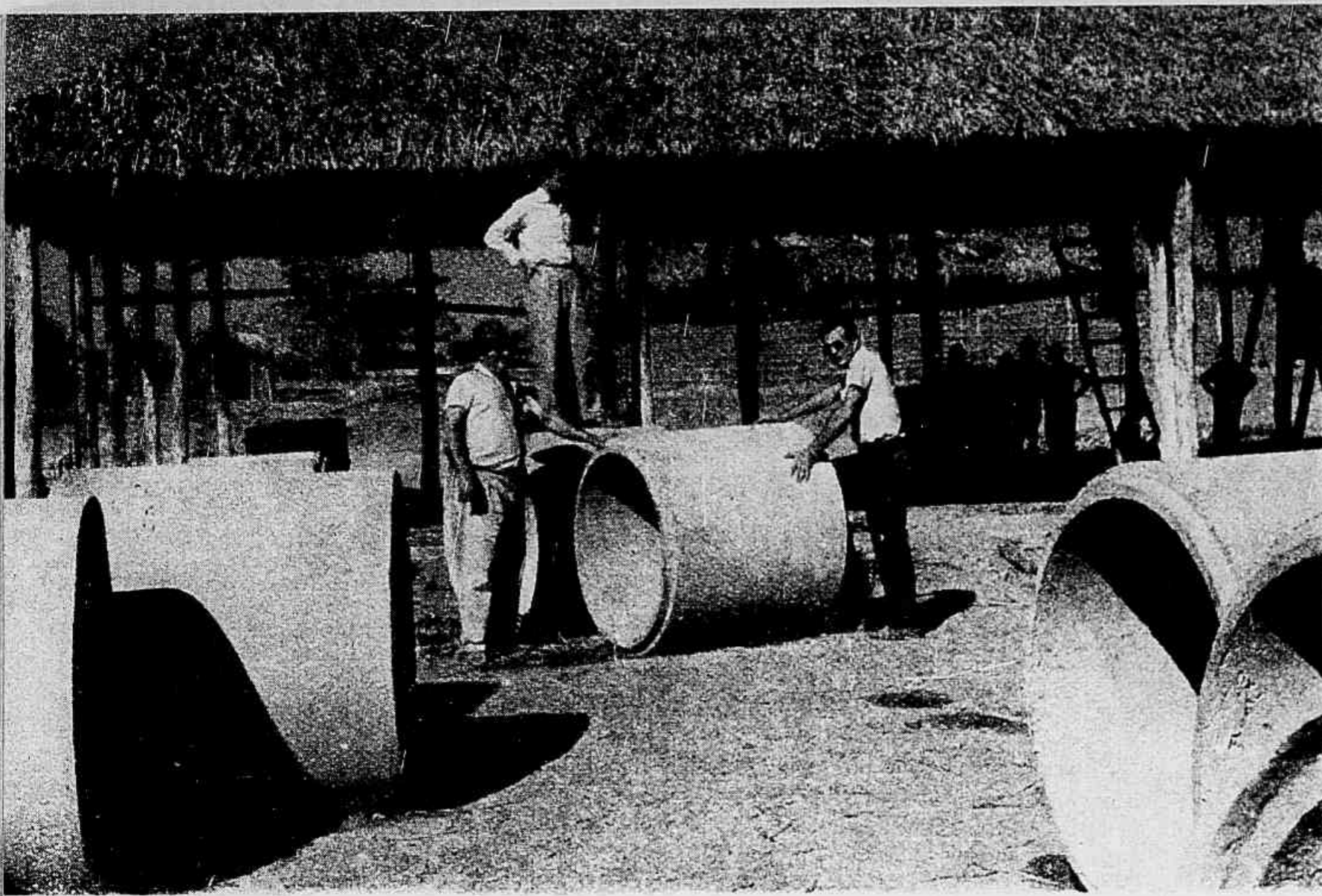
a) No Estado do Pará .....	278 km
b) No Estado do Maranhão .....	250 km
c) No Estado de Goiás .....	516 km
	1 044 km

#### Estimativa do Custo:

1 044 km x Cr\$ 1 000 000 ..... Cr\$ 1 044 000 000



*Valiosa a contribuição da FAB na construção da Belém-Brasília.*



*Técnicos e trabalhadores braçais no preparo de bueiros ao longo da rodovia.*

2 — Acabamento

a) No Estado de Goiás .....	300 km
b) No Estado do Pará .....	90 km
	390 km

Estimativa do custo:

390 km x Cr\$ 200 000 .....	Cr\$ 78 000 000
-----------------------------	-----------------

3 — Pavimentação

a) No Estado do Pará:  
 Santa Maria-São Miguel — Campo Presidente Juscelino Kubitschek  
 — (km 165) 200 km.

Estimativa do custo:

200 km x Cr\$ 750 000 .....	Cr\$ 150 000 000
-----------------------------	------------------

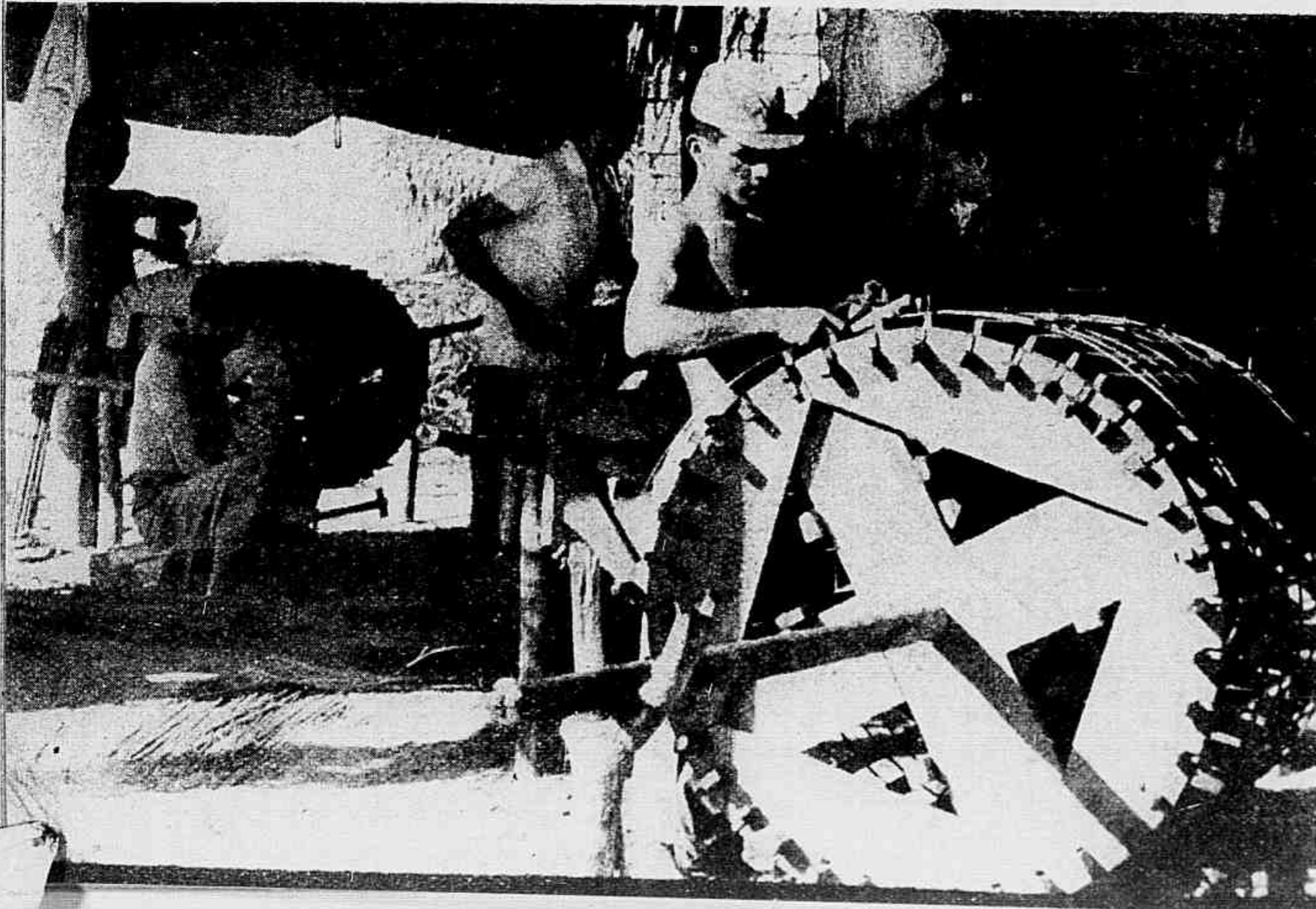
4 — Obras de Arte de Vulto

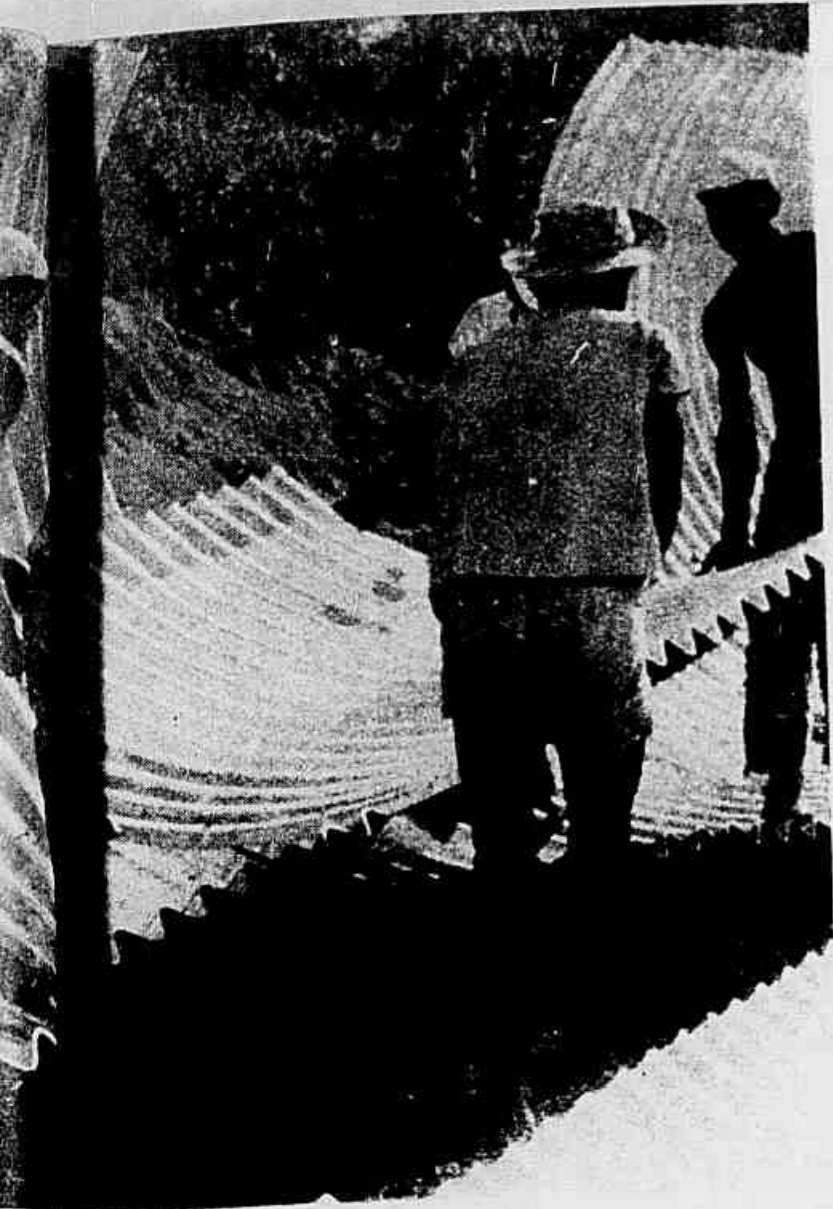
a) Ponte de concreto armado sobre o Rio Guamá, em São Miguel do Guamá.

Estimativa do custo:

135 m x Cr\$ 250 000 .....	Cr\$ 33 750 000
----------------------------	-----------------

*Mão-de-obra flutuante: geralmente jovens. Até mulheres britam pedras.*





Não é obra inflacionária

b) Ponte de concreto armado sobre Rio Tocantins, em Estreito.  
 Comprimento total de 500 m  
 Estimativa do custo:  
 500 m x Cr\$ 250 000 ..... Cr\$ 125 000 000

5 — *Custo do Equipamento Importado*

a) Pagamento de equipamento e implementos de construção importados dos Estados Unidos:	
US\$ 2 500 000 x Cr\$ 100,00 .....	Cr\$ 250 000 000
Médio do custo do quilômetro estrada construído —	Cr\$ 1 000 000
Dotações da SPVEA empregadas, de 1954 a 1959, na construção da rodovia .....	970 000 000
Dotação prevista até 21 de abril de 1960 .....	1 810 750 000
<b>TOTAL .....</b>	<b>2 780 750 000</b>

Importância que, fazendo parte da dotação orçamentária vinculada à SPVEA, teria de ser aplicada, e melhor destino não se encontraria, em se considerando a função colonizadora que está reservada à rodovia Belém-Brasília. E se acaso apontam-se raras acusações, firmadas em pífios conceitos financeiros, pelos quais se diz que a Belém-Brasília ou é obra inflacionária ou estimula a inflação, como dar crédito a esse raciocínio, se o conceito de firmeza e estabilidade da moeda está na razão direta das possibilidades de desenvolvimento e produção? Por que dizer da Transbrasiliana que vem concorrer para a inflação, se, em última análise, uma obra reprodutiva é, por sua natureza, antiinflacionária? “Em matéria de transportes — afirmava com razão o ex-Presidente Washington Luís — tôdas as despesas são apenas adiantamentos que se reembolsam de mil maneiras; todos os sacrifícios atuais são apenas aparentes, porque contêm remunerações futuras”.

Depoimentos

NO conjunto de pronunciamentos, de depoimentos pessoais sobre a Transbrasiliana, insuspeitas referências merecem sejam aqui recolhidas. De Brasília, conhece-se bem a expressão feliz de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Cardeal de São Paulo, que, por ocasião da primeira Missa na nova Capital, vaticinou: “Brasília é o trampolim para a conquista da Amazônia”.

Maurício Vaitsman, conhecido jornalista, numa série de reportagens divulgadas no “Diário da Noite” do Rio, percorreu sobre o épico e o pitoresco da construção. E a certa altura registrou: “Confirma-se o aforismo — *abrir estradas é por si só colonizar* — no empreendimento do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Por toda parte onde passa a nova estrada estão surgindo povoados, cujos habitantes se dedicam à lavoura e ao comércio, de maneira a mais promissora. Exemplo desse progresso extraordinário, puderam observar o coronel-aviador Lino Romualdo Teixeira e sua comitiva, numa localidade que surgiu a mais de setecentos quilômetros de Brasília e que os goianos batizaram com a denominação de Gurupi, a mesma de um grande rio e de uma serra do sul do Maranhão. A localidade já conta com uma população de cerca de 8 000 almas e a sua produção de arroz entrou este ano no mercado de Goiás com nada menos de 60 000 sacas”.

Em “O Globo”, Alberto Homsy, numa pitoresca reportagem, quando da viagem de inspeção do Presidente Juscelino Kubitschek à rodovia, não deixou passar despercebido o que viu de bordo de 2 041 da FAB: “Brasília foi o ponto do qual nos lançamos em direção à Amazônia. Dois mil e trezentos quilômetros medirá a estrada. Sobrevoamos os primeiros 800 quilômetros até Gurupi. Estrada boa, encascalhada e já com um tráfego regular. Se a estrada, pelo menos até ali, é econômica ou não, os técnicos que o digam. O que podemos informar é que vimos às suas margens mais de cinquenta povoações e grandes áreas já desmatadas e com florescente lavoura. Tais lugarejos, bem como inúmeros campos de pouso por nós assinalados, não constam ainda dos mapas. Gurupi, por





Onde pode trafegar  
qualquer Cadillac

Belém, São  
Paulo do Norte

Espinha dorsal  
do Sertão

Aqui está um pioneiro:  
Eng.º Bernardo Sayão.



exemplo, hoje uma cidadezinha com seis mil habitantes, nasceu há dois anos, com a construção da estrada. A região produzia cerca de cinco mil sacos de arroz, que eram vendidos a 20 cruzeiros o saco e levados através de picadas, em lombo de burro, até Anápolis, onde chegavam vinte dias depois. Este ano a produção atinge 60 mil sacos, que são vendidos a 600 cruzeiros por unidade, e vinte horas depois estão em Anápolis. O mesmo crescimento de produção está-se verificando ao longo da estrada, por onde pode trafegar, sem constrangimento, qualquer Cadillac".

Arlindo Silva, da revista "O Cruzeiro", depois de informar que 24 horas representavam o dia de trabalho no Guamá ("Duas dezenas de máquinas gigantescas roncam dentro da selva, numa metálica sinfonia de progresso"), que de 100 a 100 quilômetros "há uma clareira simétrica na floresta: um campo de pouso", acrescentou: "Por trás desta usina renovadora está um homem à frente de uma instituição incumbida de promover a redenção da Amazônia: o Dr. Waldir Bouhid, superintendente da SPVEA, responsável pelo financiamento das obras que estão sacudindo a Amazônia do seu berço esplêndido. Podem todos os brasileiros estar certos: Belém do Pará está fadada a ser dentro de algum tempo a São Paulo do Norte, e ninguém poderá mais desviá-la do seu destino histórico".

A revista "Time", que se edita nos Estados Unidos, sob o título "Espinha Dorsal para o Sertão", já opinou sobre a rodovia, afirmando: "Velho sonho dos brasileiros e parte integrante da larga visão do Presidente Kubitschek — a penetração do interior — a BR-14 abrirá ao aproveitamento útil uma área superior a 1 867 000 milhas quadradas no vasto e até aqui inacessível platô da bacia amazônica. A rodovia possibilitará o acesso de máquinas que irão colher os imensos tesouros do subsolo brasileiro (esmeraldas, ouro, quartzo, níquel) tornando habitável uma região apenas conhecida de exploradores audazes e de tribos indígenas. Dará meios de transporte aos produtos do campo, fazendo com que, pela primeira vez, os 90 milhões de cabeças de gado brasileiro (rebanho maior do que o da Argentina e Uruguai reunidos) se torne um produto de principal exportação".

Mais recentes, as observações de Antônio Calado, do "Correio da Manhã", dão a uma possível viagem pela Belém-Brasília uma característica própria, de sabor turístico: "Uma fita clara e reta de estrada já cruza neste momento todo o centro do Brasil e a selva amazônica, uma fita de mais de dois mil quilômetros. Um brasileiro já pode (em teoria senão na prática, pois há muita limpeza e pavimentação a fazer) ir de um a outro extremo de sua terra: de Bagé a Belém, de um copo de vinho tinto a um copo de açaí, de um churrasco de terreiro a uma tartaruga ao tucupi. Um viajão". E mais: "O que a Rodobrás (ramo da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, que cuida da estrada) está fazendo, nas palavras do discutido, acusado, mas inegavelmente dinâmico Sr. Waldir Bouhid, é aplicar "um programa de doação de terras ao longo do tronco e dos ramos da BR-14, à base de produção previamente estipulada e em tempo determinado, com reserva de propriedade das terras enquanto os compromissos não forem cumpridos, para atrair homens ativos e suas famílias para se fixarem nas zonas mais férteis beneficiadas pelo sistema".

Ainda do "Correio da Manhã", numa linguagem de ensaísta cioso das conclusões, M. Paulo Filho escreveu: "Tive a oportunidade de contemplar de perto a obra ciclópica (rodovia Belém-Brasília). Sem vê-la não se tem uma idéia do que seja. É um esforço quase sobre-humano. Para julgá-lo, levando em conta apenas as despesas inevitáveis, seria um erro de psicologia. Disse o Ministro da Fazenda que nessa Rodovia poderia encontrar-se a melhor aplicação de recursos do Plano de Valorização da Amazônia. E o Superintendente desse Plano, que o executa, afirmou, com inteira razão, que a "vinculação terrestre da Amazônia com o Brasil Central, como agora se projeta, comunicando o seu vasto sistema fluvial aos demais sistemas rodoviários do Nordeste e Sul do País, está para o desenvolvimento regional como esteve, no passado, a abertura dos portos à livre navegação".

Outro depoimento franco, da reportagem do "O Estado de S. Paulo", diz do entusiasmo e da receptividade em relação à obra: "Os homens que estão rasgando a Brasília-Belém, desde os engenheiros da Rodobrás, passando pelos pilotos e sargentos da FAB, até os caboclos que empunham o

3000 homens, 385 máquinas, durante 24 horas por dia



machado e a picareta, são muito jovens. Seu entusiasmo pela obra que estão realizando é visível: não medem sacrifícios nem esforços para vê-la concluída o mais rapidamente possível. Todos acreditam que a estrada será terminada dentro dos prazos fixados e que trará frutos para a economia de toda a região centro-norte. Reina entre os construtores, assim como nas populações vizinhas, de Brasília e Anápolis, até a capital paraense, um exaltado espírito pioneiro. Mesmo os mais lúcidos e comedidos recusam-se a descrever no futuro da estrada. Acreditam que o grande tronco da Belém-Brasília fará nascer logo rodovias laterais (afluentes), que o ligarão a cidades importantes e centros produtores, criando riquezas, desenvolvendo povoados e vilas que sustentarão a própria estrada”.

Na verdade, entre o velho sonho transbrasiliano e a realidade de hoje, entre a sonhada ligação Norte-Sul e a sua concretização em mais de dois mil quilômetros rasgando em cheio a floresta amazônica, as palavras de reprovação estão reduzidas a silêncio. “Era preciso que alguém quisesse”, disse o “mateiro” Benjamin Rondon. E todos sabem que o Brasil encontrou esse alguém e mais alguém que o acompanhasse e sentisse, como visionário, que não se está construindo para um quinquênio ou um decênio, mas para a História — para a vida inteira.

Respondendo a uma série de perguntas sobre a Belém-Brasília, o Sr. Waldir Bouhid teve oportunidade de esclarecer alguns aspectos referentes aos transportes, à segurança dos viajantes, à conservação da estrada, à colonização. Em síntese, eis o que informou o Presidente da Rodobrás:

- Após a inauguração da estrada, poderá ser feita a viagem pela Transbrasiliana, “com certeza, no princípio, de jipe, camioneta apropriada, caçamba, caminhão e automóvel. Onde vai o caminhão vai o ônibus”.

- Há vários tipos de terras ao longo da estrada. Para uma agricultura especializada e desenvolvida, basta que alguém venha a investir capitais, investimentos que a terra retribuirá largamente. Tudo o que o Pará e as zonas sertanejas de Goiás e Maranhão produzem será produzido em maior escala. Agricultura de rápido ciclo: cereais, legumes e frutas. Agricultura de ciclo longo: borracha, cacau, dendê, café e outras culturas.

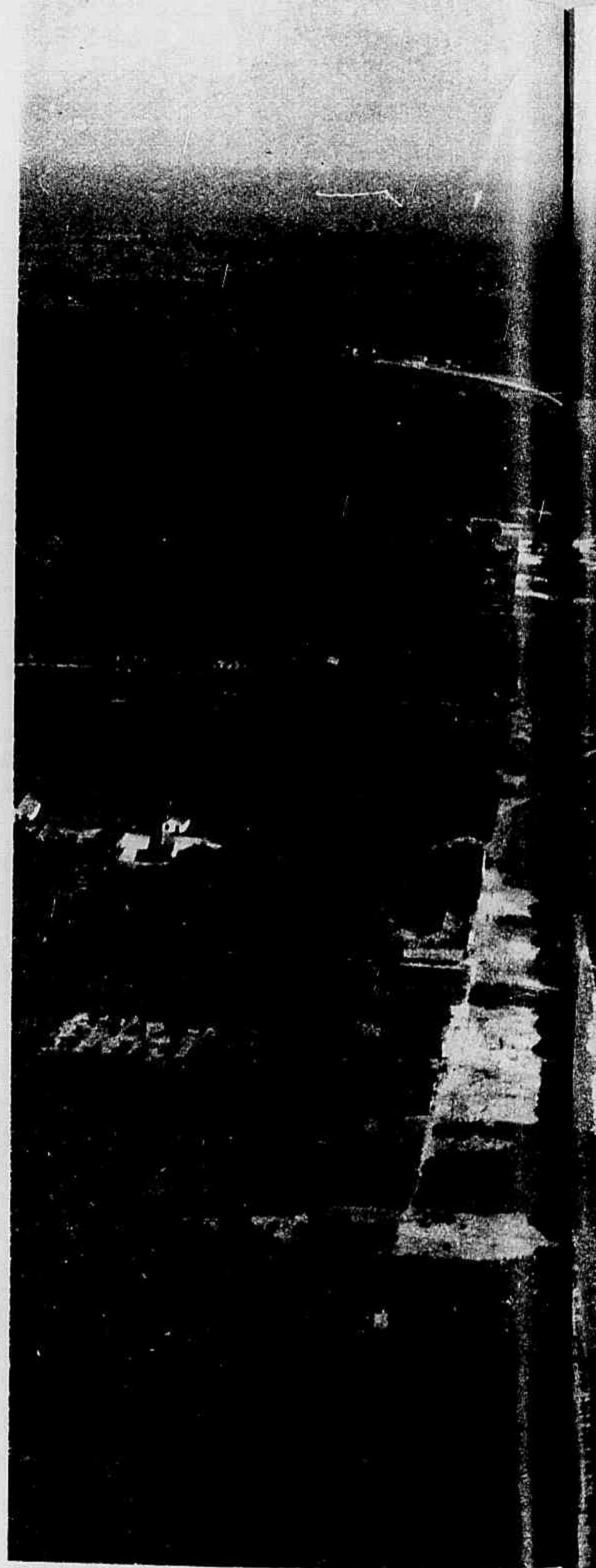
- Enquanto as margens da Belém-Brasília não estiverem colonizadas, está prevista a construção de pontos de abastecimento, à proporção que as máquinas avançam no serviço de construção e consolidação da estrada. Os mesmos pontos de apoio para abastecimento das máquinas ficarão para o abastecimento de transportes, em número necessário.

- Também não correrá perigo a segurança pessoal dos viajantes. À proporção que a estrada avança, a colonização avança, naturalmente. De 150 em 150 quilômetros de distância a Rodobrás pretende instalar pontos de pouso ou de repouso para os viajantes, em pequenas estalagens. Que os interessados apresentem suas propostas.

- Somente índios pacíficos foram encontrados, no limite entre o Pará e o Maranhão, no quilômetro 342, aproximadamente, a partir do Guamá. Suas malocas estão distantes dali. Iam à caça. Não hostilizaram nem foram hostilizados. Embora tivessem recusado as roupas que lhes foram oferecidas, aceitaram comidas e objetos de trabalho.

- A conservação da estrada será feita, a princípio, pela Rodobrás. A seguir, por quem designar o Governo Federal ou os próprios Estados interessados no desenvolvimento econômico da região.

- A propósito do povoamento e da colonização da BR-14, pelo Decreto n.º 45 771, de 9 de abril de 1959, atribui-se ao Ministério da Guerra a ocupação e a coordenação de medidas e providências relacionadas com o povoamento, no trecho entre as localidades de Guamá (Pará) e Gurupi (Maranhão), ambas exclusive. De fato, razões relevantes levaram o Governo Federal a entregar ao Ministério da Guerra (Serviço de Engenharia do Exército) a missão realmente nobre de zelar por obra destinada a gerações. Em notícia sobre importante decisão do Executivo, o “Diário de Notícias” da Capital Federal enumerou os motivos da decisão do Executivo, salientando: “a experiência já adquirida pelo Exército na ocupação de trechos da fronteira amazônica e a semelhança desta com aquele trecho de estrada pouco humanizado e atravessando uma



*Trecho asfaltado da Belém-Brasília. Cidades nascem à margem da estrada.*

O Exército e a Transbrasiliana



Outras rodovias da Amazônia

grande extensão de floresta; a conveniência de realizar um povoamento ordenado e racional que garantisse, inclusive, a manutenção do tráfego pela estrada; a necessidade de preservar de devastação o valioso patrimônio que constituem a flora e a fauna amazônica; o ponto crítico de importância militar que será a ponte sobre o Rio Tocantins e a preocupação de resguardar, para o Ministério da Guerra, áreas destinadas à instalação de depósitos e outras organizações militares, sempre distantes de centros povoados”.

Nessa missão, o Estado-Maior do Exército sentiu a necessidade de receber a colaboração do Ministério da Aeronáutica e de outros órgãos da administração civil, a exemplo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço de Proteção aos Índios, o Instituto Agrônomo do Norte, o Serviço Especial de Saúde Pública, o Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Patrimônio da União e o Ministério da Educação e Cultura. Militares e civis, juntos, sob a assistência financeira da SPVEA, nos termos do Art. 4.º do referido decreto, estão cuidando de apresentar soluções para os problemas de povoamento e colonização, inclusive o que merece referência especial — a permanência da floresta, a luta contra a devastação, o desmatamento.

Sabemos como se transforma este País num deserto. Diante da mata, o machado decepa-lhe os troncos e as frondes. Nos velhos moldes indígenas, amontoados, os troncos se prestam à coivara. Entra a seguir o fogo em ação. E depois, com a ilusória impressão de que as cinzas irão dar à terra vitalidade permanente, semeia-se.

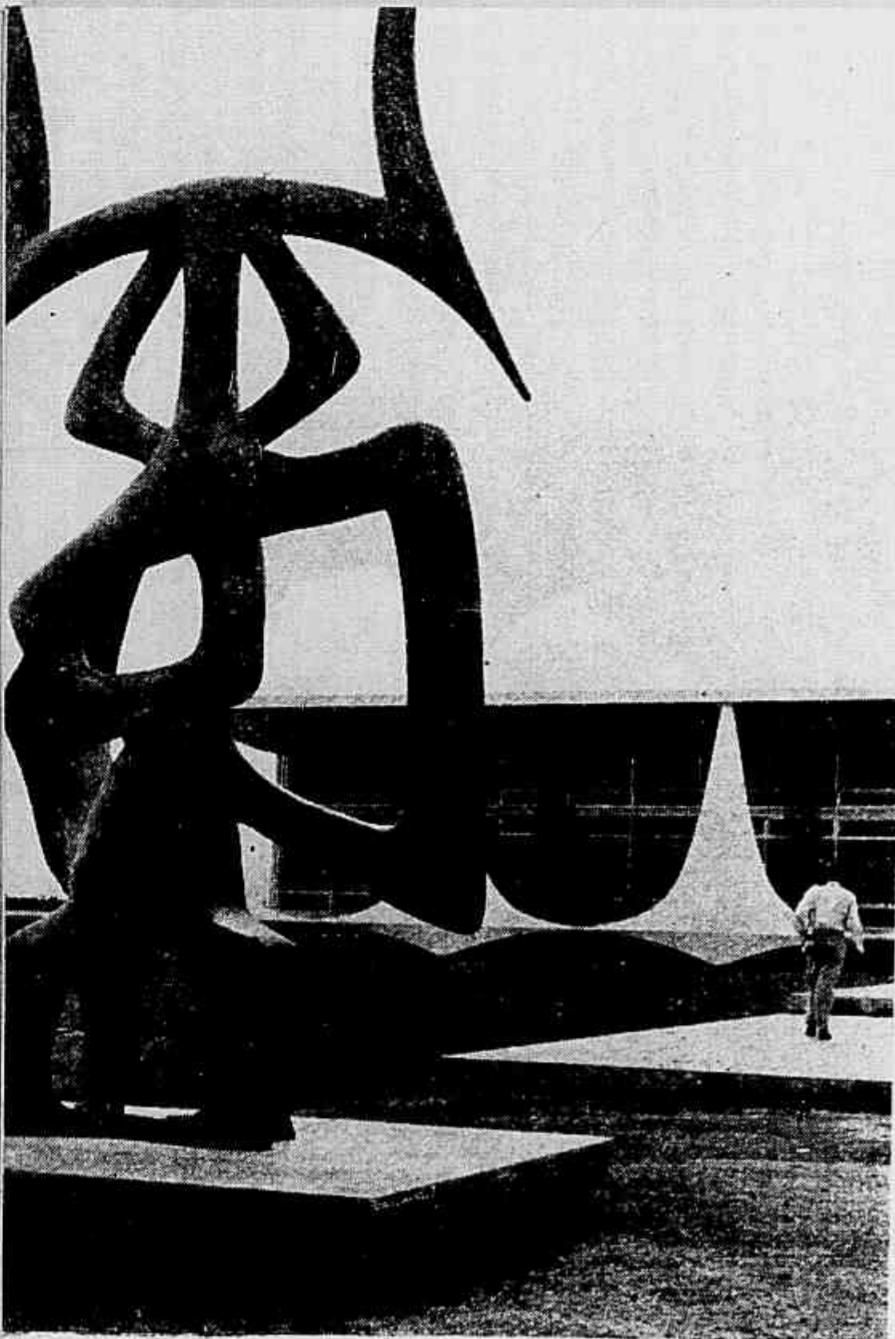
A manutenção da riqueza florestal está no programa de colonização da SPVEA. No ano passado foi iniciado o levantamento florestal e pedológico do eixo da rodovia Belém-Anápolis, constando de interpretação de fotografias aéreas e preparo de mapas planimétricos, antes do lançamento das turmas de campo. Técnicos e especialistas da FAO (Food Agricultural Organization, organismo das Nações Unidas) estão à frente desse trabalho, que não se restringe à Belém-Brasília, mas a outras áreas da Amazônia.

#### Além da Transbrasiliana

MAS, no setor de transportes, se a Belém-Brasília é a meta principal, isso não quer dizer que os demais trechos rodoviários da Amazônia iôssem descurados. Em 1959, a SPVEA despendeu Cr\$ 87 837 710,00 nesse setor, concentrando-se a maior parte desses recursos na rodovia São Luís-Belém. A propósito, quando de certa opinião em favor desta rodovia e não da Belém-Brasília, pela importância econômica para os Estados do Pará e do Maranhão, o Dr. Waldir Bouhid teve estas palavras de acertada visão administrativa: “A Belém-São Luís não teria utilidade prática mais imediata para o Pará e Maranhão. O caminho de Pedro Teixeira foi uma estrada de bandeirante. Recurso de comunicação rápida entre duas praças de guerra: Belém e São Luís. Belém entregue a Caldeira de Castelo Branco e São Luís a Jerônimo de Albuquerque. Atravessa uma zona alagadiça. A nova estrada direta Belém-São Luís não paralisou os seus serviços. Mas a Belém-Brasília é uma estrada com finalidade econômica. Tem de pôr em comunicação o sertão maranhense, em pleno desenvolvimento, com o Pará, à procura desse desenvolvimento. E o encontro do Pará com o Maranhão será justamente em Imperatriz, que é o coração do sertão maranhense. Do sertão é levado para São Luís o volume total da produção agrícola do Maranhão”.

Outras rodovias em andamento: a BR-17, trecho Boa Vista-Caracará, beneficiada com a importância de Cr\$ 15 000 000; a BR-15, ligando Macapá, Clevelândia, Oiapoque, sob a responsabilidade do governo do Amapá.

Para 1960, o Orçamento da União (setor rodoviário), consigna Cr\$ 1 384 300 000, dos quais serão destinados Cr\$ 1 086 020 200 à Belém-Brasília, nos seguintes trechos: Porangatu-Pôrto Franco ..... (Cr\$ 150 000 000), Pôrto Franco-Fronteira Paraense (Cr\$ 61 020 200), Fronteira Maranhense-Guamá (Cr\$ 95 000 000) e Cr\$ 780 000 000 com a seguinte indicação: “Prosseguimento dos trabalhos de construção da rodovia Belém-Brasília (BR-14), inclusive amortização da operação de crédito anteriormente realizada e utilizada na aquisição de maquinaria indispensável ao referido empreendimento”.



*Símbolo do Brasil novo: Palácio da Alvorada, em Brasília.*

*Exposição de uma das metas presidenciais no aeroporto Santos Dumont: a rodovia Belém-Brasília.*



De resto, numa síntese do programa rodoviário para 1960, a SPVEA assim distribuirá as dotações:

	Cr\$
Acre .....	69 000 000
Amapá .....	14 500 000
Amazonas .....	15 000 000
Goiás .....	196 000 000
Maranhão .....	113 800 000
Mato Grosso .....	60 000 000
Pará .....	101 000 000
Rio Branco .....	22 000 000
Rondônia .....	28 000 000
Diversos (BR-14 e rodovia Jacaré-Acangacachimbo) .....	785 000 000

SE os rios são a via natural da Amazônia e a ferrovia serve os 294 quilômetros da Estrada de Ferro de Bragança, como principal fornecedora de gêneros para a capital paraense, ("a zona Bragantina é a despensa de Belém" definiu Edison Carneiro), vale referir alguns dados sobre a participação da SPVEA no desenvolvimento dos transportes fluvial e ferroviário.

Prossegue a renovação da frota dos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP). Em 1959, foram incorporados à sua frota dois navios salineiros de 700 toneladas. Além disso, várias empresas fluviais participaram da dotação orçamentária de 1959. Para 1960, a rubrica Transporte Fluvial conta com Cr\$ 71 825 000, cabendo Cr\$ 50 000 000 aos SNAPP (a mesma do ano anterior) e o restante ao Acre (Cr\$ 1 000 000); Amapá (Cr\$ 4 500 000), Maranhão (Cr\$ 500 000), Rio Branco (Cr\$ 2 825 000), Pará (Cr\$ 5 000 000) e Rondônia (Cr\$ 8 000 000).

No setor de transporte ferroviário, cerca de Cr\$ 8 000 000 se destinarão aos trabalhos de extensão das linhas da Estrada de Ferro de Bragança ao cais de Belém, inclusive desapropriações, indenizações e construção da estação em terrenos dos SNAPP; Cr\$ 2 000 000 se destinarão à melhoria da Estrada de Ferro Tocantins.

Por fim, ainda no setor transporte, Cr\$ 71 500 000 se destinarão em 1960 à construção, melhoramento e ampliação de campos de pouso em toda a Amazônia, assim discriminados:

	Cr\$
Acre .....	7 000 000
Amapá .....	4 650 000
Amazonas .....	20 000 000
Goiás .....	1 000 000
Maranhão .....	1 000 000
Mato Grosso .....	4 500 000
Pará .....	6 850 000
Rio Branco .....	6 500 000
Piano Aeronáutico destinado às rotas da região amazônica .....	20 000 000

Suplementando estas informações, podemos acrescentar que em 1959 a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), recebeu Cr\$ 12 000 000, empregados deste modo: Belém, Cr\$ 2 750 000; Bela Vista, Cr\$ 2 750 000; Itacoatiara, Cr\$ 2 750 000 e Barra do Corda, Cr\$ 3 750 000.

Resumindo estas considerações sobre Transportes e Comunicações na Amazônia, informamos que, se no Orçamento da União para 1959 a quantia fixada era de Cr\$ 994 964 000, registrou-se, contudo, após a triagem prioritária, uma redução para Cr\$ 567 149 000. No Orçamento para 1960, essa mesma rubrica monta a Cr\$ 1 700 725 000, distribuídos deste modo:

“Era preciso  
que alguém  
quisesse”

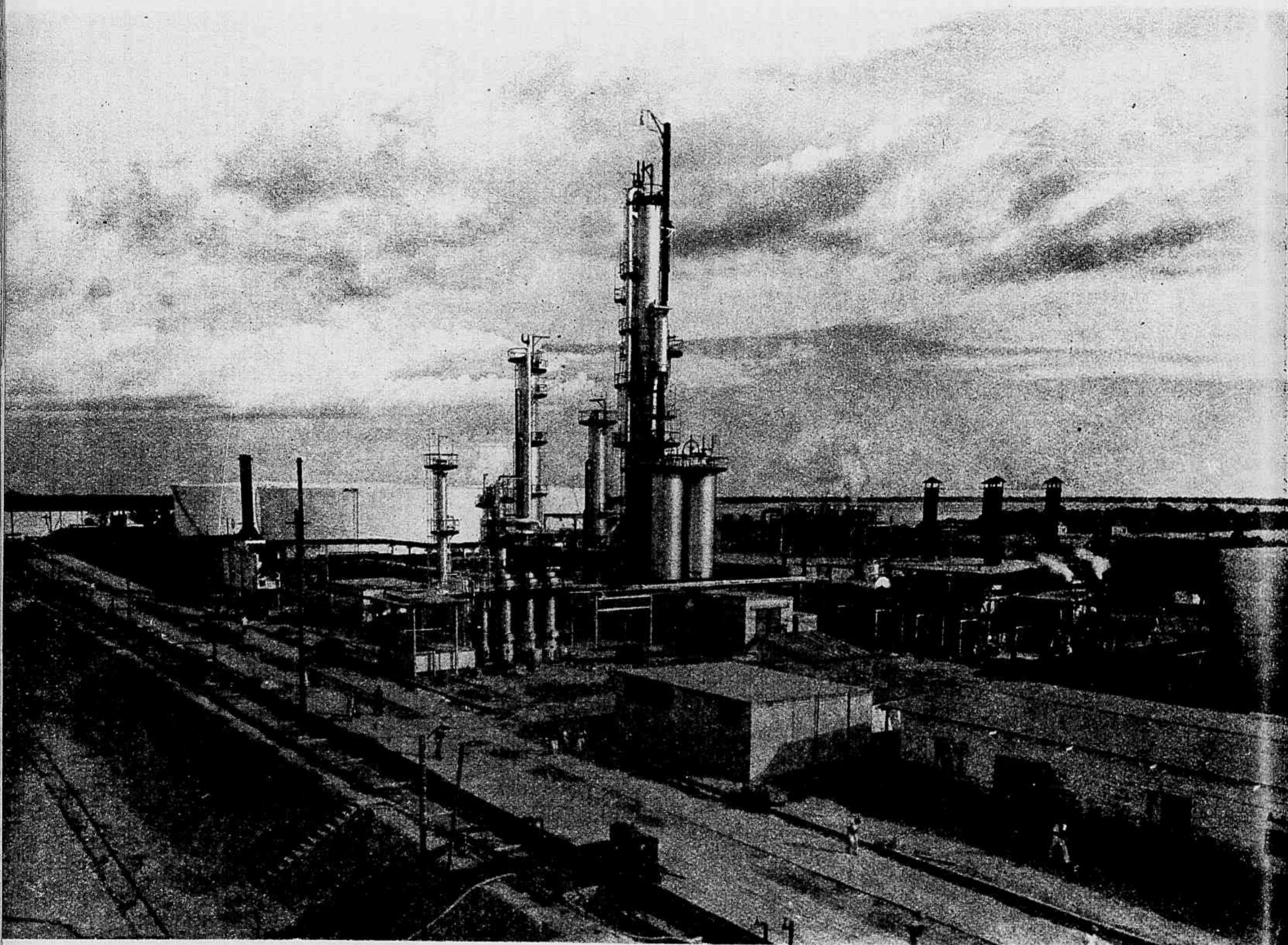
	Cr\$
Transporte fluvial .....	71 825 000
Transporte rodoviário .....	1 384 300 000
Transporte ferroviário .....	10 000 000
Transporte aéreo .....	71 500 000
Portos, Rios e Canais .....	158 800 000
Comunicações Postais-Telegráficas .....	4 300 000

Presidente  
Juscelino  
Kubitschek  
e Dr. Waldir  
Bouhid,  
construtores  
da Belém-  
Brasília.



## Petróleo

*Refinaria de Manaus.*



QUE existe algo de novo na fisionomia de Belém, ninguém pode negar. Sente-se e pressente-se um estado de expectativa em relação ao que está para vir. Até mesmo a velha política de campanário, tão acesa em terras provincianas, está reduzida a raras diatribes de repercussão restrita. Embora combatida como toda grande obra, a Belém-Brasília é uma indiscutível realidade. A SPVEA, outro órgão a servir de pára-raios de tantas referências anônimas e anômalas, é um dos pontos de apoio da recuperação amazônica. E Belém do Pará que fale por si mesma do progresso que a SPVEA trouxe para a Amazônia. Belém do Pará e também Manaus, afirmam alguns viajantes.

Na verdade, a mudança do grande Vale se processa, agora não em termos da monocultura empiricamente cultivada, mas de uma industrialização que

se firma no aproveitamento dos recursos naturais. E a SPVEA é o centro dinamizador de toda a economia regional.

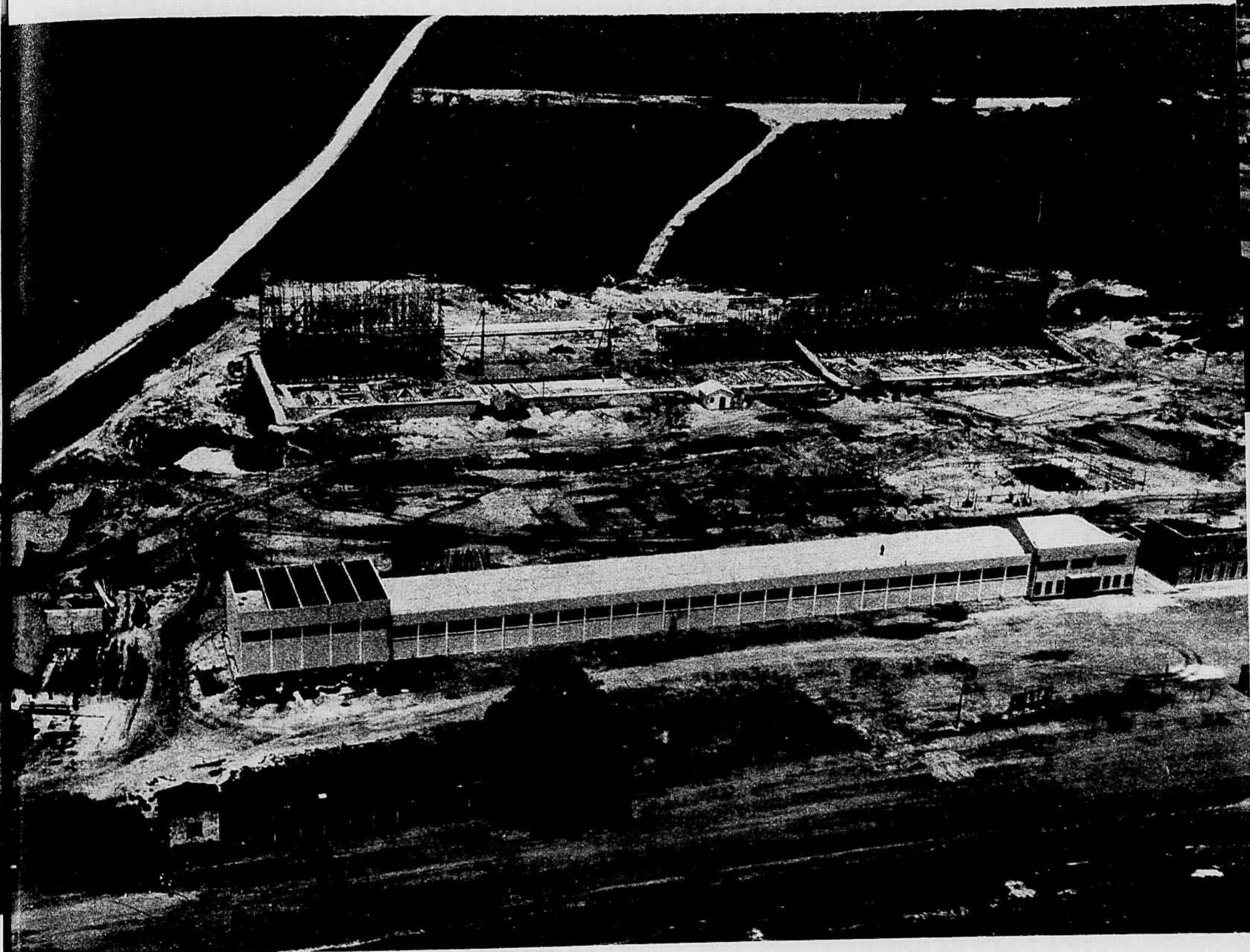
Um dado que julgamos da maior importância basta para definir o desenvolvimento da região amazônica. Diz respeito à arrecadação do imposto de renda.

Considerando-se 1959 o sexto ano de aplicação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, percebe-se que os efeitos da política de investimento estatal se mostram sensíveis e começam a surgir como fatores potenciais na riqueza do Vale.

Em 1953, ano inicial da SPVEA, apenas 3 553 pessoas físicas apresentaram declarações de imposto de renda; em 1958, 4 478 declarantes se apresentaram à repartição competente. Em 1953, 3 370 pessoas jurídicas contribuíram com Cr\$ 72 995 000, e em 1958

## Cimento

Fábrica em Capanema.



esses totais subiram para 3 512 e Cr\$ 212 543 000. As importâncias das declarações de pessoas físicas se elevaram de Cr\$ 39 400 000 em 1953 para ..... Cr\$ 125 121 000 em 1958. Como se vê, houve um aumento de 317% e 290%, respectivamente, nas contribuições de pessoas físicas e pessoas jurídicas ao imposto de renda. Observe-se ainda a ressalva: não foram computados os dados de outras áreas amazônicas de Mato Grosso, Goiás e Maranhão, por impossibilidade de coleta.

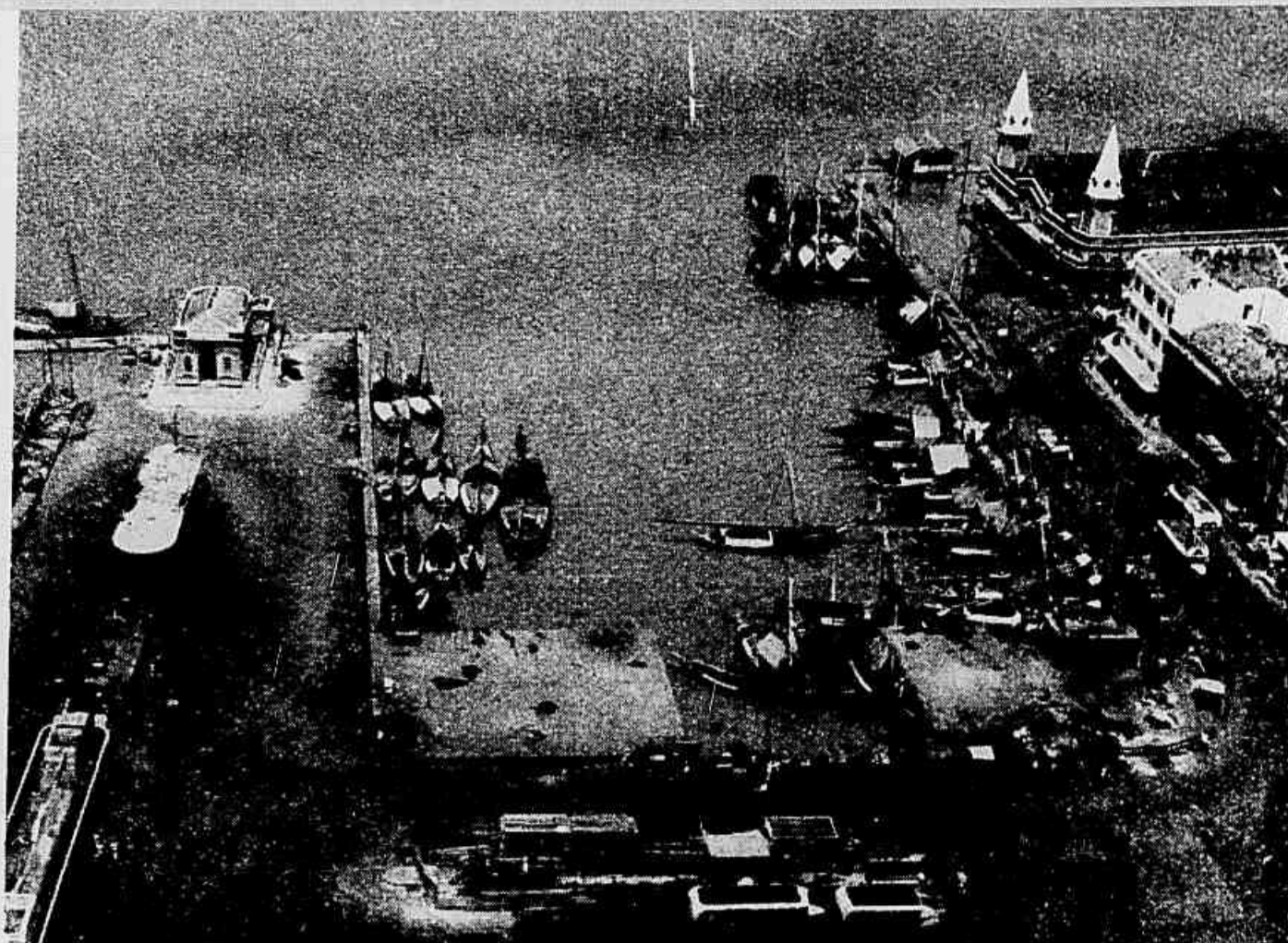
De fato, se tal aconteceu e tende a se ampliar, deve-se exclusivamente à presença da SPVEA nos diversos setores da vida econômica da Amazônia, a começar pela alimentação.

### Alimentação e Colonização

BEM conhecida é a situação alimentar da área amazônica. Situação que se reflete sobre o próprio aspecto colonizador, a ponto de um especialista na matéria, com a autoridade que lhe deu renome universal, o Prof. Josué de Castro, afirmar categoricamente: "Sem alimentação suficiente e correta a Amazônia será sempre um deserto demográfico. Sem um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora do elemento humano à terra, nunca se poderá melhorar os recursos da alimentação da região. (*Geografia da Fome*, pág. 87, 6.<sup>a</sup> ed.)

É certo que está na agricultura o centro principal da renovação de hábitos alimentares; de enriqueci-





A velha Belém: o Mercado do Ver-o-Pêso.

mento dêesses hábitos, diga-se melhor. E mais: tornar possível a objetivação dos três pontos essenciais para uma política racional de produção agrícola, nos termos do Primeiro Plano Quinquenal: a) alcançar a auto-suficiência alimentar da Amazônia; b) desenvolver a produção agrícola de matérias-primas necessárias à economia regional e nacional; c) desenvolver a produção de gêneros que realizem na região condições ótimas, visando a alcançar saldos exportáveis como meio de obter recursos financeiros para ampliar o desenvolvimento da região.

Nesse sentido, a ação da SPVEA se tem desenvolvido através de seis setores: Estudos e Pesquisas, Colonização, Produção Vegetal, Produção Animal, Defesa Sanitária Vegetal e Defesa Sanitária Animal.

Com o Instituto Agrônomo do Norte, um convênio estabelece a manutenção de uma rede de Estações Experimentais em toda a Amazônia, com o fim de se tomar conhecimento da ecologia das plantas de valor econômico para cada zona da planície, tais as diversidades de clima e solo.

Nesse item, prosseguem as dotações orçamentárias conferindo a 1960 o total a ser aplicado no montante de Cr\$ 32 500 000, distribuídos às seguintes unidades:

	Cr\$
Acre .....	2 000 000
Amapá .....	2 000 000
Amazonas .....	18 000 000
Maranhão .....	2 000 000
Pará .....	2 000 000
Rio Branco .....	2 000 000
Diversos .....	4 500 000

Ainda nesse setor, em 1959, de acordo com o Instituto Agrônomo do Norte, foi aplicada a importância de Cr\$ 5 000 000 para a produção de sementes de arroz, juta e dendê, para serem distribuídas aos lavradores regionais. Dentre os resultados obtidos, basta dizer que somente o Instituto Agrônomo do Norte distribuiu cerca de 250 toneladas de arroz, 170 toneladas de juta e 200 000 mudas de dendê. Resultado que se espera alcançar este ano: um aumento na produção de arroz e de juta superior a 30%.

Quanto à Colonização, a SPVEA dispõe de dois núcleos coloniais importantes: o Núcleo Colonial do Guamá, em Belém, e o Núcleo Colonial de Bela Vista,

em Manaus. O primeiro vem concorrendo substancialmente para o abastecimento da capital paraense.

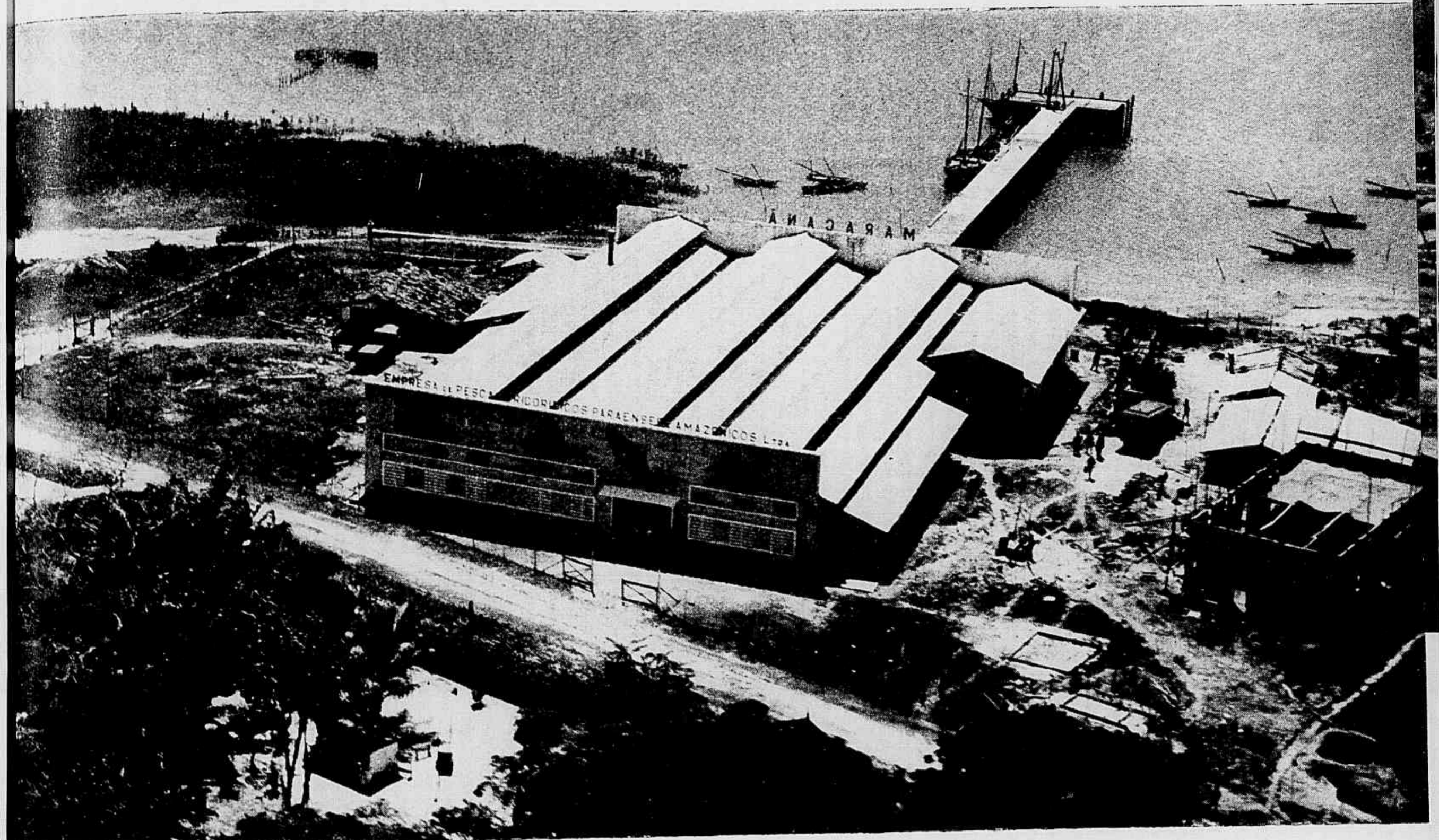
Cr\$ 96 532 000, eis a dotação destinada às diversas colônias agrícolas inclusive para aquisição de novas terras:

	Cr\$
<i>Acre</i>	
(Colônias agrícolas em Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul; e compra de terras) .....	13 642 000
<i>Amapá</i>	
(Colônias agrícolas em Matapi, Oiapoque, Mazagão e Núcleos Coloniais do Jari, Calçoene, Maracoari, Cassiporé, Ferreira Gomes e Santo Antônio da Pedreira; Colônia de penetração no Oiapoque; Instalação do Núcleo Colonial do Cachorrinho) .....	12 000 000
Amazonas .....	18 500 000
Maranhão .....	6 000 000
Mato Grosso .....	6 000 000
Pará .....	19 500 000
Rio Branco .....	7 900 000
Rondônia .....	12 000 000
Diversos .....	1 000 000

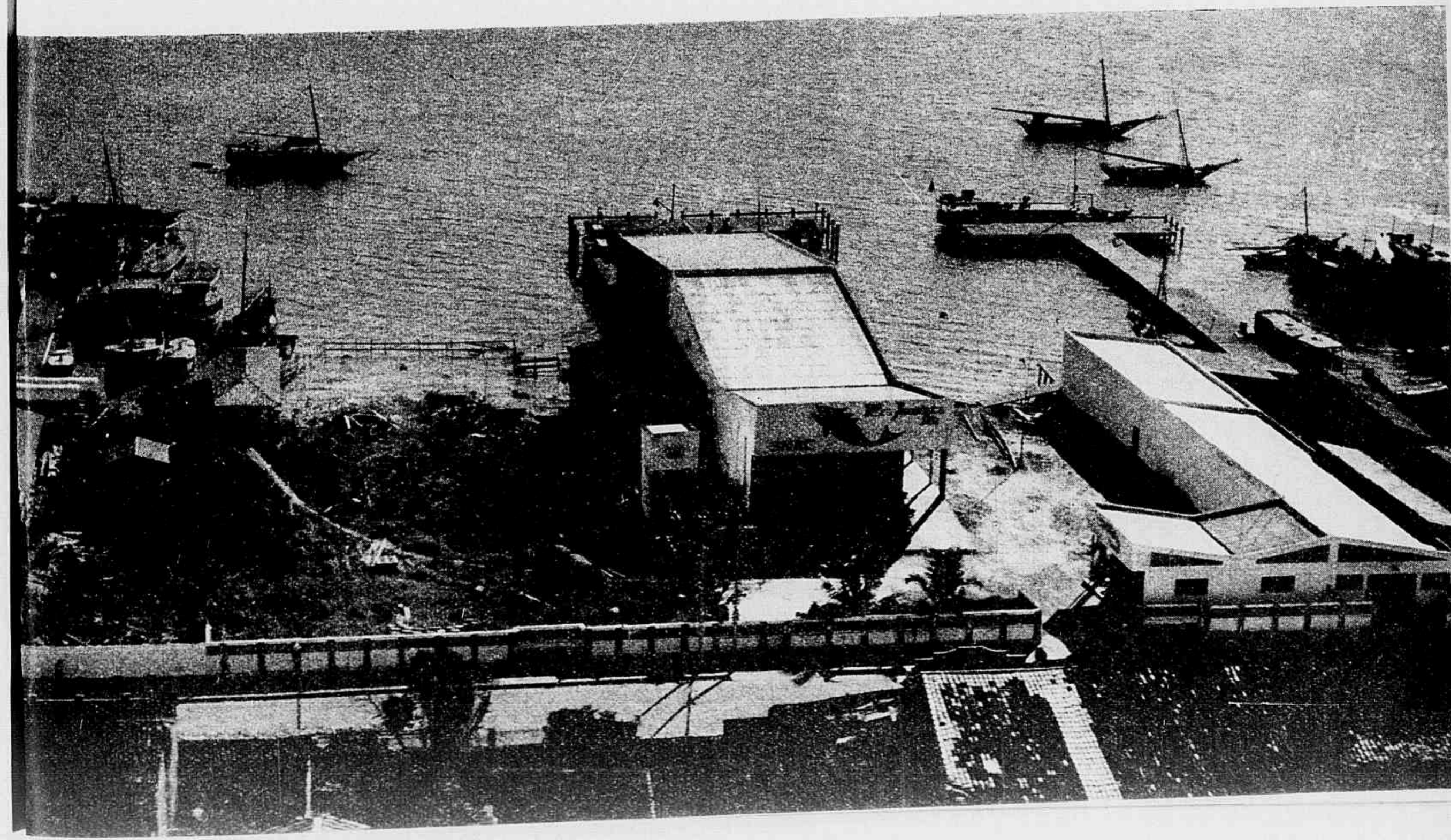
Tais serviços estão exigindo a adoção de métodos novos de cultivo. E nesse sentido a SPVEA, em 1959, importou 35 tratores "Shepard Diesel", que se destinaram à venda a longo prazo aos agricultores e criadores regionais. Para 1960 a dotação total na rubrica Mecanização da lavoura importa em Cr\$ 44 274 000.

Condensando a aplicação de verbas no setor da Produção Vegetal, a SPVEA, em 1960, programou para despendar as seguintes importâncias: Estudos e Pesquisas — Cr\$ 32 500 000; Colonização — Cr\$ 96 542 000; Mecanização da Lavoura — Cr\$ 44 274 000; Armazenamento de produtos agrícolas — Cr\$ 2 500 000; Sementes e Mudas — Cr\$ 22 178 000; heveicultura — Cr\$ 38 700 000; Outras culturas — Cr\$ 123 152 000.

De resto, colonização e nutrição se entrosam, e apenas obedecem a uma classificação orçamentária e especificação acima, quando, analisadas de per si, outra poderia ser a classificação.



"Sem alimentação suficiente e correta a Amazônia será sempre um deserto demográfico."  
(José de Castro)





*Colonos japoneses chegam do Japão.*

## A Amazônia era só borracha

PORQUE é, realmente, no setor dos investimentos, das concessões de crédito, que a SPVEA se tem revelado indispensável ao aceleração da redescoberta da Amazônia.

Nunca é ocioso lembrar que, mesmo antes da SPVEA, a Lei n.º 1184, de 30 de agosto de 1950, instituiu o Fundo de Fomento à Produção, no Banco de Crédito da Amazônia, constante do depósito de 10% das dotações orçamentárias da União, asseguradas pelo Art. 199 da Constituição Federal.

Este programa de aplicação de capitais, essa preocupação em inverter maciçamente, faz lembrar uma época em que, ausente o Estado da participação nos negócios, à iniciativa particular cabia a responsabilidade pelo desenvolvimento regional. Observaram alguns estudiosos que toda a riqueza acumulada por ocasião do boom da borracha, não teve destinos de reinversão sãbiamente aplicada. Agnello Bittencourt, no estudo *Navegação ao Amazonas & Portos da Amazônia* (Coleção Araújo Lima — SPVEA, n.º 8) — coleção, diga-se de passagem, que vem merecendo de Clóvis Barbosa uma dedicação especial, enriquecendo-a sempre de bons estudos, de excelentes artigos agora reintegrados à bibliografia da Amazônia — Agnello Bittencourt, dizíamos, informou a propósito de capitais que não se fixaram na terra: “Em tempo de alta, os impostos desse artigo (borracha), que chegou a merecer o nome de ouro negro, eram escorchantes. Chegaram a atingir 33% nas diversas formas de tributação baixando depois para 22% ponto em que se manteve por alguns anos. Mesmo assim, nesse assalto dos poderes públicos à bolsa particular,

muitas fortunas se fizeram nas duas capitais. Quase todas, porém, não ficaram na terra, não foram investidas em aparelhamentos reprodutivos, capazes de equilibrar mais tarde, a vida econômica e financeira da Planície”. (pág. 29)

Isto de malbaratar capitais, desviá-los para outras regiões, refletia um estado de espírito bem compreensível: a Amazônia era só borracha. Por outro lado, esse mau vézo não se encontra hoje noutras regiões de intensiva monocultura, a exemplo dos industriais da zona açucareira nordestina, cujo capital sentem eles ser melhor empregado plantando arranha-céus na paisagem carioca? E não é sintomático admitir a possibilidade de uma reviravolta para a economia nordestina, tomando por base os planos de investimentos configurados na Operação Nordeste, ou seja, na Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE)? A SPVEA está mostrando que a Amazônia não é só borracha; a SUDENE vai mostrar que o Nordeste não é só açúcar.

Com o Fundo de Fomento à Produção o Governo interviu no sistema de crédito, alterando hábitos que imobilizaram capitais, cerceava o crédito bancário tornando-o proibitivo, tais os juros altos e os prazos curtos. O Fundo surgiu revolucionando uma tradição onzenária cobrando juro anual máximo de 4% e prazos de acordo com a expansão econômica regional.

As bases do Plano de Fomento à Produção eram uma síntese de um programa a ser desenvolvido posteriormente, pela SPVEA. E compreendia:

a) financiamento à produção agrícola em todas as suas modalidades, inclusive extrativa;

# PR - SPVEA

COMISSÃO EXECUTIVA RODOVIA

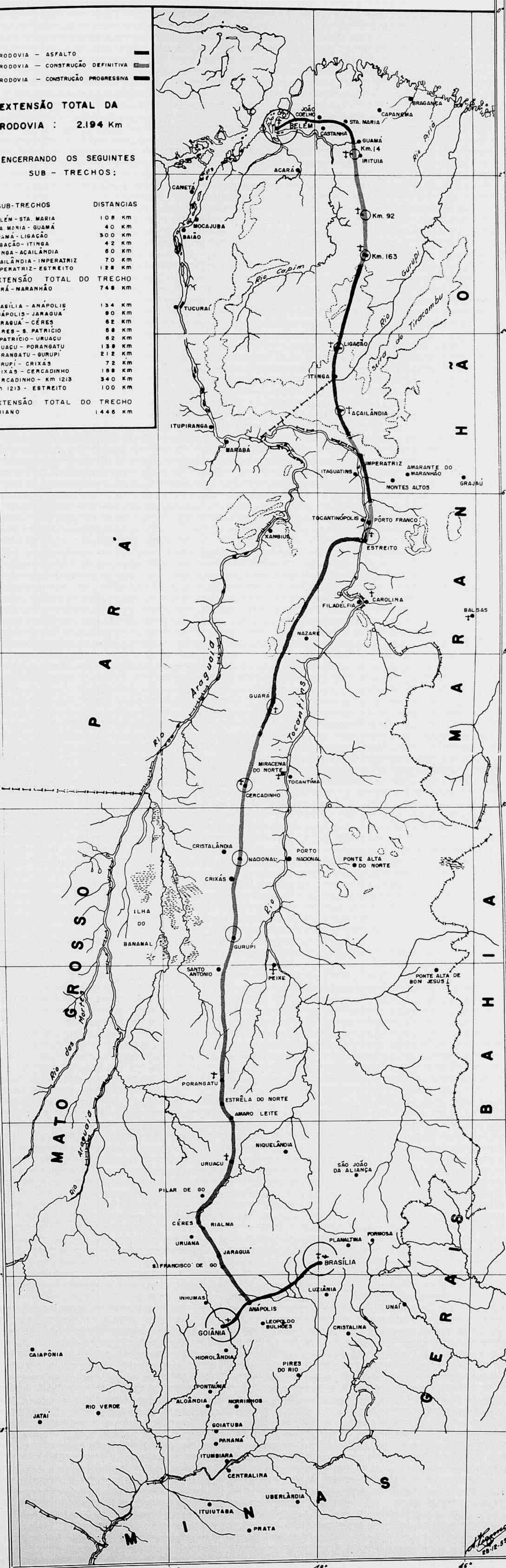
## BELEM - BRASÍLIA

- RODOVIA - ASFALTO
- RODOVIA - CONSTRUÇÃO DEFINITIVA
- RODOVIA - CONSTRUÇÃO PROGRESSIVA

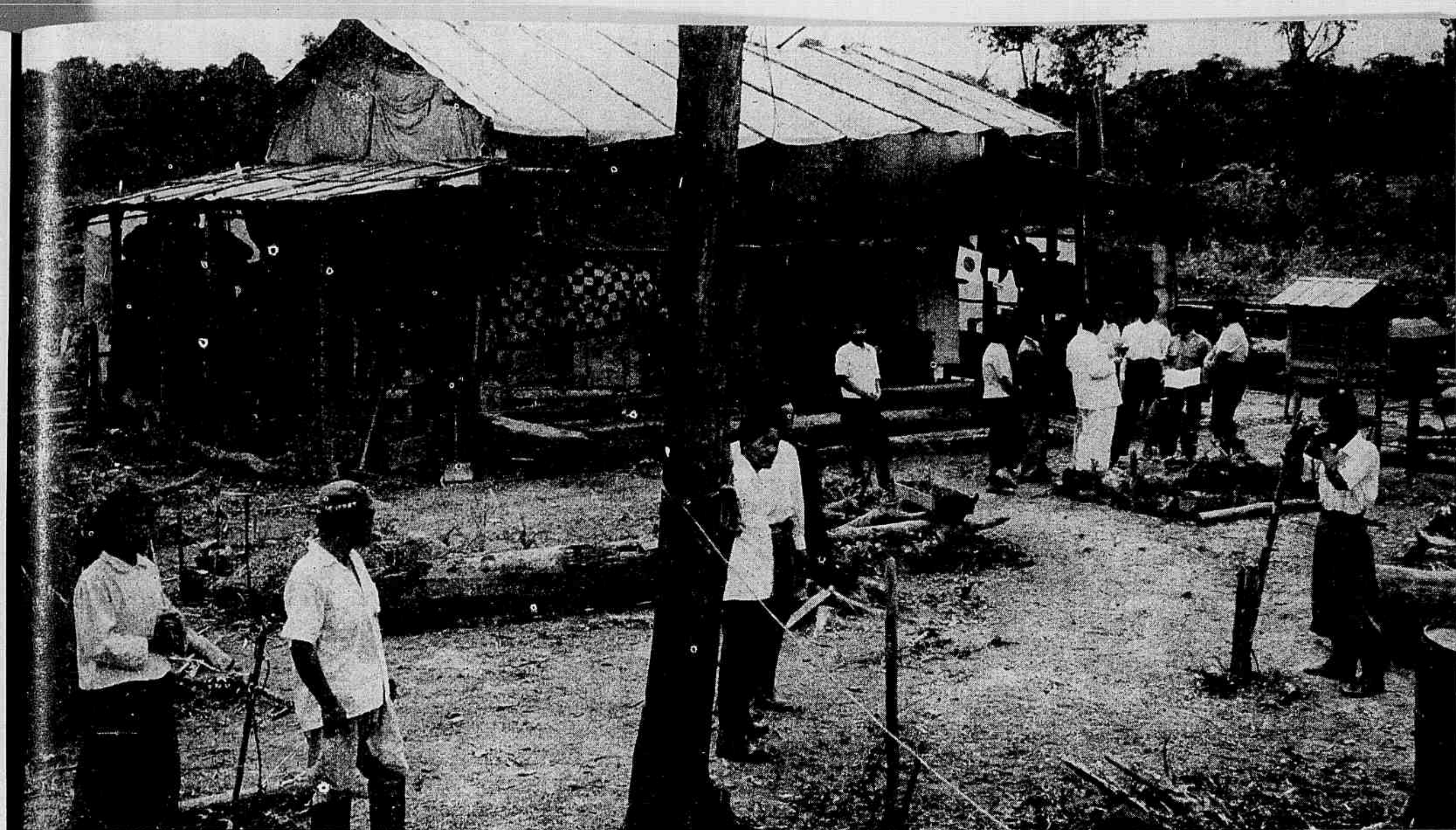
EXTENSÃO TOTAL DA  
RODOVIA : 2.194 Km

ENCERRANDO OS SEGUINTE  
SUB - TRECHOS:

SUB-TRECHOS	DISTANCIAS
BELEM - STA. MARIA	108 Km
STA. MARIA - GUAMA	40 Km
GUAMA - LIGACAO	300 Km
LIGACAO - ITINGA	42 Km
ITINGA - ACAILANDIA	60 Km
ACAILANDIA - IMPERATRIZ	70 Km
IMPERATRIZ - ESTREITO	128 Km
EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO PARÁ - NARANHÃO	748 Km
BRASÍLIA - ANÁPOLIS	134 Km
ANÁPOLIS - JARAQUÁ	80 Km
JARAQUÁ - CÉRES	62 Km
CÉRES - S. PATRÍCIO	88 Km
S. PATRÍCIO - URUAGUÁ	62 Km
URUAGUÁ - PORANGATU	138 Km
PORANGATU - GURUPI	212 Km
GURUPI - CRIXÁS	72 Km
CRIXÁS - CERCADINHO	188 Km
CERCADINHO - Km 1213	340 Km
Km 1213 - ESTREITO	100 Km
EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO GOIANO	1.446 Km



*Handwritten signature and date:*  
28-12-59



*E se instalam na Colônia Agrícola do Guamá.*

b) financiamento à pecuária, para melhoramento dos rebanhos, compra de reprodutores de boa qualidade, instalação de maquinaria destinada à industrialização do leite e aproveitamento dos seus subprodutos;

c) encaminhamento de novos trabalhadores para a Amazônia, mediante financiamento a longo prazo;

d) financiamento industrial para a fundação de indústrias novas, de manifesta utilidade para o aproveitamento das matérias-primas locais;

e) incorporação de sociedades anônimas destinadas à industrialização das matérias-primas locais, ou subscrição de ações de tais empresas, ações que serão transferidas a particulares, por preço nunca inferior ao seu valor nominal, sempre que houver quem as queira adquirir;

f) financiamento para a abertura de novos seringais ou formação de seringais de plantação;

g) financiamento para a melhoria dos meios de transporte, terrestres, fluviais e aéreos;

h) aquisição de sementes, adubos, utensílios, ferramentas e demais aparelhamentos técnicos indispensáveis à melhoria e aumento da produção;

i) construção de armazéns gerais, depósitos, silos, câmaras de expurgo e frigoríficos destinados à warrantagem, guarda e conservação dos produtos destinados à venda ou ao consumo da Amazônia.

Informa a Proposta Orçamentária para o Exercício de 1960, elaborada pela Comissão de Planejamento da SPVEA, que a 31-12-1953 havia no Fundo Cr\$ 319 151 059. E depositou nêle: 1954 — Cr\$ 81 600 000; 1955 — Cr\$ 108 000 000; 1956 — Cr\$ 137 856 000; 1958 (até março) — Cr\$ 75 000 000. Tendo ainda de depo-



# Três Linhas de Crédito: Rural, Industrial, Participações

sitar Cr\$ 143 000 000 referentes a 1958, a soma destas parcelas dão um total de Cr\$ 1 044 607 059. E esclarece que, de 1951 a 1958 o Fundo destinou às unidades amazônicas as seguintes cotas:

	CR\$
Estado do Pará .....	261 151 764
Estado do Amazonas .....	261 151 764
Estado do Maranhão .....	104 460 705
Estado de Goiás .....	104 460 705
Estado de Mato Grosso .....	104 460 705
Território do Acre .....	52 230 352
Território do Amapá .....	52 230 352
Território do Rio Branco .....	52 230 352
Território de Rondônia .....	52 230 352

Esses recursos tornaram possível a realização de 1 765 operações de crédito, dentro da linha de assistência já especificada. Para 1960, o Orçamento da União fixou o Fundo de Fomento Agrícola à Produção em Cr\$ 305 990 000 de acordo com a seguinte discriminação:

	CR\$
Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia ...	15 299 500
cada território, somando .....	61 198 000
Goiás, Maranhão e Mato Grosso .....	30 599 000
cada Estado, somando .....	91 797 000
Amazonas e Pará .....	76 497 500
cada Estado, somando .....	152 995 000

## Crédito Rural

EM face da necessidade de possibilitar maiores empreendimentos, a SPVEA lançou novas linhas de crédito, hoje definitivamente incorporadas ao sistema de financiamento, graças ao êxito crescente. Linhas com dotações específicas sobre a rubrica geral Crédito e Participações, subdivididas nas alíneas: Crédito Rural — Crédito Industrial — Participações.

Iniciemos pelo Crédito Rural, destinado a atender ao pequeno produtor, fornecendo-lhe a preço de custo utilidades e equipamentos. De 1956 a 1959, embora as dotações orçamentárias somassem Cr\$ 199 054 000, foram reduzidas por triagem a Cr\$ 56 590 000, dando a média anual de Cr\$ 14 147 000.

No Orçamento para 1960 os recursos somam Cr\$ 48 837 300, assim distribuídos:

	CR\$
Amazonas .....	15 000 000
Acre .....	3 000 000
Amapá .....	7 800 000
Goiás .....	5 996 000
Maranhão .....	6 000 000
Pará .....	3 000 000
Rio Branco .....	3 041 300
Rondônia .....	5 000 000

## Crédito Industrial

Instituído em 1955, até 1959 o Crédito Industrial recebeu dotações orçamentárias no montante de Cr\$ 1 864 823 800 que se reduziram, através de triagens, a Cr\$ 1 128 405 895. São operações a juros nunca superiores a 4% ao ano e a prazo que varia de 6 meses a 8 anos.

É uma das linhas de crédito que tem revolucionado o *facies* econômico da Amazônia. Graças ao crédito industrial, encontram-se em fase final as metas de energia elétrica em Manaus e Belém, a primeira com duas unidades já em funcionamento, de 7 500 kW e este ano será inaugurada a terceira unidade, somando 22 000 kW todo o complexo energético da capital amazonense. Quanto a Belém, 1960 será o ano em que o problema de energia elétrica será solucionado.

Quando citamos, há pouco, o Prof. Josué de Castro, ocorreu-nos de imediato a vinculação das carências alimentares à falta de um plano de industrialização da pesca. Plano que só agora se apresenta, tomando feições definitivas. Plano de certo modo pioneiro, porquanto quem pode afirmar que o Brasil, País de grandes porções beneficiadas pelo mar, pelos rios, pelas lagoas, é grande consumidor de peixes? Onde existe, apesar da extensa orla marítima, um grande centro piscicultor?

Dai merecer seja atenuada a acusação à borracha responsável pelo abandono da pesca na Amazônia, quando na verdade ela nunca foi considerada, economicamente, isto é, possível de ser racionalmente explorada.

O *Primeiro Plano Quinquenal* esclarece que "os trabalhos relativos à racionalização da pesca podem ser divididos em pesca propriamente dita e piscicultura." Programa que foi estruturado para serem tomadas as seguintes providências:

"a) organização de empresas de pesca nos centros urbanos mais importantes da região e financiamento para aquisição de barcos pesqueiros frigoríficos equipados para viagens redondas médias de uma a duas semanas;

b) estudos de métodos de pesca em época de enchente e dos hábitos dos peixes (Centro de Pesquisas Florestais);

c) vulgarização das técnicas de conservação do pescado e estudos para seu aperfeiçoamento;

d) montagem em Manaus e Belém, através de financiamento a empresas privadas, de duas empresas de descloração e calcinação do sal comum;

e) criação de três entrepostos de pesca, em Belém, Manaus e São Luís, com capacidade frigorífica de 100 toneladas".



Tal programa se encontra em andamento. Em 1957 foram pagos Cr\$ 14 milhões para aquisição de barcos pesqueiros. Em 1958, Cr\$ 10 000 000 para a SMAC — Pesca Amazônica Ltda. Em 1959, Cr\$ 15 000 000 para a Empresa de Pesca e Frigoríficos Paraenses e Amazônicos Ltda. e Cr\$ 11 500 000 para a SMAC — Pesca Amazônica Ltda.

Estes investimentos marcam apenas o começo da atuação da SPVEA no setor da pesca. De certo modo, um excelente começo. Ao lado da rodovia Belém-Brasília, da energia elétrica, da recuperação da heveacultura, o problema da pesca na Amazônia vem merecendo a prioridade que realmente merece.

### Um Triênio de Investimentos

PELOS dados que iremos expor, recebidos da seção competente da SPVEA, podemos perceber a expansão creditícia fomentada pelo órgão planificador da economia da Amazônia. Dizem eles da presença da SPVEA nos mais diversos setores, estimulando indústrias de tecidos, empresas de energia elétrica, Prefeituras Municipais, Cooperativas de consumo, serrarias, fábricas de cimento e de gelo, charqueadas, empresas de aviação e de navegação, petróleo, fábrica de papel e outras indústrias.

Os dados se referem ao triênio 1957 a 1959. Eis a discriminação:

## RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELA SPVEA A CONTA DE CRÉDITO INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÕES

### EXERCÍCIOS DE 1957, 1958 E 1959

#### CRÉDITO INDUSTRIAL

##### Amazonas

	CR\$
Governo do Estado de Amazonas ...	25 000 000
Cia. de Eletricidade de Manaus ...	35 000 000
Prefeitura Municipal de Manaus ...	1 800 000
Prefeitura Municipal de Envira ...	300 000

##### Maranhão

Montagem de um matadouro, Cia. Manufatureira e agrícola do Maranhão .....	14 000 000
---	------------

##### Mato Grosso

Montagem de um matadouro industrial, inclusive frigorífico, pela Cooperativa Mista do Poconé, Ltda. ....	10 000 000
--	------------

#### DIVERSOS

Para indústria de madeira serrada e contraplacada a cargo da Compa-

nhia Agrícola e Industrial de Madeiras da Amazônia .....	4 000 000
Para aquisição de barcos pesqueiros — João Maranhão .....	14 000 000
Para aquisição de veículos motorizados — Custódio Costa & Cia .....	600 000
Beneficiamento de castanha, instalação, Jacob & Cia. ....	4 000 000
Aquisição de aviões para transporte de carne verde — Charqueada Sta. Maria do Araguaia .....	5 000 000
Paraense Transporte S. A. ....	15 000 000
SNAPP .....	2 580 000
Fôrça e Luz do Pará S. A. ....	4 500 000
Charqueada Sta. Maria do Araguaia Ltda. ....	5 000 000
Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. ....	17 000 000
Miranda & Cia. ....	3 000 000
Pesca Amazônica Ltda. ....	5 000 000
Indústria Maurity Ltda. ....	1 000 000
Fábrica S. José Fiação e Tecelagem	2 000 000
Fábrica de Gelo São Pedro Ltda. ..	8 000 000
Saponáceo Lobato Ltda. ....	3 009 000
Ramos, Santoni & Pinheiro Ltda. ..	900 000
Cunha, Maia Ind. e Comércio S. A.	1 435 000
Produtos Vitória Ltda. ....	3 700 000



## Aviação na

*Nova pista ligando o Aeroporto de Val de Cães a Belém. Embaixada, estação de passageiros em Itacoatiara, Amazonas.*

Empresa de Naveg. Acreana Ltda.	1 800 000
Fábrica de Papel Independência ..	1 725 000
Raimundo Dejard Vieira .....	1 000 000
Empresa de Naveg. Acreana Ltda.	229 625
Custódio Costa & Cia. ....	600 000
Domingos Modesto .....	260 000

### PARTICIPAÇÕES

#### Amapá

Cia. de Eletricidade do Amapá ....	10 000 000
------------------------------------	------------

#### Amazonas

Cia. de Eletricidade de Manaus ...	14 000 000
Banco do Estado do Amazonas S. A.	10 000 000

#### Maranhão

Centrais Elétricas do Maranhão ...	12 600 000
------------------------------------	------------

#### Pará

2.ª etapa da Cia. Fôrça e Luz do Pará S. A. ....	50 000 000
--	------------

### DIVERSOS

Pires Carneiro .....	30 000 000
----------------------	------------

### 1958 CRÉDITO INDUSTRIAL

#### Acre

Para complementação da construção do Matadouro de Rio Branco .....	400 000
--	---------

#### Amapá

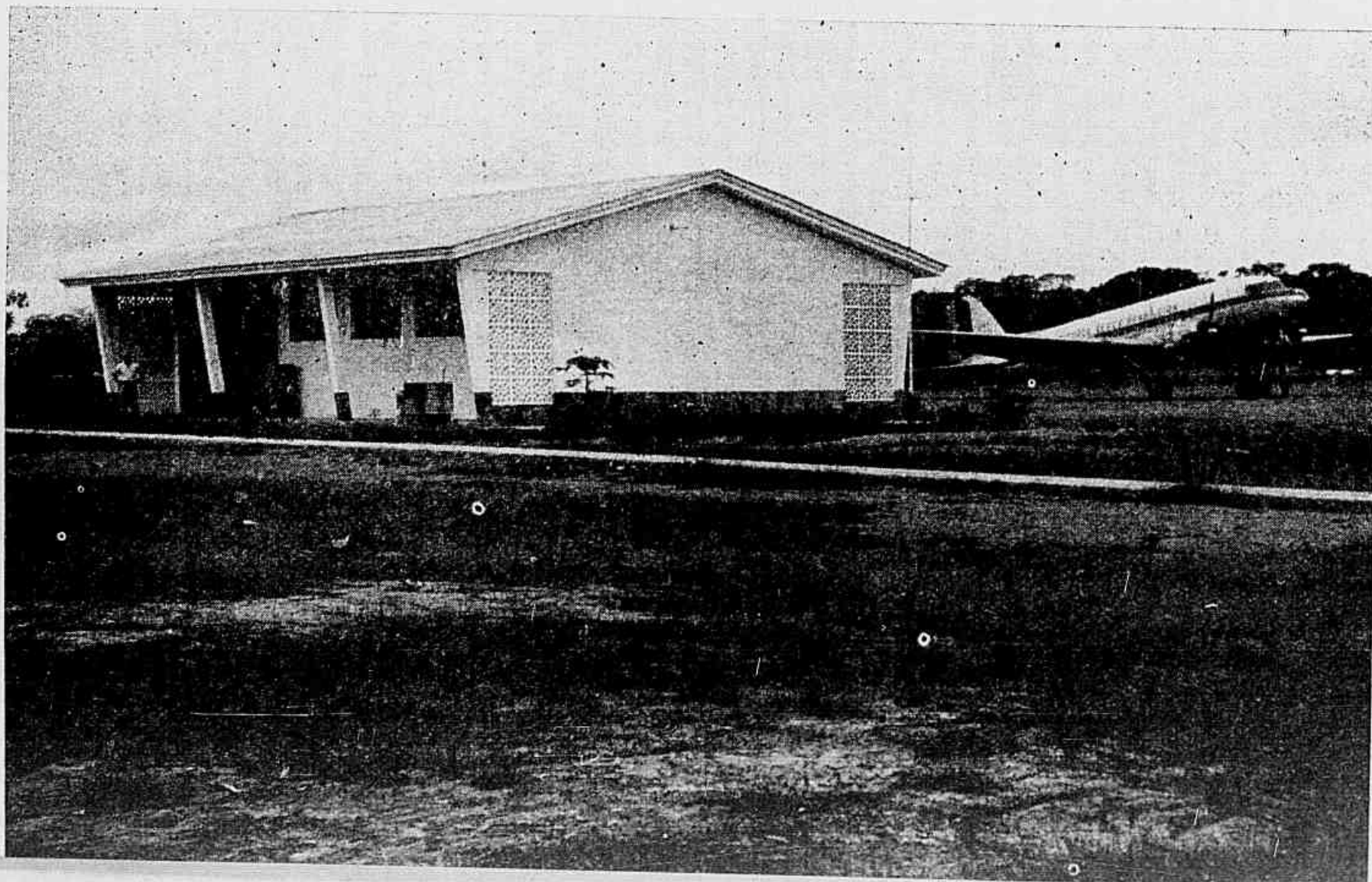
Para industrialização de sementes oleaginosas — Irmãos Platon Ltda.	2 500 000
---	-----------

#### Amazonas

Conclusão da 1.ª etapa e fabricação de celulose — Papel Amazonas S. A. ....	5 000 000
Petrobrás .....	31 000
Cia. de Eletricidade de Manaus ...	80 000 000

#### Goiás

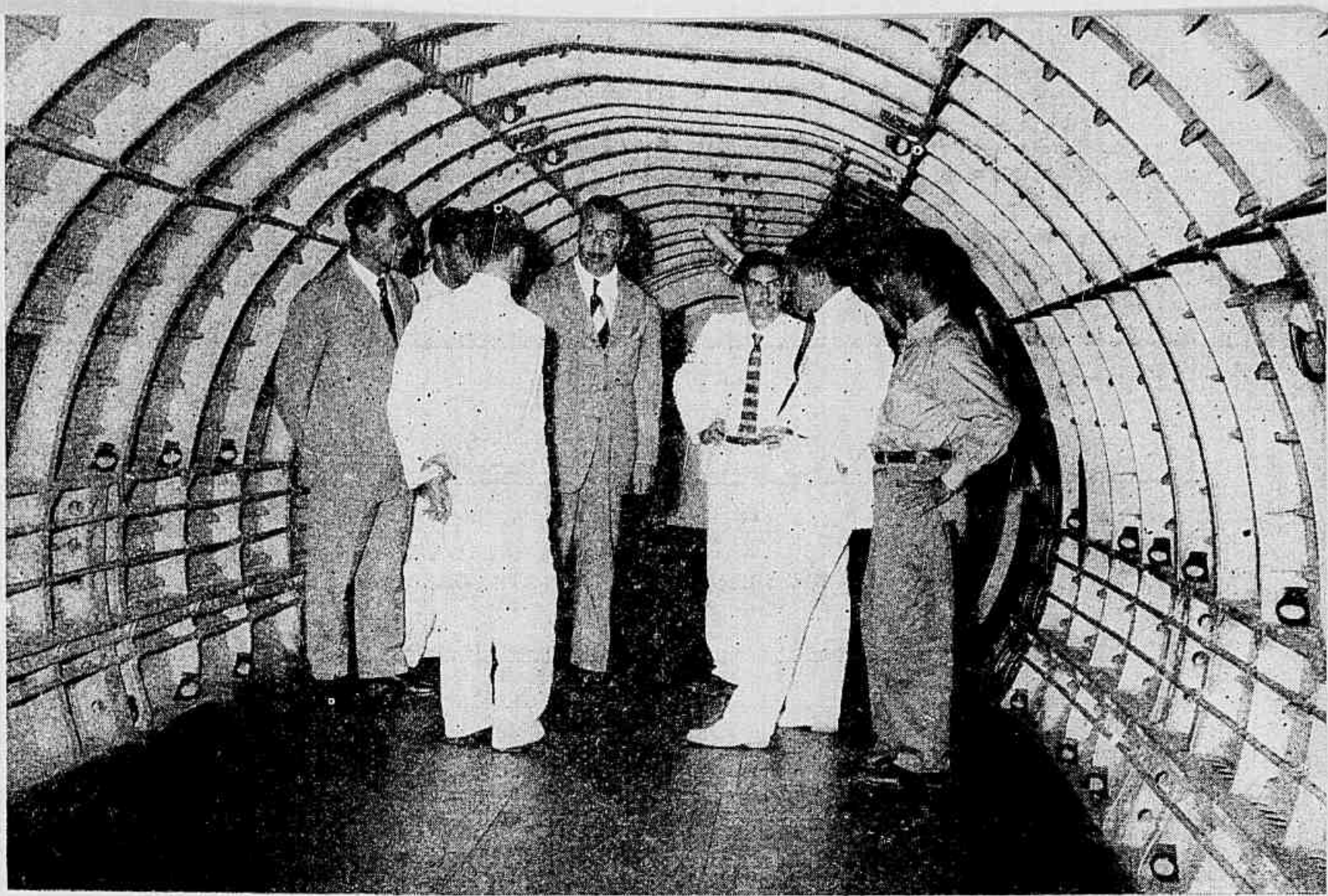
Industrialização de carne, subprodutos etc.





# Amazônia

*Avião-transporte para o abastecimento de Belém. Embaixo, outro campo de pouso: Manicoré, Amazonas.*



Importadora e Exportadora Agropecuária São Francisco Ltda. .... 4 000 000

## Maranhão

Reequipamento da indústria de tecidos

Fiação e Tecidos Camboa S. A. ... 9 000 000  
 Fábrica de Tecidos Sta. Isabel S. A. 10 000 000  
 Cia. de Fiação de Tecidos Rio Anil 4 000 000

## DIVERSOS

Cia. Agrícola e Industrial de Madeiras da Amazônia ..... 3 004 700  
 Fábrica de Gêlo São Pedro Ltda. ... 3 000 000  
 SMAC — Pesca Amazônica Ltda. . 10 000 000  
 Emp. de Navegação Miguéis Ltda. 3 000 000  
 Emp. de Navegação Acreana Ltda. 3 200 000  
 Moacir Pinheiro Ferreira ..... 2 574 100  
 Cia. Paraense de Alimentação .... 44 000 000

## PARTICIPAÇÕES

### Amazonas

Governo do Estado do Amazonas ... 10 000 000

## Maranhão

Centrais Elétricas do Maranhão ... 25 000 000

## Pará

Fôrça e Luz do Pará S. A. .... 58 708 820  
 Fábrica de Cimento — Pires Carneiro S. A. .... 18 000 000

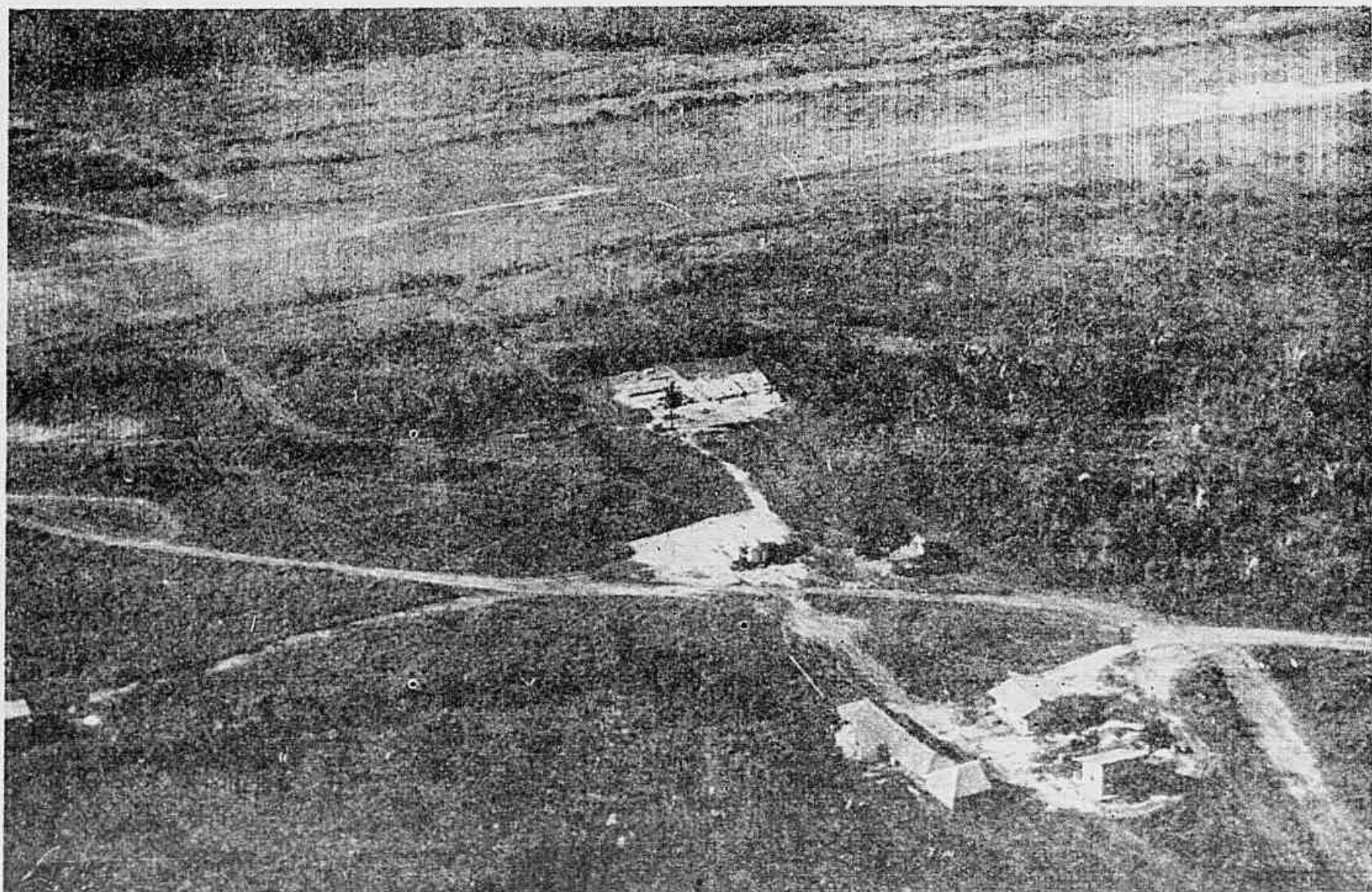
## 1959 CRÉDITO INDUSTRIAL

### Maranhão

Cia. de Fiação e Tecidos do Rio Anil 6 000 000  
 Fábrica de Tecidos Sta. Isabel S. A. 8 000 000  
 Beneficiamento de arroz — M. Ferreira ..... 9 800 000

### Pará

Empresa de Pesca e Frigorífico Paraense e Amazônico Ltda. .... 15 000 000  
 Pesca Amazônica Ltda. .... 10 000 000  
 Fábrica de Gêlo São Pedro Ltda. ... 3 000 000



## MOVIMENTO DAS DO

ESTADO	ENTIDADE	TOTAL DAS DOTAÇÕES	FINALIDADE	TOTAL PAGO
PARÁ	FORÇA E LUZ DO PARÁ S/A.	338.300.000,00	Instalação de uma usina Termelétrica de 30.000 kw em Belém, inclusive rede de transmissão e distribuição.	285.408.820,00
AMAZONAS	GOVERNO DO ES- TADO	81.300.000,00	Instalação de uma usina c/ 3 grupos geradores Diesel de 1.500 kw, ampliação do sistema de energia com uma usina flutuante de 5.000 kva e manutenção do sistema elétrico de Manaus.	61.299.999,60
AMAZONAS	COMPANHIA DE ELE- TRICIDADE DE MA- NAUS	234.536.900,00	Instalação de uma Usina Termelétrica de 22.500 kw em Manaus, inclusive rede de transmissão e distribuição	224.536.900,00
MATO GROSSO	GOVERNO DO ES- TADO	123.000.000,00	Ampliação da Usina Hidrelétrica de Rio da Casca, inclusive rede de transmissão e distribuição de Cuiabá.	78.000.000,00
MARANHÃO	GOV. EST. E CEN- TRAI S ELÉTRICAS DO MARANHÃO	150.000.000,00	Instalação de uma usina Termelétrica de 15.000 kw, inclusive rede de distribuição de São Luís.	88.352.000,00
GOIÁS	CENTRAIS ELÉTRI- CAS DE GOIÁS	76.000.000,00	Estudos e início da construção da Usina Hidrelétrica do Tocantins — Município de Uruaçu.	1.000.000,00
AMAPÁ	GOVERNO DO TERRI- TÓRIO	67.000.000,00	Estudos e início da construção da Usina Hidrelétrica da Cachoeira do Paredão.	40.000.000,00
AMAPÁ	GOVERNO DO TERRI- TÓRIO	24.700.000,00	Ampliação do sistema de energia elétrica de Macapá.	9.200.000,00
RONDÔNIA	GOVERNO DO TERRI- TÓRIO	23.000.000,00	Ampliação dos serviços elétricos de Pôrto Velho com instalação de um Turbo-gerador de 1.300 kw, inclusive rede de distribuição.	14.500.000,00
RIO BRANCO	GOVERNO DO TERRI- TÓRIO	20.300.000,00	Ampliação do sistema de energia elétrica de Boa Vista.	8.100.000,00
RIO BRANCO	GOVERNO DO TERRI- TÓRIO	6.000.000,00	Estudos de aproveitamento da Cachoeira do Paredão.	1.100.000,00
ACRE	GOVERNO DO TERRI- TÓRIO	36.000.000,00	Para ampliação do sistema de energia elétrica de Rio Branco.	34.000.000,00
		1.180.136.900,00		845.497.719,60

# ELÉTRICA — SPVEA

## T A Ç Õ E S D E 1954 A 1959

S I T U A Ç Ã O A T U A L	C O T A S P A G A S E M 1959		
	DO EXERCÍCIO	PARCIAL	TOTAL
Instalado — Usina de 15.000 kw, rede de transmissão e 70 % da rede de distribuição. Em instalação — Turbo-gerador de 7.500 kw.	1 9 5 9	20.000.000,00	20.000.000,00
Instalado — Usina Diesel de 4.500 kva e Usina flutuante de 5.000 kva.	—	—	—
Instalado — Parte da rede de distribuição e assinado contrato com a Westinghouse para fornecimento e montagem de uma usina de 22.500 kw.	1 9 5 8	72.500.000,00	138.036.900,00
	1 9 5 9	65.536.900,00	
Instalado — Usina hidrelétrica de 3.500 H.P., rede de transmissão e grande parte da rede de distribuição.	1 9 5 8	35.000.000,00	35.000.000,00
Instalado — Usina Termelétrica de 4.500 kw e grande parte da rede de distribuição. Em instalação — Turbo-gerador de 1.500 kw.	1 9 5 6	3.252.000,00	65.852.000,00
	1 9 5 7	12.600.000,00	
	1 9 5 8	25.000.000,00	
	1 9 5 9	25.000.000,00	
Efetuada — Estudos e anteprojeto da Usina Hidrelétrica de Tocantins.	—	—	—
Efetuada — Estudo e início da construção da Usina do Paredão.	—	—	—
Executado — Início da base de concreto armado da Turbina e ampliação do prédio da Usina.	1 9 5 6	1.000.000,00	1.000.000,00
Instalado — Usina Diesel-Elétrica de 640 kw.	1 9 5 7	800.000,00	800.000,00
	1 9 5 6	1.100.000,00	1.100.000,00
Instalado — Usina Diesel-Elétrica de 3.000 kva e grande parte da rede de distribuição.	1 9 5 9	3.037.780,00	3.037.780,00
	1 9 5 9	TOTAL GERAL .....	264.826.680,00

## 1959: 2 milhões de mudas de seringueiras

Fábrica de Cimento de Capanema  
(Pires Carneiro S.A.) ..... 10 000 000

### Mato Grosso

Emp. de Navegação Miguéis Ltda... 1 183 600

### Pará

SMAC — Pesca Amazônica Ltda. ... 1 500 000

João Maranhão ..... 4 366 000

Pires Carneiro S. A. .... 10 000 000

## PARTICIPAÇÕES

### Amazonas

Cia. de Eletricidade de Manaus ... 42 600 000

### Maranhão

Centrais Elét. do Maranhão S. A. ... 25 000 000

### Pará

Fábrica de Gêlo São Pedro Ltda. ... 2 000 000

Pires Carneiro S. A. (Cimento em  
Capanema) ..... 15 000 000

QUANTO a 1960, espera-se que seja o ano de inaugurações de fábricas, de instalações de novas indústrias, concorrendo assim para a restauração econômica da Amazônia. Vale referir que estão surgindo os primeiros resultados de reversão de capital. Em 1959, a SPVEA recolheu Cr\$ 7 384 614; em 1960, espera-se que essa conta aumente para Cr\$ 27 857 530.

No Orçamento deste ano, as subvenções de Crédito Industrial estão assim discriminadas:

### Acre

Para instalação de uma usina de classificação e beneficiamento de castanha, em Rio Branco, através de organização dos produtores locais ..... 4 000 000

### Amapá

Para atender ao plano de industrialização do Território ..... 4 751 500

Para empresa que se proponha a organizar programa de transporte coletivo entre Macapá — Amapá — Calçoene ..... 300 000

### Amazonas

Para instalação, em Manaus, de silo com capacidade mínima de cinco mil toneladas ..... 12 000 000

Para atender, mediante convênio com a SPVEA, empresas que se organizem em Manaus, com a obrigação de estabelecer a industrialização racional do pirarucu ou a exportação por via aérea de outras espécies alimentares do pescado destinados ao abastecimento dos mercados necessitados ... 8 000 000

Para construção de edifício destinado à instalação de um hotel, em convênio com a Prefeitura Municipal de Parintins ..... 5 000 000

Para financiamento às empresas que operam na industrialização da essência de pau-rosa, na área amazônica de sua produção e beneficiamento .... 10 000 000

Para financiamento de estabelecimentos industriais existentes ou que se venham instalar na região amazônica, destinados à transformação de madeiras regionais, em laminados e





compensados, de acôrdo com projetos e planos já aprovados pelos órgãos técnicos da SPVEA .....	10 000 000
Continuação do plano de abastecimento de carne e outros gêneros alimentícios para Manaus e outras cidades da Amazônia, inclusive aquisição de aviões .....	10 000 000
Para instalação ou ampliação de frigorífico em Manaus .....	12 897 400

#### Goiás

Para fabricação de óleos à base de babaçu, para fins industriais e preferentemente alimentícios .....	8 000 000
Para financiamento de companhias que exploram serviços de transporte nos rios Tocantins e Araguaia .....	15 000 000

#### Maranhão

Para prosseguir o reequipamento da indústria de tecidos .....	25 000 000
Para o reequipamento das emprêsas de navegação fluvial e melhoria da navegabilidade, nos rios Balsas, Itapicuru, Mearim, Parnaíba e outros da região amazônica do Estado .....	5 000 000
Para prosseguimento da indústria de arroz e algodão nos vales dos rios Balsas, Grajaú, Itapicuru, Mearim e Pindaré .....	5 000 000
Para ampliação e aperfeiçoamento da fabricação de óleos vegetais alimentícios, à base de babaçu e oleaginosas	5 000 000
Reequipamento e desenvolvimento da indústria têxtil no Município de Caxias .....	5 000 000
Para conclusão do serviço da Prefeitura de São Luís, de industrialização de carne e subprodutos .....	1 000 000

#### Mato Grosso

Para prosseguimento da instalação do matadouro industrial de Poconé ...	16 742 800
Para reequipamento atualizado das usinas açucareiras na área amazônica	8 000 000

#### Pará

Ampliação da carga efetiva de 15 000 kW para 22 500 e da respectiva rêde de distribuição da usina termelétrica em construção, em Belém .....	45 000 000
Para conclusão de dois centros de operações de pesca, em Belém, já funcionando com frigoríficos de capacidade de mil toneladas e produção diária de cem toneladas de gelo .....	8 000 000
Para conclusão da instalação da indústria de pescado (frigoríficos, beneficiamento, enlatamento, fabricação de óleo e farinha de peixe), no município de Maracanã .....	5 000 000
Para financiamento, nos moldes da lei credora da SPVEA, da indústria de cimento que se instala no Pará (Município de Capanema) .....	35 000 000
Para emprêsa de aviação leve, a serviço de localidades com limitações técnicas de pouso .....	5 000 000
Para obras de ampliação da usina termelétrica de Fôrça e Luz do Pará S. A., constantes de complementação de carga efetiva de 22 500 para 30 000 kW, bem como respectivas rêdes de distribuição e subestações .	60 000 000

# Pecuária na Amazônia



## Rio Branco

Conclusão da instalação da indústria local de lapidação .....	2 000 000
Para instalação de usinas de classificação e beneficiamento de algodão .....	4 000 000

## DIVERSOS

Para incentivar a indústria madeireira de exportação .....	8 000 000
--	-----------

## Participações

ENTENDE-SE por Participações as operações em caráter de empréstimos ou de incorporação e subscrição de ações de empresas de capital misto, como incentivo à iniciativa privada ou órgãos públicos que se dedicam a alcançar os objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Desde 1955, quando se instituiu esse sistema, a 1958, as dotações orçamentárias alcançaram ..... Cr\$ 1 371 903 800. Com os cortes no montante de Cr\$ 459 507 905, ficaram reduzidas a Cr\$ 912 395 895. Foram aplicados Cr\$ 870 547 245.

Dessas participações é que resultam as reversões de capital. Já vimos, anteriormente, a relação dos pagamentos durante os exercícios de 1957 a 1959. Para 1960, o Orçamento da União consigna:

## Acre

Para conclusão de uma usina em Rio Branco, de lavagem e crepagem de borracha, através de organização dos seringalistas e exportadores locais ..	6 000 000
---	-----------

## Amapá

Cotas de incorporação de capital da Cia. de Eletricidade do Amapá, na instalação da usina hidrelétrica da Cachoeira do Paredão .....	10 000 000
--	------------

## Amazonas

Cota de incorporação de capital da empresa que procede a instalação de uma fábrica de celulose e papel e que para continuar a receber ajuda financeira da SPVEA deverá estabelecer contrato com firma especializada e em condições de entregar a fábrica funcionando e de fornecer a maquinaria ainda necessária sob financiamento pelo prazo mínimo de quatro anos .....	60 000 000
Para as obras do novo sistema elétrico da Capital do Amazonas, a cargo da Companhia de Eletricidade de Manaus, como adiantamento para ressarcimento ulterior em ações, quando for aumentado o capital da Companhia (Lei n.º 1 654, de 28-7-1952) ...	360 000 000

## Maranhão

Integralização de cota na incorporação de capital da empresa "Centrais Elétricas do Maranhão" .....	36 000 000
---	------------

## Mato Grosso

Cota de incorporação do capital de uma empresa para instalação, em Cuiabá, de uma fábrica de tecidos populares, de algodão .....	30 000 000
--	------------

## Pará

Cota de incorporação de uma empresa de capital misto, para instalação, em Belém de um frigorífico com capacidade inicial de 1 500 toneladas, destinado ao armazenamento e regularidade de abastecimento ao consumo público de carne e subprodutos, leite	
--	--



e derivados, ovos, frutas, legumes e tubérculos .....	5 000 000
Cota de incorporação de capital de uma fábrica de cimento em construção no Município de Capanema .....	40 000 000
Cota de incorporação de capital para a instalação de uma fábrica de celulose e papel .....	8 000 000

#### Rio Branco

Aquisição de uma completa instalação de Indústria de Cerâmica e Pré-Moldados de concreto, para indenização de máquinas, motores, acessórios, sobressalentes e prédios de uma moderna indústria de cerâmica e pre-moldados de concreto, instalada em grande área junto ao Porto da Boa Vista e pertencente a empresa particular .....	5 000 000
--	-----------

#### Rondônia

Para prosseguimento da instalação de frigoríficos em Porto Velho e Guajará-Mirim .....	14 201 500
--	------------

Espera contar a SPVEA, em 1960, com recursos no setor de crédito, assim especificados: Crédito Rural — Cr\$ 48 837 300; Crédito Industrial — ..... Cr\$ 342 691 700; Participações — Cr\$ 394 201 500.

### Borracha: Plantio Nacional

SE antes da crise ocorrida no segundo decênio deste século a Amazônia era só borracha, em detrimento das restantes riquezas naturais, hoje a borracha não deixa de ocupar, também com proeminência, uma posição privilegiada.

É sabido que a produção brasileira da hévea varia entre 23 000 e 25 000 toneladas. Mas há um passivo a descoberto no total de 20 000 toneladas, se

considerarmos um consumo de 54 000 toneladas anuais. E se admitirmos o ritmo industrial em crescendo, calcula-se em 100 000 toneladas o consumo em 1964, com séria repercussão sobre o *deficit*.

Em face disso, que fez a SPVEA? Há três soluções para o restabelecimento desse equilíbrio: a) fabricar borracha sintética; b) aproveitar as reservas dos seringais nativos; c) plantar seringueiras.

Do primeiro item se ocupa a Petrobrás. Do segundo, os técnicos consideram operação onerosa, sem resultados econômicos compensadores. Resta o terceiro item.

Recorde-se que em 1958 o Ministério da Agricultura reuniu representantes da Amazônia, de São Paulo e da Bahia. E se aprovou a elaboração de um plano, pelo qual seriam plantadas cerca de 10 000 000 de seringueiras na área amazônica, dentro de 5 anos. Criou-se até um organismo especializado, sob a denominação de Projeto ETA-54, constituído pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Departamento Nacional de Produção Vegetal, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Instituto Agrônomo do Norte e Escritório Técnico de Agricultura. Esse Projeto ETA-54 tomou por base o Projeto Borracha elaborado pela SPVEA e já em andamento, porquanto a SPVEA vinha preparando no eixo da rodovia Belém-Bragança 22 hectares de viveiros, que já haviam produzido 200 000 tocos enxertados e distribuídos gratuitamente aos agricultores.

Em 1959, instalaram-se viveiros em 42 hectares, cu seja, 2 000 000 de mudas, no Pará, Amazonas e Mato Grosso e nos Territórios do Acre e Rondônia. Estas mudas darão no mínimo 1 200 000 troncos enxertados para serem plantados em 2 000 hectares. Além disso, em convênio com o governo do Território do Acre, a SPVEA vem instalando pequenos seringais em cooperação com os colonos locais. Também com o governo do Amapá idêntico convênio foi estabelecido.

No Orçamento de 1960, Cr\$ 38 700 000 se destinam à heveacultura:

## Escola de Agronomia da Amazônia (Belém)

Acre .....	4 500 000
Amapá .....	5 500 000
Amazonas .....	4 000 000
Maranhão .....	10 000 000
Rio Branco .....	1 700 000
Rondônia .....	3 000 000
Diversos (Projeto Borracha) .	10 000 000

Para outras culturas (arroz em Macapá e Rondônia; algodão no Acre; cacau nos arredores de Manaus; algodão, café, cacau e juta no Rio Branco; babaçu no Maranhão) o Orçamento de 1960 consigna Cr\$ 12 000 000.

### Mais kW para a Amazônia

SE Manaus e Belém dispõem hoje de um serviço de energia elétrica à altura da categoria de capitais do Norte, deve-se, não se pode negar, à atuação do órgão responsável pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia. De 1954 a 1959, foram consignados Cr\$ 1 180 136 900 para investimentos nesse setor, incluindo as capitais de Mato Grosso, Amapá, Rondônia, Rio Branco e Acre, e também na parte amazônica de Goiás. Foram pagos Cr\$ 845 497 719,60, dos quais, em 1959, entregues aos governos ou sociedades de economia mista, criadas para explorar os serviços de força e luz naquelas cidades, Cr\$ 264 826 680, conforme quadro intitulado "Energia Elétrica — SPVEA". Pode-se, deste modo, sintetizar os resultados no setor Energia:

a) em Belém, acha-se instalada uma usina de 15 000 kW com a respectiva rede de transmissão e cerca de 70% da rede de instalação concluída;

b) em Manaus, foi instalada parte da rede de distribuição e assinado contrato com a Westinghouse para fornecimento e montagem de uma usina termelétrica de 22 500 kW;

c) em Cuiabá, foi instalada uma usina hidrelétrica com capacidade de 3 500 HP, rede de transmissão e grande parte da rede de distribuição;

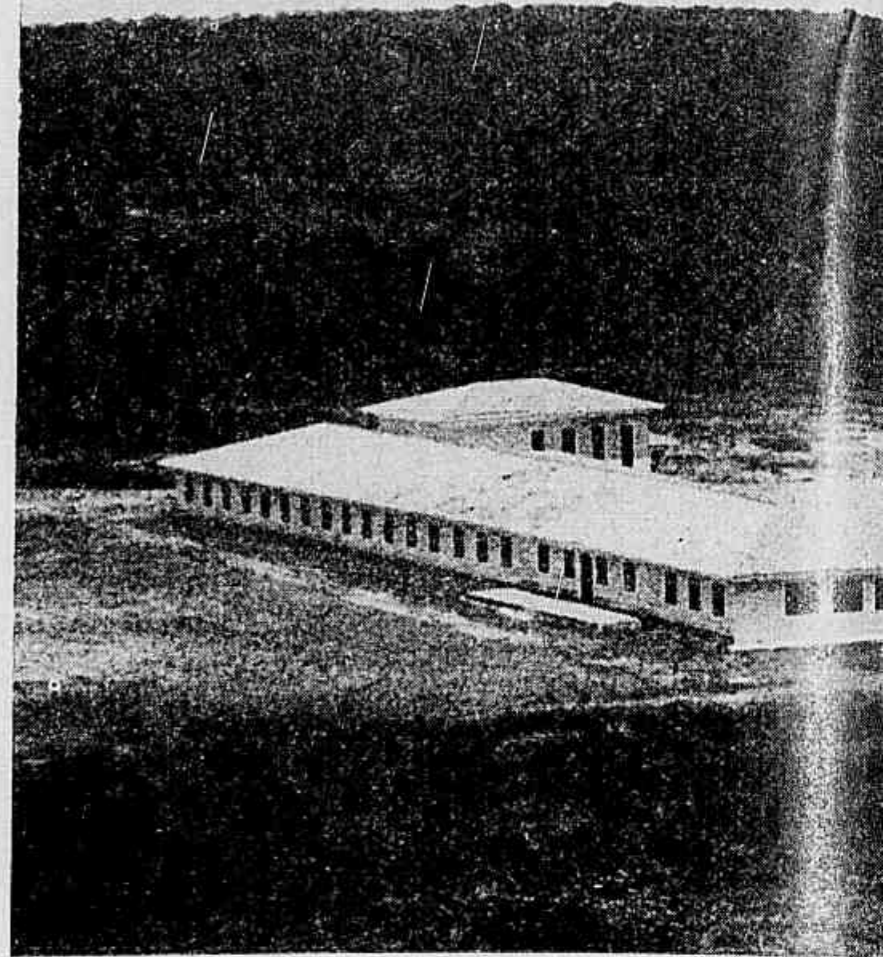
d) em São Luís, depois de instalada uma usina termelétrica de 4 500 kW e grande parte da rede de distribuição, encontra-se em fase de instalação um conjunto turbo-gerador de 1 500 kW;

e) estão concluídos e elaborados os estudos e anteprojeto da usina hidrelétrica do Tocantins, no Município de Uruaçu;

f) em Macapá, estão sendo iniciados os trabalhos de aproveitamento da Cachoeira do Paredão;

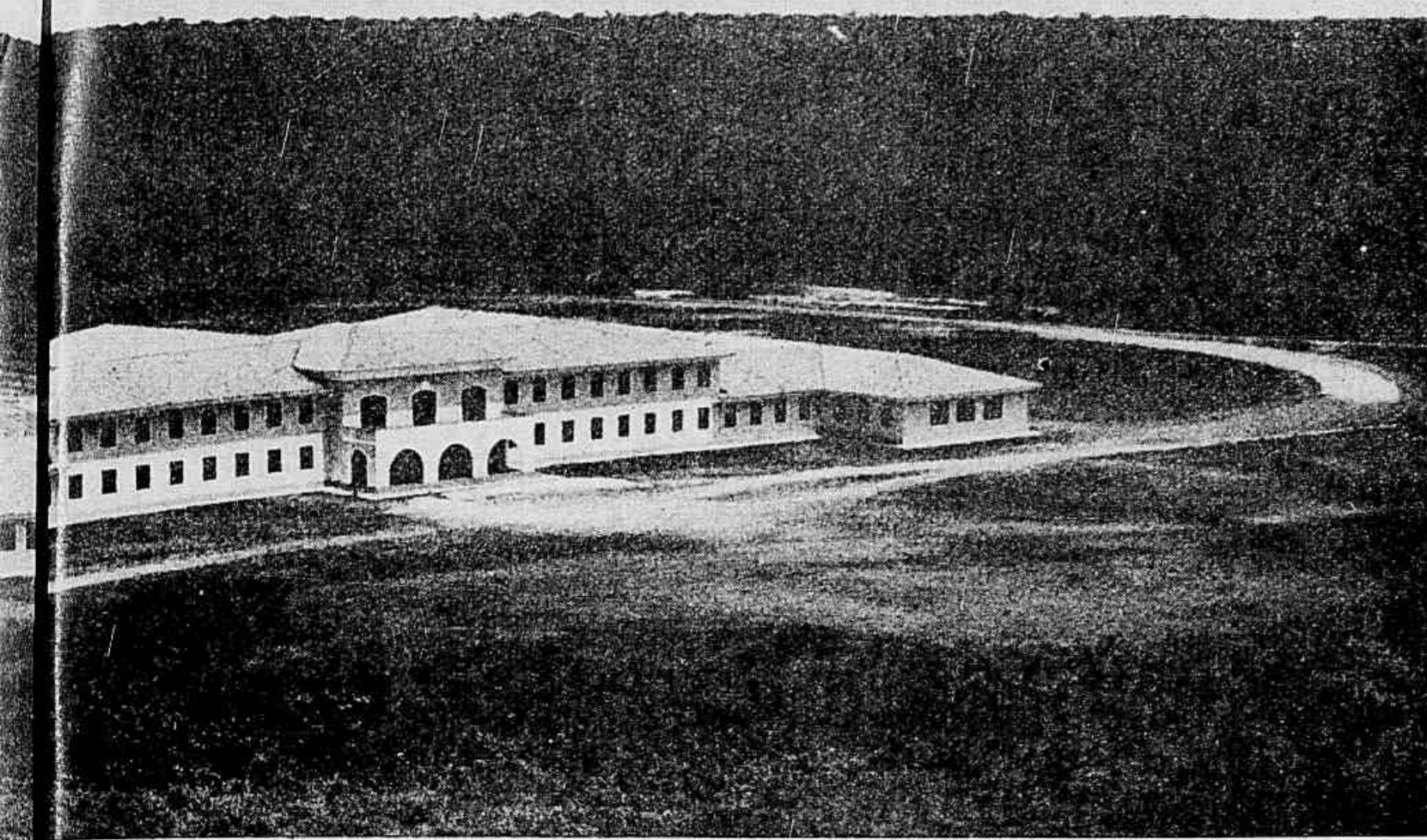
g) em Pôrto Velho, reforma-se o prédio da usina e constrói-se a base de concreto armado da turbina, como parte dos trabalhos de ampliação dos serviços elétricos;

h) em Boa Vista, está em funcionamento a usina diesel elétrica com capacidade de 640 kW;



*Espalhadas por todo o Brasil, as Pioneiras Sociais prestam serviços à Amazônia.*





i) em Rio Branco, foi instalada uma usina diesel-elétrica de 3 000 kVA.

Para 1960, o Orçamento da União consigna Cr\$ 344 500 000: Estudos e Projetos Cr\$ 52 700; Serviços Elétricos (instalação, ampliação, melhoramento e operações) Cr\$ 291 800.

### Outros Serviços

AFORA êsses pontos básicos no planejamento econômico da região amazônica, muito se teria a dizer sobre o que se faz nos setores de Saúde, Desenvolvimento Cultural, Estudos e Pesquisas.

Estão em andamento normal os estudos de Saúde Pública. No setor de abastecimento d'água, as atividades do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) em convênio com a SPVEA, abrangeram as localidades de Capanema, Igarapé-Açu, João Coelho, Salinópolis, Curuçá, Santarém, Monte Alegre, Marabá, Soure, etc.

No Pará estão funcionando 2 hospitais do SESP, 19 unidades sanitárias, 25 subpostos de higiene, de grande valia no setor da medicina curativa e preventiva.

No Amazonas, o SESP mantém 22 postos de higiene; em Goiás, 15; em Mato Grosso 7; no Maranhão, 10.

Em 1959, foi inaugurado o Sanatório "Barros Barreto", em Belém, com 400 leitos, para tuberculosos. A SPVEA contribuiu com Cr\$ 30 959 200 para construção e equipamento desse hospital.

Postos de Puericultura e Clubes de Mães fazem parte do projeto "Alimentação de lactentes, gestantes e mães nutrízes", que vem sendo executado pelos Postos de Puericultura, espalhados pelo Departamento Nacional da Criança.

Outro programa de relêvo diz respeito ao suprimento alimentar aos escolares e pré-escolares, através da Campanha de Merenda Escolar. Os dados de 1958 revelam que foram contemplados 124 Municípios, 910 localidades, 1 401 unidades escolares. A média das merendas servidas por aluno matriculado foi de 53.4. Distribuíram-se 13 169 tambores de leite destinado num total de 13 343 238 quilos. Foram entregues 18 683 latas de farinhas nutritivas com um total de 78 815 quilos.

Em 1959, da verba consignada, Cr\$ 558 295 000, Cr\$ 266 450 000 ficaram em regime de prioridade, ou seja, 47,62%. Até o momento foram assinados con-

vênios no total de Cr\$ 331 975 000, uma vez que os acordos se fazem na base total das dotações, independentemente do critério prioritário adotado.

Para 1960, o Orçamento prevê na verba de ..... Cr\$ 577 287 000, assim distribuídos:

	Cr\$
Estudos e Pesquisas .....	6 000 000
Abastecimento de água .....	118 787 700
Esgotos .....	46 000 000
Melhoria das condições higiênicas das habitações ...	5 000 000
Outros serviços básicos de saneamento .....	3 700 000
Hospitais e Maternidades ....	77 100 000
Postos de Higiene .....	107 700 000
Doenças transmissíveis (tuberculose, lepra, malária e filariose) .....	145 400 000
Nutrição .....	13 600 000

Por fim, no que se refere ao Desenvolvimento Cultural, embora tenha sido bastante sacrificada sua execução em 1959, devido aos cortes adotados pelo Plano de Economia (da dotação de 22 650 000, somente Cr\$ 74 610 000 ou seja 32,77% foram colocados em primeira prioridade), alguma coisa se pôde fazer. Foram incorporadas ao acervo da SPVEA mais 29 bibliotecas, perfazendo o total de 163, o que eleva a 70% o número de Municípios da Amazônia beneficiados.

A Universidade do Pará já possui suas principais escolas em funcionamento. Química Industrial, Escola de Agronomia da Amazônia, Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão, Escolas de Serviço Social e de Enfermagem.

Para o Orçamento de 1960, Cr\$ 260 906 300 foram consignados na verba Desenvolvimento Cultural, assim distribuídos:

	Cr\$
Ensino Primário .....	31 400 000
Reaparelhamento de cursos normais das unidades amazônicas .....	8 000 000
Missões e Centros Sociais ....	32 000 000
Ensino Profissional .....	74 546 800
Formação de Pessoal Técnico ..	11 959 500
Ensino Superior .....	96 700 000
Bibliotecas e Divulgação Científico-Cultural .....	260 906 300

## Conclusão

AO longo deste estudo, que iniciamos discorrendo sobre a rodovia Belém-Brasília e, a seguir, tratamos de vários aspectos, ao menos os principais, do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, tivemos a intenção de mostrar que a SPVEA em última análise, está cumprindo a sua missão, embora não esteja sendo suprida de todos os recursos necessários, recomendados pelo texto constitucional.

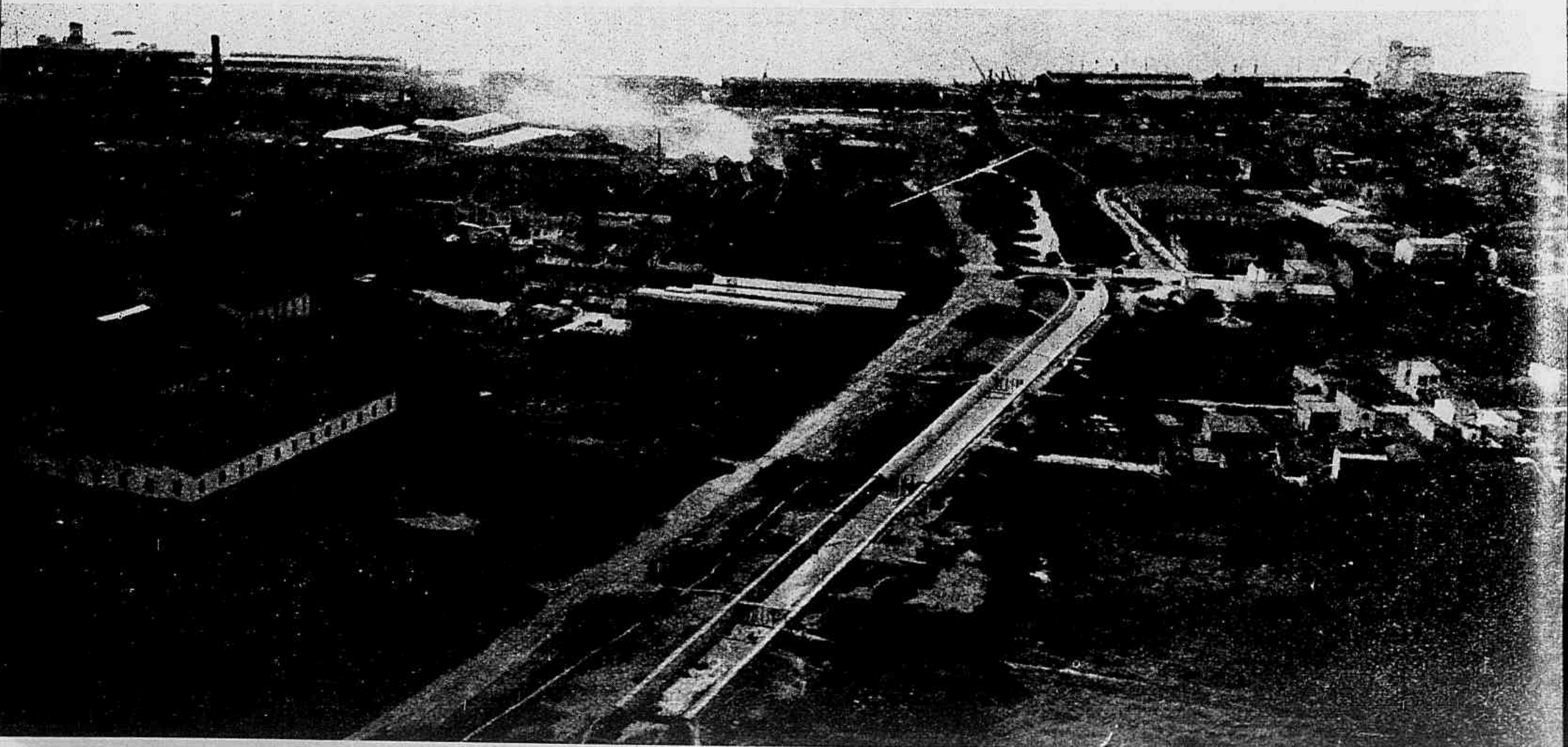
Basta dizer que no quinquênio 1955/1959, os orçamentos aprovados pelo Congresso Nacional montaram a Cr\$ 13 151 238 935. As despesas autorizadas pelo Governo Federal somaram Cr\$ 8 449 586 333,10. Mas, dessa despesa autorizada, a SPVEA só havia recebido, até 31 de março do ano passado, Cr\$ 4 939 211 232.

Das verbas autorizadas, pode-se dizer que de pouco mais de 50 % pôde dispor a SPVEA, com reflexos sérios na realização do Primeiro Plano Quinquenal. É evidente que, num plano de largo alcance como o que se projetou e ao mesmo tempo se executa, as limitações, as retrações de verbas, os cortes à conta de necessidade de equilibrar o Orçamento da União, tudo enfim que transtorne o já deliberado, afeta o conjunto.

Apesar disso, em face do que se fez até agora, das perspectivas que se abrem para o mundo amazônico, pode-se afirmar que sem a SPVEA o Vale ainda seria por muitos anos um pêso morto na economia nacional. A nostalgia da riqueza perdida, de que falamos nas primeiras linhas, acentuaria cada vez mais o complexo de frustração do amazônida. E toda essa região de escasso índice demográfico, de riquezas deixadas ao abandono, voltaria a despertar cobiça, dando lugar ao renascimento de quantas idéias pudessem surgir, inclusive a da internacionalização da Hiléia, hoje definitivamente enterrada. Enterrada pelo êxito da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Diante da Amazônia de hoje, podemos repetir com Raymundo Moraes, aquela observação contida em seu livro *Na Planície Amazônica*, a propósito da transformação telúrica verificada no Acre ao refazer-se da tentativa da borracha: "O Vale enxuga". A Amazônia renasce. Δ

*Relifação do Igarapé das Almas em Belém, pelo SESP.*



# «Cidadão Benemérito de Manaus»



Aspecto da entrega ao Dr. Waldir Bouhid, Superintendente da SPVEA (à direita), pelo Governador Gilberto Mestrinho, Chefe do Executivo do Amazonas, do diploma conferido pela Câmara Municipal da Capital amazonense, de "Cidadão Benemérito de Manaus". No centro, o Vereador Walter Royal, Presidente da Câmara Municipal de Manaus.

ABRIMOS página para registrar a homenagem prestada em dezembro último pela Câmara de Vereadores da Capital amazonense ao Dr. Waldir Bouhid, Superintendente da SPVEA, agraciado, por unanimidade de votos, com o título de "Cidadão Benemérito de Manaus".

Sobre esse acontecimento, divulgamos, na íntegra, os discursos proferidos pelo Vereador João dos Santos Pereira Braga e pelo homenageado, no Legislativo de Manaus.

## Discurso do Vereador João dos Santos Pereira Braga

**A** CONCESSÃO pela unanimidade de votos dos membros deste Poder Legislativo, do título de "Cidadão Benemérito de Manaus", a V. Exa. — Dr. Waldir Bouhid — propicia-nos este encontro cordial e festivo, capaz de reafirmar, porque repetidas vezes testemunhados, a gratidão e o reconhecimento dos brasileiros do Amazonas ao seu trabalho, corajoso, honesto, enérgico e decisivo, à frente dos destinos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Deixando os seus múltiplos afazeres, volta V. Exa. a esta cidade, para receber esta homenagem, tão justa quanto merecida, daqui partindo mais amazonense do que nunca, porque, para gáudio nosso, "Cidadão Benemérito de Manaus".

Recordamo-nos da honrosa visita com que V. Exa. nos distinguiu quando aqui esteve pela primeira vez.

Dissemos, saudando-lhe, que a sua vinda ao Amazonas tinha, ao nosso entender, dupla finalidade: atender ao convite do jovem Governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e auscultar, mais de perto, os nossos problemas.

Reafirmamos, naquela oportunidade, falando-lhe em nome desta Casa, a confiança que o povo amazonense depositaria em V. Exa., certo de que com aquela visita, os nossos problemas, conhecidos "in loco", haveriam de ser solucionados, mercê de um trabalho comum desenvolvido pelo Governo do Estado e pela SPVEA.

Recordamo-nos, por igual, das palavras de Walter Royal, cidadão que, pelas suas virtudes, todo o Amazonas aplaude e admira, quando encerrava os trabalhos daquele dia, dizendo-lhe que o esperava ter entre nós brevemente, cumpridas as promessas feitas, com honestidade e lealdade, por V. Exa., neste Poder, perante o mundo oficial e perante o povo, para receber o título que ora lhe está sendo conferido.

Importante foi o agradecimento de V. Exa. Falando de improviso com a coragem que lhe é peculiar, após explicar os objetivos de sua administração conseqüência de um importante plano de trabalho elaborado por técnicos especializados, prometeu a contribuição da Superintendência na solução de importantes problemas deste Estado,

sobretudo o de energia elétrica, que há vários anos vem sacrificando o desenvolvimento desta outrora bela e encantadora cidade de Manaus.

As promessas não ficaram, porque partidas de quem sempre sentiu as responsabilidades do cargo, registradas tão-somente naquela peça oratória, que a todos entusiasmou.

Pouco depois V. Exa. regressava à capital baré para, cumprindo-as, principalmente no que diz respeito ao problema energético que por certo lhe tocou a sensibilidade de brasileiro ilustre conceder, de público, a contribuição da SPVEA à Companhia de Eletricidade de Manaus, no momento em que uma empresa norte-americana se comprometia, através de dispositivos contratuais, a montar, em Manaus, uma usina termelétrica, composta de três unidades geradoras de 7 500 quilowatts, cada uma.

E se V. Exa. cumpriu, assim, com aquela promessa, esta Casa, do mesmo modo, concretizou as palavras de Walter Royal.

E' para receber o Diploma de "Cidadão Benemérito de Manaus" que V. Exa. aqui se encontra, Dr. Waldir Bouhid.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, fruto da lei n.º 1 806, de janeiro de 1953, é, na verdade, "o instrumento de que se está valendo o Governo Federal para realizar a política de integração da Amazônia aos valores da civilização brasileira".

E' por demais sabido, e alhures já foi proclamado, que na Amazônia está concentrado um dos maiores e mais graves problemas a que a administração nacional foi chamada a enfrentar, "como decorrência do próprio desenvolvimento do País, cuja política de fortalecer a unidade, nas suas normas políticas, sociais, econômicas e espirituais, não permite a sobrevivência de regiões atrasadas em detrimento do todo nacional".

Os dias atuais, pelos acontecimentos que registram, dão-nos a certeza de que a vasta região amazônica, entendida segundo os dispositivos da lei 1 806, necessitava, sob pena de perecer, e com ela nós e os brasileiros de outras plagas, irmãos também corajosos e destemidos,

do cumprimento daquele artigo constitucional, que não poderia jamais permanecer como letra morta na Carta Política de 46.

A este respeito diz-nos Arthur Cezar Ferreira Reis, em "A Assistência Técnica e a Valorização da Amazônia", páginas 11 e 12:

"Quando, em 1946, o legislador constituinte decidiu promover a recuperação da Amazônia, para isso determinando a aplicação, pelo governo federal, de três por cento da renda tributária da União, Estados e Municípios da área por valorizar, evidentemente não ignorou a existência de problemas complexos, difíceis, variados, imensos, que exigiriam, para seu equacionamento e soluções, o levantamento preliminar das condições realísticas da região e a interferência de especialistas, de técnicos, que as estudassem sem os fumos literários.

E tanto assim era que, de logo, fixou que a tarefa de valorização seria processada através de um plano, o que significava a disposição de enfrentar os problemas que mantinham a Amazônia na situação de área subdesenvolvida, não mais pelos processos empíricos das simples dotações anuais a serviços e obras imaginadas sem ordem, sem disciplinação, importando também em confessar o conhecimento daquela realidade crua, para cuja solução havia necessidade do plano de trabalho. Ora, plano de trabalho dessa natureza tinha de partir, evidentemente, do inventário preliminar para a política a ser adotada". (1)

Cumpria à Valorização da Amazônia:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;
- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, promover a execução de suas tarefas sociais;
- c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira".

Nessa obra de valorização, que era preconizada como uma obra de fôlego, a pôr em relevo a astúcia e a competência de quantos fossem chamados a assumir tal responsabilidade, necessitavam ser bem compreendidos e analisados os fatores geográficos e temporais.

Daí ser proclamada, de logo, como decorrência de tais fatores, e por uma necessidade de ordem técnica, que a Amazônia, com uma área de cerca de 5.057.490 km<sup>2</sup>, deveria apresentar-se como um todo, para efeito de planejamento.

Assim, em tais contingências e diante de tais circunstâncias, nasceu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Não é novidade proclamarmos que o novo órgão foi recebido num clima de justa apreensão e dúvida.

Do cumprimento de suas tarefas, a longo prazo como seria a mais acertada exigência, iria decorrer, forçosamente, o êxito que os corações brasileiros almejavam.

Alegre-nos proclamar hoje, que a SPVEA, mercê de Deus, vem dando cumprimento às suas finalidades.

Atualmente ninguém mais põe em dúvida o êxito que aspirávamos. A realidade palpável fala mais alto do que a descrença e o pessimismo dos eternos inconformados.

E a dirigi-la está V. Exa. — Dr. Waldir Bouhid — "Cidadão Benemérito de Manaus" — cujo trabalho vem merecendo do povo brasileiro que acompanha atento os seus passos os maiores elogios e aplausos.

Sabe muito bem V. Exa., como já foi dito, que "o Amazonas há lutado para sobreviver e manter os núcleos de povoamento que se foram formando no espaço e no tempo, com aventuras e sacrifícios, com denodo e abnegação, com sangue e bravura, não só de seus filhos, como, também, de brasileiros de outras paragens irmãs, que promovendo um sistema imigratório forçado por situações ecológicas quase insuportáveis ou chegados por motivos individuais heterogêneos, aqui penetravam e se aglomeravam, aumentando, dessa forma, não apenas o nosso índice demográfico, tão baixo, ontem como hoje, nas áreas de produção agrícola, como auxiliando o nosso desenvolvimento econômico, já agora menos desassistido e irracional do que nos ciclos anteriores".

"A princípio, — continuava Rodolpho Valle, um dos mais apaixonados estudiosos de nossa História — quando

a economia regional podia ser assegurada tão-somente pela produção gemífera e as necessidades existenciais não tinham o imediatismo hodierno, os problemas que se apresentavam sempre encontravam os devidos meios de solução equânime, sem apoio externo. Mas, com o avanço extraordinário do engenho humano, exigindo maior distribuição de serviços; com a concorrência comercial, não só do Oriente, como da própria América, bastante prejudicial à nossa balança de importação e exportação; com o aparecimento da indústria, que tudo reclama: operariado especializado, produção em massa, meios de comunicação bem rápidos, ligação mais próxima entre os centros produtores e os consumidores, monopolitismo técnico, lutas periódicas provocadas por interesses antagônicos, enfim, diante de tudo isso e algo mais proveniente do atual ciclo econômico que a humanidade atravessa, os problemas nacionais se tornaram comuns e passaram a solicitar, como que dominados por fenômenos sociológicos constantes, uma ação em conjunto, para o seu efetivo equacionamento, donde depreendemos que a unidade econômica não se afastaria mais da unidade político-administrativa. Daí haver surgido a necessidade da Transbrasiliana, ligando dois extremos bem afastados do Brasil, num esforço gigantesco de tantos compatriotas — obra tão debatida, servindo de apologia para uns e de combate para outros, dividindo grupos opinativos em manifestações diferentes, provocando apreensões, mas, de qualquer forma, dando maior expansão à civilização no meio da selva, numa grandiosa marcha que só o espírito bandeirante poderia realizar e a confiança de pioneiros resolutos aceleraria para gáudio da nacionalidade, senão no presente, ainda não cheio de incompreensões e de refregas apaixonadas, pelo menos no futuro, quando os sentimentos humanos estiverem desaparecidos pela prudência e pela isenção de ânimos e os perquiridores da verdade histórica traduzirem, de modo incontestado, o que ela representa no panorama sócio-Político-econômico do País."

Está V. Exa. — Dr. Waldir Bouhid — empenhado, e profundamente empenhado, na Transbrasiliana, que se constituirá, não há dúvida, "no mais notável feito da nova geração de governantes brasileiros".

De nossa parte, da parte do povo amazonense, não há dúvida quanto à concretização deste sonho que é tão seu quanto nosso.

O trabalho diuturno em plena mata; o arrôjo e o despreendimento de dezenas e dezenas de operários, na conquista da "hinterlândia", com as perdas irreparáveis de chefe e companheiros diletos, conduzem-nos à certeza de que a meta será brevemente atingida.

Permita-nos proclamar, a esta altura — ilustre "Cidadão Benemérito de Manaus" — que V. Exa., do mesmo modo, e com o mesmo entusiasmo com que se voltou para a Transbrasiliana, atento, e muito bem, para os problemas vitais de nosso Estado, não permitindo, por exemplo, que o energético, levasse a capital amazonense ao esquecimento e ao marasmo.

Seríamos por demais injustos se, analisando as causas e as consequências dos problemas que nos atormentam, afirmássemos que a sua complexidade, cada vez mais crescente, e o seu não equacionamento decorrem da falta de apoio e colaboração do Poder Central.

O fenômeno, como alguém acentua, "data do período colonial, quando os governantes lusos se preocupavam mais com o rio da Prata, quase sem se importarem com o rio Amazonas e os diplomas constitucionais, especialmente as da Velha República, não dispunham de normas asseguradoras do desenvolvimento das Comunas". A Carta Constitucional de 1946 chamou a atenção de todos, indistintamente, para a necessidade e a urgência de empreendimentos no Norte do País, especialmente na Amazônia brasileira, delimitada, posteriormente, pela referida Lei n.º 1 806, de janeiro de 1953.

V. Exa., no entanto, deve ter encontrado o Amazonas, quando veio pela vez primeira, numa fase de franco e inegável desenvolvimento, produto do trabalho desenvolvido pelos governadores trabalhistas.

Podemos afirmar, sem que a nossa manifestação possa ser entendida como uma manifestação essencialmente partidária, que num futuro não muito distante reencontraremos os nossos verdadeiros e gloriosos destinos.

O Governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo,

(1) — Arthur Cezar Ferreira Reis — "A Assistência Técnica e a Valorização da Amazônia" — Setor de Coordenação e Divulgação da SPVEA — Belém-Pará-Brasil — 1955.

este jovem com quem V. Exa. já se congratulou, de público, pela sua ação dinâmica e empreendedora, estadista de reconhecidos e inegáveis méritos, dando prosseguimento às realizações do primeiro governo trabalhista, conduz com segurança a nau governamental, num clima de paz, concórdia e harmonia.

A frente da Prefeitura de Manaus encontra V. Excia. o Dr. Olavo das Neves conceituado médico amazonense, professor catedrático de Medicina Legal da cinquentenária Faculdade de Direito do Amazonas, intelectual de nomeada cujo trabalho em que pese o pouco tempo de atividade, o credencia como um dirigente honesto, dinâmico, tratável, amigo incondicional do funcionalismo, peça importante da máquina também importante que administra o Estado, na grande e imorredoura obra de recuperação e de desenvolvimento cada vez mais crescente que o sacode.

O trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo à frente dos destinos da SPVEA faz parte, bem o sabemos, do excelente plano do Exmo. Sr. Presidente da República.

Está o ilustre dirigente do povo brasileiro empenhado, com todo o ardor de homem público, na construção da nova Capital, "um ato da luta pelo domínio efetivo da terra".

Na realidade, como bem disse certa feita, o então Deputado Vieira de Mello, "a iniciativa da mudança da Capital para Goiás responde à velha aspiração do povo brasileiro, que nunca pôde compreender ficasse a metrópole distante do coração da Pátria. Do Planalto feliz se irradiará o influxo de uma poderosa ação criadora e disciplinadora de energias vitais, prerrogativa admirável do progresso que todos ardentemente desejamos".

Mercê de Deus Brasília é hoje uma realidade indelmentível.

Os que a conhecem são acordes em afirmar a vitória do Presidente Juscelino, que será, em futuro bem próximo, conquistada assim com tanto esforço e abnegação, a própria vitória da gente brasileira.

Servindo, com lealdade, à administração presidencial, na obra ciclópica que está edificando, V. Exa., Dr. Waldir Bouhid, pôde proporcionar ao povo amazonense a solução de um problema tão sério, quão antigo e por demais complexo.

O problema energético na capital amazonense a solução de um problema tão sério, quão antigo e por demais complexo.

O problema energético na capital amazonense, convém destacar, desafiou a astúcia e a competência de muitos que tiveram a responsabilidade de dirigir os destinos deste Estado.

Não é, e V. Exa. bem o sabe, um problema recente. Recentes são as medidas tomadas na administração que findou e no atual Governo.

Creemos que V. Exa. sentiu bem de perto as dificuldades decorrentes da inexistência de luz em uma cidade que precisa crescer, como a nossa, para atingir aquela invejável posição que o futuro lhe reserva.

A maior dificuldade encontrada para que se obtivesse a solução do problema de energia elétrica era a falta de recursos financeiros. A mesma com que o Governo Federal lutou para "expandir o seu parque de usinas geradoras e sistemas elétricos correlatos".

Sabemos quais as providências tomadas pelo Presidente da República, no sentido de obter a concretização, neste particular, do seu programa de governo.

Em Manaus o problema ensejou a organização legal de uma companhia, "cujos recursos são fornecidos, sobretudo, pela União, pelo Estado e pelo Município, este com uma cota bem menor, talvez na razão direta de sua receita orçamentária, porém, em busca de adimplemento de sua obrigação, graças à Lei n.º 697, de 22 de outubro passado, que autoriza a aplicação, na integralização de ações da Companhia de Eletricidade de Manaus, preferencialmente, da importância de Cr\$ 1 200 000 000, à conta da cota do Fundo Federal de Eletricidade, instituído pela Lei n.º 2 308, de 31 de agosto de 1954, a que tem direito o nosso Município".

Hoje podemos dizer, orgulhosos, que a SPVEA, por seu intermédio, não ficou alheia à solução do problema de energia elétrica em Manaus.

As suas promessas foram cumpridas, e até março de 1962 estará definitivamente equacionado este gravíssimo e angustiante problema.

E se V. Exa. soube honrar os seus compromissos, nós, Vereadores, soubemos cumprir com o nosso dever, conferindo-lhe, em nome do povo que aqui representamos, o título de "Cidadão Benemérito de Manaus".

Pode V. Exa. acreditar na sinceridade desta homenagem, produto da gratidão e do reconhecimento dos Brasileiros do Amazonas à obra meritória desenvolvida à frente dos destinos da SPVEA.

V. Exa. veio recebê-la neste mês de dezembro, em meio aos festejos da Padroeira do Amazonas, ao lado de sua querida e idolatrada genitora, que lhe beijará a fronte comovida, plenamente satisfeita, por mais esta recompensa de gratidão que uma coletividade inteira, numa festa como esta, presta à vida de sua vida, ao sangue de seu sangue.

Amazonense de coração, bem o sabemos, V. Exa. agora "Cidadão Benemérito de Manaus", sentir-se-á, de hoje por diante, mais intimamente ligado a esta terra e a este povo, que lhe saúda, por nosso intermédio, na certeza de saudar a um dos mais ilustres homens públicos do Brasil!"

## Discurso de agradecimento, pronunciado pelo Dr. Waldir Bouhid, Superintendente da SPVEA :

Exmo. Sr. Governador do Amazonas,  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e Exmos. Srs. Vereadores de Manaus.  
Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano,  
Exmos. Srs. Secretários de Estado,  
Exmo. Sr. Prefeito da Capital,  
Exmos. Srs. Representantes da Imprensa, escrita e falada,

Meus Senhores e minhas Senhoras.

Neste momento excepcional da minha vida de homem público, quando recebo o título de Cidadão Benemérito de Manaus, que me foi generosamente conferido por esta douta Câmara de Vereadores, tenho o pensamento voltado para a história desta querida capital, uma das mais deslumbrantes entre as histórias das cidades brasileiras.

Manaus nasceu, como Cidade, sob o signo da fortuna, e essa origem lhe dá a grandeza dos reinos encantados. Aqui, os palacetes, os edifícios, os empreendimentos, os serviços públicos, a cultura não obedeceram a um desenvolvimento de sedimentação rotineira.

Em Manaus não predomina historicamente, a marca de uma evolução medíocre. A cidade nasceu tocada pelo gênio que preside os acontecimentos de repercussão mundial.

Recorrendo a estudos e estudiosos da história do Amazonas, entre os quais ao I Plano Quinquenal da Valorização Econômica da Amazônia, de cuja elaboração me orgulho de haver participado, e ao tão ilustre quanto idôneo professor Agnello Bittencourt, em sua obra sobre a Navegação da Amazônia, hoje reeditada pelo Serviço de Divulgação da SPVEA, dirigido, na Representação do Distrito Federal, pelo professor Clóvis Barbosa, encontro dois fatos históricos que foram o bêrço de ouro do nascimento de Manaus, como Cidade: a introdução da navegação a vapor e a descoberta da vulcanização da borracha em 1853.

Tendo recebido o título de Cidade em 1856, Manaus se projetou na economia do mundo em menos de meio século. Situada a mais de mil milhas do Atlântico, em plena selva equatorial, o milagre da sua estruturação como Cidade antecipou-a, em serviços públicos organizados, a quase todas as velhas e grandes cidades do Brasil.

A partir do fim do século passado até 1910, em menos de 20, talvez em menos de 15 anos, na Cidade de Manaus surgiram o seu cais flutuante, luz elétrica, bondes, rede de esgotos, água encanada, pontes sobre os igarapés, monumentos, drenamento subterrâneo de córregos, prédios imponentes, ruas calçadas, o seu magestoso teatro, a par de uma cultura que honrou a sua época.

Faço este breve retrospecto para vincular o esplendor do aparecimento de Manaus e de seu povo valoroso à população de hoje, que herdou as concepções grandiosas dos

seus antepassados e cultivava aquele estilo de trabalho e de vida que lhes foi legado, no grau mais elevado do arrôjo, de civilização, de inteligência e de cultura.

Agora mesmo, em bem curto período, essa força criadora, que levantou esta querida e inesquecível Cidade no princípio do século, vem de ressurgir, em várias iniciativas e empreendimentos, revelando que a assiste o gênio dos fenômenos sociais e não a medianidade dos processos inexpressivos.

Tanto o Poder Público como a iniciativa particular cumpriram programas de envergadura e repercussão social e econômica.

Em menos de três anos, durante os quais esteve o Professor Gilberto Mestrinho no Governo de Manaus e, a seguir, na Chefia do Executivo amazonense, operou-se grande transformação no panorama da Cidade. Máquinas em ação recuperaram e rasgaram ruas, mudando os itinerários, encurtando as distâncias, executando e melhorando programas de velhos traçados.

Para os olhos dos habitantes desta Capital surgiram paisagens diferentes.

Quase simultaneamente, a iniciativa particular instalava em Manaus uma refinaria de petróleo, que está para a indústria e para a técnica como o majestoso Teatro Amazonas está para a arquitetura e para a Arte.

Empreendimento de profunda repercussão na economia do Estado, da região amazônica e do País, que contou com substancial ajuda financeira da SPVEA, a sua realização, tanto eleva os seus idealizadores e executores, desde a projeção científica e realística da refinaria até a formação do seu pessoal especializado, como reabilita o homem amazônico do velho conceito pejorativo que o considerava incapaz de assimilar uma técnica moderna, como a de refinação do petróleo, que inclusive exige disciplina

de trabalho educado no mais alto senso de responsabilidade.

Quero deixar bem claro, bem definido, bem confirmado, o meu orgulho de ser agraciado com o título de Cidadão de Manaus, uma Cidade que nasceu civilizada e onde uma superior consciência popular, que elegeu os nobres Vereadores, o ilustre Presidente desta Câmara, Doutor Walter Rayol e o eminente Governador Gilberto Mestrinho, é o conteúdo honroso de raro e precioso teor dessa condecoração que levarei no coração por toda a minha vida.

Meus Senhores :

O brilhante discurso do nobre Vereador João dos Santos Braga, uma das expressões mais positivas da inteligência e da cultura desta Casa, deu um balanço objetivo na conjuntura regional, em face do desenvolvimento contemporâneo da técnica e da economia racionalizada do País, projetando, nesse quadro, a construção da rodovia Belém-Brasília, à cuja frente me honro de estar, desde a primeira hora, por haver merecido, para isso, a enobrecedora confiança do grande Presidente Juscelino Kubitschek.

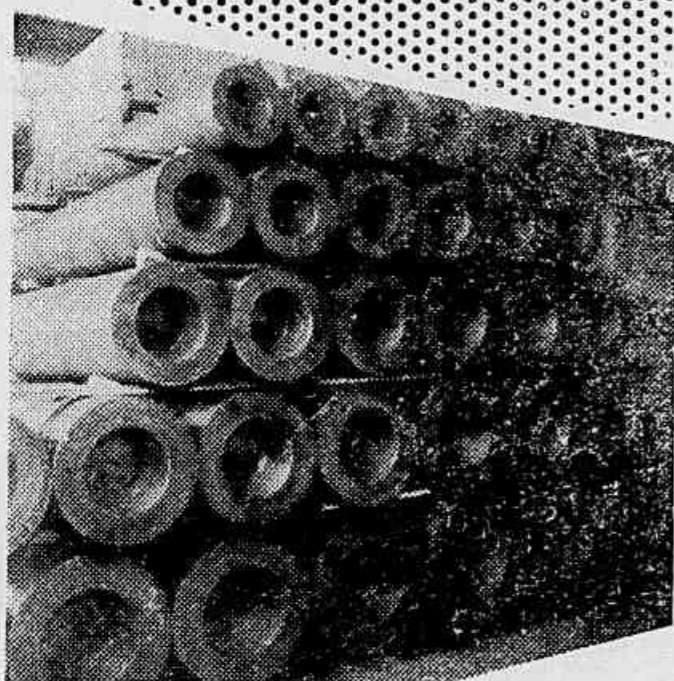
Sejam quais forem as opiniões sobre a estrada da unidade nacional, ninguém poderá ignorar que pesam a seu favor os conceitos de autoridades técnicas de renome internacional, além do apoio de economistas de larga visão de nossa Pátria, que reconhecem nessa Meta do Presidente Juscelino Kubitschek a vertebralização da economia nacional, ligando, através do Brasil Central, os sistemas rodoviários do Nordeste e do Sul do País ao maior sistema fluvial do mundo — o sistema da gigantesca rede hidrográfica da Amazônia.

Quanto ao problema da energia elétrica, também abordado pelo nobre orador, essa é a razão fundamental deste ato que tanto me sensibiliza e que demonstra, como nenhum outro, até que ponto a instalação de uma usina de força e luz corresponde aos interesses econômicos e sociais e aos anseios da população de Manaus.

A esta honra que me conferem os ilustres representantes do povo da Capital do Amazonas, agrada-me responder com a reafirmação mais eloquente do meu senso de responsabilidade de que os compromissos, que vêm sendo cumpridos rigorosamente pela minha administração, continuarão a ser fielmente satisfeitos, até que Manaus reconquiste o seu apogeu de iluminação e força do tempo em que esse aspecto foi um dos seus justos motivos de orgulho.

Mais uma vez e sempre, meus Senhores, ofereço o penhor da minha perene gratidão ao povo desta maravilhosa Cidade ao lado do qual já formo como irmão, mais uma vez ofereço a certeza do meu reconhecimento desvanecido ao eminente Governador Gilberto Mestrinho, de cujas mãos acabo de receber tão honroso título, ao ilustre Presidente da Câmara Municipal, Doutor Walter Rayol, ao também ilustre Prefeito Olavo das Neves e à operosa, digna e nobre Câmara de Vereadores, que me tributou tamanha honra.

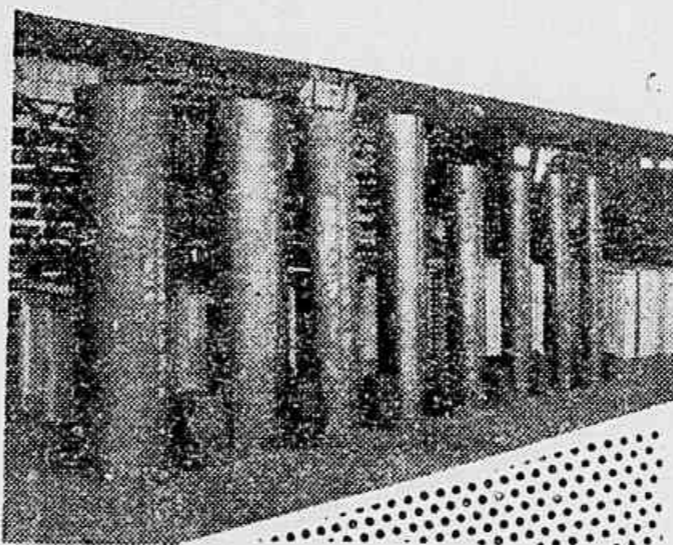
De modo especial reverencio, neste momento, a imprensa falada e escrita, e o bravo povo de Manaus e do Amazonas, esse povo intrépido e trabalhador, hospitaleiro e amigo, que tem sabido honrar as suas virtudes nos períodos mais difíceis da sua história, perante o qual assumo o compromisso solene de continuar dedicando o melhor dos meus esforços ao trabalho de soerguer, econômica e socialmente, a Amazônia, dentro dos objetivos do Planejamento que superintendo, tendo sempre presente a grandeza do Amazonas e progresso do Brasil."



**Carbono Poroso para Difusores e Filtros, Varetas de Carbono para Soldagem, Grafita NCK para Aplicações em Aparelhos Produtores de Energia Atômica etc.**

### NOSSOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Grafita Artificial, Eletrodos, Brochas para limpar Escória de Carvão, "Trolleys" e Câmbias Pantográficas, Resistências de Carbono, Válvulas Eletrônicas de Anódios, Gaxetas de Carbono, Registradores de Carbonos e Elementos Aquecedores.



## NIPPON CARBON CO., LTD.

No. 2, Nishi-Hatchobori 2-chome, Chuo-ku,  
Tokyo, Japan

Cable Address : "NCKCARBON TOKYO"



# Substância Econômica para a Idéia da OPA

JOSÉ GARRIDO TÔRRES

CONSIDERO uma grande honra ter sido convidado para dirigir-vos a palavra este ano, no Almôço das Américas, do Conselho Nacional de Comércio Exterior, e feliz por ter novamente a oportunidade de visitar este grande país onde, durante doze anos felizes trabalhei e muito aprendi. Este prazer é ainda maior porquanto vejo entre os presentes muitos dos velhos e queridos amigos que aqui tive oportunidade de deixar.

Escolhi como tema para o meu discurso o papel que deverá tocar aos Estados Unidos na integração da América Latina. Este é um assunto amplo e complexo e não lhe posso fazer justiça nesta oportunidade. Empregarei, contudo, meus melhores esforços no sentido de vos dar a conhecer alguns pontos-de-vista pessoais sobre o que considero uma política interamericana de cooperação efetiva.

Venho de há muito estudando este problema absorvente e sou de opinião que este Continente somente poderá tornar realidade o sonho de nossos antepassados, de uma livre e progressiva Comunidade, na medida em que nós, na atual fase de nossa história, tivermos a audácia, imaginação, sabedoria e estadismo para trabalhar sincera e honestamente pela formação eventual de um verdadeiro Sistema Americano de âmbito continental. Entre aqueles requisitos também devemos incluir realismo,

tão necessário quanto os demais, mas realismo não deve ser confundido com aquilo que é na verdade miopia ou falta de visão. Todas as grandes e esplêndidas realidades nascem de sonhos também esplêndidos e grandes e devemos ter a coragem e a capacidade de sonhar nesta época materialista de hoje se quisermos enfrentar os tremendos desafios que se nos deparam nos dias de hoje ou num futuro previsível.

Condições gerais de prosperidade e bem-estar em nosso Continente permanecem um sonho e dificilmente pode não ser outra coisa enquanto formos incapazes de formular e aplicar uma nova política que implemente o Pan-Americanismo econômico. Não há dúvida que o Pan-Americanismo é um estímulo de vida internacional já firmado. Sob o ponto-de-vista político e jurídico ele constitui hoje um sistema que é uma lição para o resto do mundo. Mas, infelizmente, falta-lhe conteúdo econômico. A enorme discrepância existente entre os níveis de desenvolvimento e padrões de vida entre as Américas Anglo-Saxônica e Latina encerra uma grande fraqueza. Para consolidar o sistema devemos abandonar a retórica vazia e os chavões repisados e fazer um esforço realmente honesto para encontrar uma fórmula orgânica que remova da forma mais rápida possível aquela disparidade.

Este trabalho de José Garrido Tórres (ex-Diretor da SUMOC e atual membro do Conselho Nacional de Economia), que O OBSERVADOR publica em primeira mão no Brasil, é uma conferência feita em 1958, em Nova York, na Convenção Nacional (americana) de Comércio Exterior. Com a visita do Presid. Eisenhower à América Latina, dando um novo impulso às relações interamericanas, a sua publicação é bastante oportuna.

## Industrialização

HÁ muito estou convencido, Senhoras e Senhores, que a divisão do trabalho como o mundo a conheceu até o primeiro grande conflito do século, desapareceu para sempre. A guerra desorganizou a economia universal e desencadeou um processo que produziu profundas e crescentes mudanças na estrutura do comércio internacional, transformando o padrão anteriormente existente, da troca de produtos manufaturados produzidos por umas poucas nações industrializadas por matérias-primas e alimentos procedentes do resto do Globo. Deflagrada a industrialização nessas áreas, tornou-se ela quase uma religião tanto pelo seu significado quanto pelas suas implicações de ordem social e política. É fundamentalmente um fato sociológico que ilustra o processo de ocidentalização e que se manifesta, atualmente, no fenômeno do nacionalismo, da auto-afirmação das comunidades nacionais por se realizarem. Tendo a industrialização, de um modo geral, se iniciado em países atrasados sem objetivo deliberado, tornou-se uma aspiração e políticas nacionais em quase todos os países politicamente independentes mas economicamente subdesenvolvidos. Uma grande dose de especulação e de esforço teórico ocorreu em várias partes do Globo ajudando a racionalizar esta aspiração bem como a dar substância àquela política.

Da mesma forma que outros, os países latino-americanos tornaram-se conscientes da sua sujeição nos caprichos do comércio internacional, que tende a tornar sua posição relativa crescentemente difícil em decorrência de uma perigosa dependência de algumas matérias-primas e alimentos cujos preços são caracteristicamente instáveis.

Compreenderam aqueles países que se situavam na periferia da economia mundial; não provocavam prosperidade nem depressões; beneficiavam-se das primeiras e sofriam com as últimas — em ambos os casos por mero efeito reflexo.

Realizaram muitos deles esforço acentuado para a industrialização; mas encontram-se longe ainda de se libertarem de sua tradicional dependência. Com efeito, as posições de seus balanços de pagamento refletem essa situação, como muito bem ficou demonstrado na recente reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco de Reconstrução e Desenvolvimento que teve lugar em Nova Delhi. A instabilidade dos preços internacionais dos produtos primários tornou-se-lhes preocupação absorvente, somente comparável com o temor de desemprego, em nações industrializadas. E esta preocupação, conjugada com a impossibilidade de se chegar até hoje a esquemas razoáveis de estabilização de preços com os centros consumidores, explica porque se inclinam pelos recursos aos artifícios de valorizações duvidosas, em um esforço para assegurar o necessário poder de compra para as suas importações correntes, bem como, para aquelas destinadas aos seus programas de desenvolvimento. Sua inabilidade em conseguir adequado financiamento estrangeiro público e privado, bem como investimentos, milita no mesmo sentido. Além disso, uma profunda crença agravou sua posição no seu próprio modo de entender e é a de que, a longo prazo, suas relações de troca tendem a ser mais desfavoráveis do que as dos países que exportam bens industriais. Isto pode ser ainda considerado assunto controverso, mas para fins práticos, os dados relativos ao comércio internacional dos últimos anos não lhes permite muita esperança.

Os relatórios do GATT vêm demonstrando ultimamente que se o comércio mundial se vem expandindo significativamente, isto se deve ao aumento do intercâmbio entre as áreas industrializadas e não entre estas e as produtoras de bens primários — o que, aliás, serve para ilustrar que a industrialização expande o comércio internacional ao invés de reduzi-lo. A produção de sintéticos vem contribuindo preponderantemente para isto, visto como a sua taxa de crescimento tem sido decididamente superior à taxa geral da produção de manufaturados. Tanto é assim que o relatório anual do GATT de 1955 fez a surpreendente observação de que as necessidades de importação das regiões industriais naquele ano, teriam sido 40% superiores, não fosse a produção de sintéticos. Ao que parece, a tecnologia está contribuindo efetivamente para tornar as áreas industriais crescentemente auto-suficientes. Este processo está sendo ainda mais acentuado pelo cultivo de produtos agrícolas antes importados e pela produção colonial.

A tendência para a ampliação do hiato entre as áreas

industrializadas e não-industrializadas foi ainda recentemente confirmada por pesquisas feitas nos Estados Unidos e alhures. Se aceitarmos seus dados como válidos e os projetarmos para o futuro, o resultado será altamente inquietante para as áreas não industrializadas. Em índices de renda "per capita" em dólares, enquanto os países industrializados aumentariam de US\$ 1 159, em 1956, para US\$ 2 351, em 1976, nos países comunistas essa renda se elevaria de US\$ 312 para US\$ 597 e para os países subdesenvolvidos a relação seria apenas de US\$ 118 para US\$ 152. O quadro é sombrio e dispensa maiores comentários.

Comparando-se apenas as áreas industrializadas e de produção primária, verifica-se que, enquanto a renda "per capita" cresceria, nestas, de 28,9% em 20 anos, nas primeiras à taxa de crescimento prevista seria de 103,8%! Em termos relativos, o padrão de vida dos países subdesenvolvidos tenderá a afastar-se cada vez mais daqueles prevalecentes nos países desenvolvidos. Enquanto a relativa dependência dos países industriais decresce em relação aos não-industrializados, o inverso tenderá a ocorrer para com os últimos.

Isto é perspectiva das mais desencorajadoras e plena de significado com relação ao que o futuro reserva à humanidade e não é possível conceber no Mundo, cada vez menor geograficamente e mais interdependente, que isto possa acontecer sem sérias conseqüências.

Esse fato deverá fazer com que as nações de maior responsabilidade considerem cuidadosamente para onde vamos. Isto deverá recordar-nos os ideais generosos da Carta do Atlântico, daquele bravo Novo Mundo que deveria nascer após as duas grandes guerras. É fácil de ver que tal perspectiva não coincide com as aspirações mundiais de hoje, de progresso e crescente bem-estar das áreas atrasadas, que os economistas denominam de "efeito emulação", efeito esse grandemente estimulado por todos os meios modernos disponíveis de informação. É esta talvez a evidência mais clara do imperativo para a cooperação internacional proporcional à magnitude do problema. Por outro lado, levanta uma questão de ordem ética: se é justo que as nações desenvolvidas insistam em estrita reciprocidade em suas transações com os países subdesenvolvidos, como se pudesse existir igualdade econômica entre países economicamente desiguais. Foi esse o motivo que inspirou o Presidente do Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek, quando de seu dramático apelo em favor da luta contra o subdesenvolvimento, que mais tarde seria conhecida como a *Operação Pan-Americana*. Como ele próprio acentuou, desejamos sinceramente formar ao lado do Mundo Ocidental, mas não recebemos com agrado a perspectiva de constituirmo-nos em seu proletariado.

## Futuro da América Latina

A AMÉRICA Latina tinha, em 1955, 175 milhões de habitantes. Estima-se que terá mais 100 milhões em 1975. A parcela de população ativa aumentada somará 38 milhões. Se as tendências verificadas nos últimos 20 anos continuarem, poderá a região ocupar na agricultura 5 milhões de pessoas. Todavia, esta cifra será provavelmente inferior se a modernização dos seus processos de trabalho for acelerada. Que será do futuro dos 33 milhões remanescentes? As economias dos países latino-americanos devem ser dinamizadas se desejamos evitar níveis mais acentuados de pobreza e maior inquietação, se desejarmos que a América Latina se democratize, especialmente em face dos efeitos da propaganda política que salienta o desenvolvimento rápido que se atribui aos países comunistas. Não há alternativa para o progresso econômico na era em que vivemos.

Isto é claramente compreendido na América Latina de hoje. E nada satisfará menos os nossos povos. Nenhum Governo se poderá manter se não reconhecer essa verdade. E esta é a explicação por que, nessa corrida contra o tempo, muitos países se encontram presas da inflação; porque o Estado se vê compelido a investir em tão grandes proporções, na ausência de cooperação internacional adequada; porque insistem em preços altos na esperança de conservar seu poder de compra no exterior; porque se empenham em alcançar um estágio de desenvolvimento próprio que lhes faculte aproximar-se progressivamente dos níveis dos países mais adiantados, ao invés de os afastar cada vez mais destes.

Muito têm realizado alguns países latino-americanos por industrializar-se (concebendo-se o processo não ape-



nas como um fenômeno manufatureiro, mas de produtividade crescente em tôdas as atividades através de métodos modernos de produção). Contudo, os países latino-americanos estão compreendendo rapidamente que o seu objetivo será altamente prejudicado se as suas indústrias continuarem operando confinadas aos seus mercados nacionais. Ao contrário do que muitos acreditam, a América Latina é basicamente complementar quanto aos seus recursos naturais e a industrialização tende a acentuar cada vez mais esse fato. Esta tem sido sua velha embora vaga aspiração. Acentua-se e amplia-se, hoje, o desejo de se proceder de modo mais articulado.

### Transferibilidade dos Saldos

FOI como resultado de cuidadosa investigação *in loco* desta situação em sete países sul-americanos que preparei, conjuntamente com o colega argentino, Euzébio Campos, um relatório recomendando duas linhas de ação ao Comitê de Comércio da CEPAL. A primeira, limitada em seu objetivo, visava encorajar a transferibilidade dos saldos entre certos países que comerciam em moeda inconvertível através acordos bilaterais de comércio e pagamento. Essa recomendação recebeu pronta aceitação e esperamos em breve ter um circuito de quatro países (Argentina, Chile, Brasil e Uruguai) dentro do qual será possível a transferência de saldos e o comércio se expandirá e se diversificará através de maior liberalização. Um Grupo de Trabalho da CEPAL, constituído de representantes de Bancos Centrais, deverá se reunir pela segunda vez, desta feita no Rio de Janeiro, no dia 24 deste mês. Provavelmente, desta reunião emergirá uma agência de compensação.

### Mercado Regional Latino-Americano

A SEGUNDA recomendação indicava a necessidade da adoção multilateral de políticas conducentes à integração de um mercado regional latino-americano com objetivo final. Essa idéia foi proposta em agosto de 1956 e é com grande satisfação que verifico ter ela feito muito maior progresso do que julguei possível, à época de sua apresentação. A idéia parece ter conquistado a imaginação dos povos de toda a área, ao mesmo tempo que um grupo de técnicos vem realizando trabalho eficiente no sentido de encontrar os métodos e meios de torná-la realidade. Na reunião desse grupo, realizada em fevereiro último em Santiago do Chile, as bases do mercado regional foram estabelecidas seguindo as diretivas da Resolução de Buenos Aires, de 1957, que recomendava o estabelecimento gradual e progressivo daquele mercado. A iniciativa privada é sua pedra angular.

Não se trata de uma idéia fantasiosa, mas sim de um programa de ação de longo alcance a ser pôsto em prática com realismo e de forma pragmática. Visa promover a estabilidade desejada para a necessária prosperidade, a uma taxa que não se poderia conseguir por outra forma. A concepção fundamental é de criar uma grande área comercial dentro da qual se teria, eventualmente, o livre comércio de bens e serviços resultante de melhor utilização dos recursos naturais, humanos e de capital, a fim de assegurar o mais alto padrão de vida comensurável com tais recursos. É um esquema para obter, antes de mais nada, que os latino-americanos se auxiliem a si mesmos. Não se caracteriza pelo exclusivismo, permanecendo aberto à participação extra-regional. Na realidade deverá recebê-la com satisfação e oferecer maiores atrativos ao capital, técnica e mão-de-obra oriundos de fora da área. O resultado final só pode ser uma integração mais rápida e maior contribuição à expansão do comércio com o resto do mundo.

A filosofia do mercado regional latino-americano nada tem de revolucionária. Representa o conceito da divisão internacional do trabalho aplicado a um quadro regional. O que tem de revolucionário é a vontade de realizá-lo, que parece estar tomando forma como se pode verificar pela declaração conjunta assinada alguns dias atrás no Rio de Janeiro e dirigida ao GATT, sobre a necessidade da aplicação temporária de uma preferência regional tarifária. Representa também o reconhecimento de que estamos no limiar de uma nova ordem econômica mundial. Uma ordem fundada em grandes espaços econômicos integrados, determinada, de um lado, pelas chamadas economias de escala, características da indústria moderna e, de outro, pela crescente exigência popular de

níveis mais altos de bem-estar social. Não creio excessivamente audacioso afirmar que o regionalismo econômico é um estágio intermédio à futura integração mundial.

### Condições Políticas e Econômicas

SEIS são os princípios primordiais que deverão guiar a formação do mercado regional latino-americano. Os primeiros três deverão estabelecer as condições políticas para a participação dos países na área, sobre bases essencialmente democráticas, respeitando a decisão soberana de cada um, com o objetivo de organizar um sistema econômico pluri-nacional animado pelo espírito de solidariedade. São eles: **igual oportunidade, voluntariedade e não exclusividade.**

Tais princípios deverão ser complementados pelos outros três de natureza econômica imanentes ao conceito de mercado comum: **produtividade, concorrência e especialização.** Tais princípios deverão ter aplicação crescente e gradual. Sua observância é indispensável ao sistema devido à função decisiva que exercerão para assegurar condições de plena economicidade.

Em combinação com os três primeiros, a implementação desses princípios deverá evitar o aparecimento de relações de predominância econômica derivadas de pressões políticas ou devidas à precedência histórica industrial. Se se dá ênfase à produtividade e se se assegura a livre concorrência, a especialização gradual da produção se desenvolverá. Nesse regime, o mais completo comércio livre pode ter lugar eventualmente com vantagem para tôdas as comunidades participantes.

A industrialização amplamente concebida, como indicado antes, será a grande força impulsionadora do mercado regional latino-americano, pois exigirá tal área para produzir seus melhores resultados. Um caso em evidência é o das indústrias básicas que, ou não existem, ou podem ser consideradas em seu estágio inicial. Algumas ainda não foram criadas, pois que os mercados nacionais não são de dimensões satisfatórias; outras não têm condições inteiramente competitivas pelas mesmas razões. É fácil de ver quanto um grande mercado comum poderia interessar não-somente aos investidores latino-americanos de um país específico ou em combinação com elementos de outros países da região, mas ainda àqueles alheios à área, que poderiam igualmente associar-se com o capital local. A existência desse interesse demonstrou-se pelos muitos investimentos novos recentemente levados a cabo no Brasil, tais como as companhias de automóveis, européias e americanas, cujo número e capacidade de produção serão superiores ao consumo doméstico durante algum tempo.

Onde o problema de reajustamento industrial deverá criar maiores dificuldades é no setor de bens de consumo, porém, se um processo gradual de adaptação for pôsto em execução; fácil é compreender que a concorrência determinaria sua distribuição de tal forma que as distorções de investimento existentes seriam corrigidas. Numa estrutura como a que se descreveu, as transferências de unidades podem ser facilitadas, visto que os seus proprietários teriam interesse em substituí-las ou em fundi-las com outras semelhantes existentes fora das fronteiras nacionais, assegurando assim maior remuneração para o seu capital. Os países atingidos, seja do ponto-de-vista fiscal ou pelo desemprego temporário seriam compensados com as rendas de investimentos, preços menores e melhor qualidade para os seus consumidores ou ainda com maior vantagem competitiva dentro do mesmo país devido ao caso de que o capital assim desocupado poderia ser investido noutros campos. Quando pensamos nos grandes segmentos da população, que ainda não ingressaram na economia monetária e tomamos em consideração o crescente poder aquisitivo dos que dêle participam, chegamos à conclusão de que a produção pode ser de tal forma dinamizada que tornaria qualquer reajustamento de mesmos importância.

Todavia, não-somente a indústria se beneficiaria de um mercado regional. A produção de matérias-primas e alimentos ganharia maior estabilidade com a absorção local em maior escala. Esse processo teria a dupla vantagem de tornar a complementariedade latente mais real entre esses países, bem como, evitar novas repercussões adversas sobre suas relações de troca no futuro em decorrência da crescente produção de sintéticos nos grandes centros industriais e da integração euro-africana

(Esta última causa grande preocupação devido à sua provável capacidade competitiva à base de trabalho barato e de uma área preferencial ampliada, que pode promover distorções de investimento e de comércio em virtude de considerações políticas). Parece impossível evitar-se tal consequência se cada um dos países latino-americanos mantiver uma política de desenvolvimento isolada.

A contribuição que o mercado regional latino-americano deverá fazer à expansão do comércio mundial merece atenção particular. É evidente que o aumento geral da renda real deverá levantar o valor de suas importações do resto do mundo. Por outro lado, o mercado regional propiciará condições competitivas para as mercadorias manufaturadas latino-americanas nos mercados mundiais, e poderá ser difícil de obter por países individualmente. Não há dúvida que um grande mercado é um fator positivo no comércio internacional, ainda que seja também auto-suficiente em elevado grau. A melhor ilustração desse fato é a dos Estados Unidos que, embora usualmente não exportem mais de 5% do seu produto Nacional Bruto, participam com cerca de 20% das exportações mundiais totais. Os Estados Unidos sempre foram um grande mercado comum.

### Investimentos

OUTRO aspecto a ser salientado são as oportunidades que serão oferecidas aos investimentos provenientes de outras regiões do mundo. Novos horizontes que não existem presentemente deverão ser abertos, pois a região é hoje dividida em vinte mercados estanques, vinte diferentes sistemas fiscais, vinte estruturas legais separadas. O afluxo de capital e tecnologia estrangeiros (seja de origem pública ou privada) será decisivo para o sucesso do projeto, visto que muito poderá influir sobre a taxa de desenvolvimento. Representa ainda um suplemento à capacidade de importação da área. Como se espera que os fundos europeus para investimento no exterior sejam em grande parte aplicados na África, é provável que as maiores somas de capital investidas, para se valerem das vantagens das novas possibilidades assim criadas em nossa parte do mundo, provenham dos Estados Unidos. É interessante mencionar aqui que, excluindo o petróleo, parece que uma correlação já teve lugar entre o tamanho do mercado e a soma dos investimentos americanos aplicados na industrialização da América Latina. O Brasil, a Argentina e o México contam com cerca de 90%, enquanto os outros 17 países restantes registram o saldo de 10%.

Acredito haver um interesse muito definido dos Estados Unidos no projeto do mercado regional latino-americano. Em primeiro lugar, abre-se assim um campo muito promissor para a aplicação de seus capitais excedentes, muito mais convidativo do que o hoje existente. Em segundo lugar, as exportações americanas tenderão a aumentar ainda que a sua composição se modifique, passando a ênfase para os bens de produção. Em terceiro lugar, este país deverá beneficiar-se da maior capacidade latino-americana de competir no mercado americano com outras regiões, seja em mercadorias primárias ou em produtos manufaturados. Se os Estados Unidos abrirem o seu grande mercado nacional para a multidão de itens que uma América Latina em rápido desenvolvimento lhes pode exportar, tal política além de ser mais compatível com a sua posição mundial de nação credora, decididamente crescerá ao bem-estar de seu próprio povo. Assim, a conclusão lógica é a de que, deixando de lado positivas implicações políticas, os Estados Unidos devem ter alto interesse econômico em que a América Latina ofereça novas e mais atrativas fronteiras para os seus excedentes de capital e de produtos, que eles não podem dispensar no futuro.

### Sistema Econômico Americano

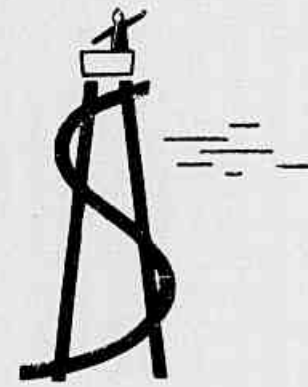
MANIFESTEI a esperança no início deste discurso de que tenhamos um verdadeiro sistema econômico americano algum dia. É óbvio que isto exigirá tempo, visto que até a América Latina não pode adotar imediata-

mente tão tremendo programa como um todo. É concebível que diversos agrupamentos dentro da América Latina sejam formados em zonas diferentes, tal como ilustrado pelo exemplo Centro Americano. Esses agrupamentos serão naturalmente determinados pela contigüidade geográfica, problemas comuns e políticas convergentes. Até onde isto ocorrer, em conformidade com os mesmos princípios e desde que os agrupamentos se conservem abertos, suas órbitas respectivas se expandirão até que eventualmente se fundam entre si. Não estamos tão preocupados em estabelecer, desde logo um mercado comum no estilo europeu, mas pensamos em criar condições para um desenvolvimento econômico complementar, são e rápido. Deverá revestir-se na forma de associação de países em função dos produtos. Assim, nada há que impeça que, malgrado os agrupamentos zonais, certas indústrias básicas não existentes ou incipientes, possam contar com o mercado constituído daqueles diversos países que para elas tenham condições, de forma que o seu desenvolvimento seja célere e mais sólido. Refiro-me, por exemplo, à indústria do aço, cujo mercado poderia ser integrado pelos países que já a possuem ou estão em vias de iniciá-la. Tais países pertencerão a diversos agrupamentos, mas poderiam formar um único mercado para indústrias comuns específicas e, assim, criar um elo vertical que permearia aqueles agrupamentos, o que contribuirá para levá-los à fusão em menor prazo. No processo de implantação do mercado regional latino-americano muitas combinações poderão ter lugar. O que é importante observar, é que ainda que as fórmulas operacionais divirjam, devem todas obedecer aos mesmos princípios. Deverão ser complementares, funcionais, flexíveis e convergentes no rumo do mesmo objetivo — ou seja uma integração eventual de âmbito latino-americano. Ainda que não possamos pensar na inclusão dos Estados Unidos no esquema, devido à grande disparidade existente hoje entre ele e os países do Sul, sonho com o dia em que nosso sistema Pan-Americano venha a ser apoiado por uma sólida estrutura econômica. Aquêles que possam julgar tal concepção absurda, desejaria ponderar que a rápida evolução da tecnologia e as descobertas revolucionárias da ciência colocam meios de produção tão formidáveis nas mãos do Homem, que a taxa de progresso poderá bem alcançar grau nunca antes conhecido. Devemos pedir ao Todo Poderoso para que o homem seja esclarecido e ponha poderes tão terríveis a serviço da abundância e da paz.

Assim, apoiar a idéia do mercado regional latino-americano, ainda que não seja parte integrante do mesmo desde logo, parece-me altamente desejável para os Estados Unidos como para a América Latina.

Contribuindo com uma parte adequada de seu capital público e privado e "know-how", e abrindo os seus mercados às exportações latino-americanas é a maneira mais efetiva pela qual os Estados Unidos podem colaborar nesta histórica fase que está prestes a iniciar-se. Somente assim pode a presente desigualdade entre os mais elevados e os mais ínfimos padrões de vida ser eliminada e ver-se fortalecida a unidade do hemisfério. Esta deveria constituir a moderna concepção do Pan-Americanismo econômico e é sem dúvida lógico que isso assim ocorra.

Espero que a oportuna iniciativa tomada pelo Presidente do Brasil, com vistas ao dinâmico revigoramento do Pan-Americanismo, nos tenha acordado a todos para a tarefa que temos diante de nós. Estabeleceu-se o clima para uma política multilateral, sem dúvida alguma necessária. Economicamente falando, a Operação Pan-Americana deveria compreender duas esferas de ação — uma entre os países latino-americanos, e outra entre a América Latina e os Estados Unidos. Em cada esfera existirão medidas recomendáveis de diferentes tipos, escalonadas a curto, médio e longo termo. Não teria tempo de discuti-las neste discurso já longo, algumas foram referidas anteriormente. Mas, todas elas devem ser consideradas como parte de um programa orgânico de uma política de longo alcance que objetive a integração econômica, primeiro da América Latina e em seguida de todo o sistema Pan-Americano. A Operação Pan-Americana não tem outro significado do ponto-de-vista econômico. A integração é a sua substância.



## Sociedades de Crédito e de Investimentos

ARY S. ÁVILA

**E**M RECENTE ato, o Ministro da Fazenda baixou Instrução regulando a constituição o funcionamento e as atribuições das sociedades de crédito e financiamento e das de investimentos e instituindo o regime de sua fiscalização.

Essas medidas eram esperadas já há algum tempo em conseqüência da expansão das atividades industriais do País e da forte pressão que vinha suportando o nosso mercado financeiro para fornecer os recursos necessários aos novos empreendimentos. Por outro lado, dada a natureza das operações desses tipos de sociedade, tornava-se mister acautelar os interesses dos estabelecimentos bancários, cuja área de operação se entrelaça com a daquelas sociedades.

Assim, as novas instruções começam por definir essas sociedades como instituições de crédito de tipo especial, integrantes do nosso sistema bancário, mas terminam por delimitar o campo de suas atividades a fim de não perturbar o funcionamento da rede bancária do País. São reconhecidos dois tipos de sociedade: a de crédito de financiamento, destinada a praticar operações que se relacionam com a concessão de crédito a médio e longo prazos; e a de investimentos, cuja finalidade é operar no mercado de valores mobiliários. Essas sociedades podem, ainda, constituir um terceiro tipo, misto, desde que se proponham a atuar nos dois campos simultaneamente.

Essas sociedades podem operar por conta própria ou de terceiros, movimentando, para tal fim, os recursos próprios oriundos da constituição do seu capital, dos depósitos recebidos dos seus acionistas ou de terceiros. São considerados recursos de terceiros os destinados a operações pré-determinadas, o levantamento de recursos mediante

quaisquer operações de crédito e a constituição de fundos em conta de participação ou em condomínio.

As sociedades de crédito e financiamento podem praticar as seguintes operações: transações sob contratos de mútuos financiamento de compra ou venda, garantidos por qualquer dos meios admitidos na praxe bancária, exceto a caução de certificados de fundos instituídos pela própria sociedade, pelas sociedades congêneres ou pelas de investimentos; negociação de títulos de crédito, como duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio; participação em operações determinadas, de interesse de outras empresas; financiamento da exportação ou importação de mercadorias e, prestação de aceite ou aval em operações comerciais.

As sociedades de investimentos têm o seu campo de ação circunscrito à participação no capital social de outras empresas; à aquisição, por conta própria ou de terceiros, mediante constituição de fundos ou não, de títulos de dívida pública, federal, estadual ou municipal e obrigações e letras do Tesouro, bem assim, de ações, partes beneficiárias, debêntures, letras hipotecárias, e certificados de participação, regularmente emitidos; à cobrança e pagamento de juros, dividendos e bonificações, custódia e resgate de títulos com que operar; à garantia de subscrição de ações e debêntures emitidas por outras empresas, bem assim realização de recebimentos, pagamentos ou adiantamentos relativos à garantia ou à própria subscrição; e às operações realizáveis pelas sociedades de crédito e financiamento, até o limite de seu capital realizado e reservas livres.

Como se vê, a regulamentação do funcionamento dessas sociedades corresponde a mais um passo na organização e fortalecimento do nosso mercado de capitais.

### Informações

O papel-moeda em circulação em 30 de novembro último, atingiu a cifra de Cr\$ 142 833 978 649,00. Durante aquele mês foram emitidos Cr\$ 4 800 000 000,00 para atender as necessidades da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e resgatados Cr\$ 7 363 100,00 por moeda divisória.

\* \* \*

As despesas orçamentárias para o próximo exercício de 1960 foram fixadas em 194 bilhões de cruzeiros, dos quais 24% (46 bilhões) serão gastos

com a defesa nacional e 37% (73 bilhões) serão aplicados no desenvolvimento econômico do País.

O imposto de vendas e consignações no Estado do Rio Grande do Sul foi elevado para 6% após uma série de entendimentos entre os Poderes Executivo e Legislativo daquele Estado.

\* \* \*

O valor do dólar-fiscal foi fixado em Cr\$ 174,00 para vigorar durante o mês de dezembro.

\* \* \*

O Diretor da Divisão do Imposto de Renda, em colaboração com o Conselho Federal de Contabilidade, instituiu a ficha de registro profissional do responsável pela contabilidade das pessoas jurídicas, a qual será encaminhada aos órgãos regionais daquele Conselho, a quem incumbe a fiscalização do exercício da profissão de contabilista, para os fins de controle.

\* \* \*

O Conselho de Política Aduaneira aumentou a alíquota do imposto de importação sobre o cimento de 10%

para 40% "ad-valorem", com a finalidade de amparar as fábricas instaladas no Nordeste do País.

\* \* \*

O resgate da dívida externa do Brasil relativa a vários empréstimos contraídos na França, Holanda e Inglaterra chegou à fase final com a incineração de milhares de títulos resgatados e com a liberação de saldos existentes a favor do Brasil naqueles países.

\* \* \*

Respondendo a consulta que lhe foi formulada, a Recebedoria do Distrito Federal esclareceu que o recibo de aluguel, no qual seja declarado já ter sido pago o sêlo proporcional no respectivo contrato de locação do imóvel, está isento do pagamento de sêlo simples.

\* \* \*

O orçamento do Estado de São Paulo para o exercício de 1960, foi aprovado com um *deficit* de 500 milhões de cruzeiros. A receita foi estimada em 83 336 milhões e a despesa fixada em 83 836 milhões de cruzeiros.

\* \* \*

Foi publicado em suplemento ao Diário Oficial do dia 15 de dezembro o novo Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda (Decreto n.º 47 373, de 7 de dezembro de 1959).

\* \* \*

De acôrdo com o mesmo prevalecerão durante o exercício de 1960 os seguintes dispositivos: *mínimo de isenção*: Cr\$ 90.000,00; *encargos de família*: Cr\$ 60.000,00 para o outro cônju-

ge e Cr\$ 30.000,00 para cada filho ou dependente menor ou inválido, filha solteira, viúva sem arrimo ou abandonada se mrecurscs pelo marido, descendente menor ou inválido sem arrimo de seus pais; *prêmios de seguros de vida*: até o limite máximo de Cr\$ 150.000,00 não podendo ultrapassar, contudo, a 1/6 da renda bruta declarada, nem ser incluído o prêmio de seguro total a prêmio único; *juros de dívidas pessoais*: limitado em 50% da renda bruta declarada quando exceder a Cr\$ 500.000,00; *despesas com a instrução de filhos ou dependentes menores*: permitidas desde que a renda bruta declarada não ultrapasse Cr\$ 300.000,00. Além desses abatimentos serão permitidos ainda os relativos às perdas extraordinárias, às contribuições e doações feitas às instituições filantrópicas e de pesquisas científicas, às despesas de hospitalização do contribuinte ou das pessoas compreendidas como encargos de família ou dependentes, às despesas com prospecção de jazidas minerais, à prestação de alimentos em virtude de sentença judicial ou admitida em

face da lei civil e aos pagamentos feitos a médicos e dentistas pelo contribuinte ou pessoas compreendidas como encargos de família ou dependentes.

Quando houver, cumulativamente, abatimentos relativos a juros de dívidas pessoais, prêmios de seguros de vida, perdas extraordinárias e contribuições e doações feitas a instituições filantrópicas e de pesquisas científicas, o total não poderá exceder a 40% da renda bruta declarada, ressalvado o limite de Cr\$ 500 000,00 para o abatimento dos juros de dívidas pessoais.

\* \* \*

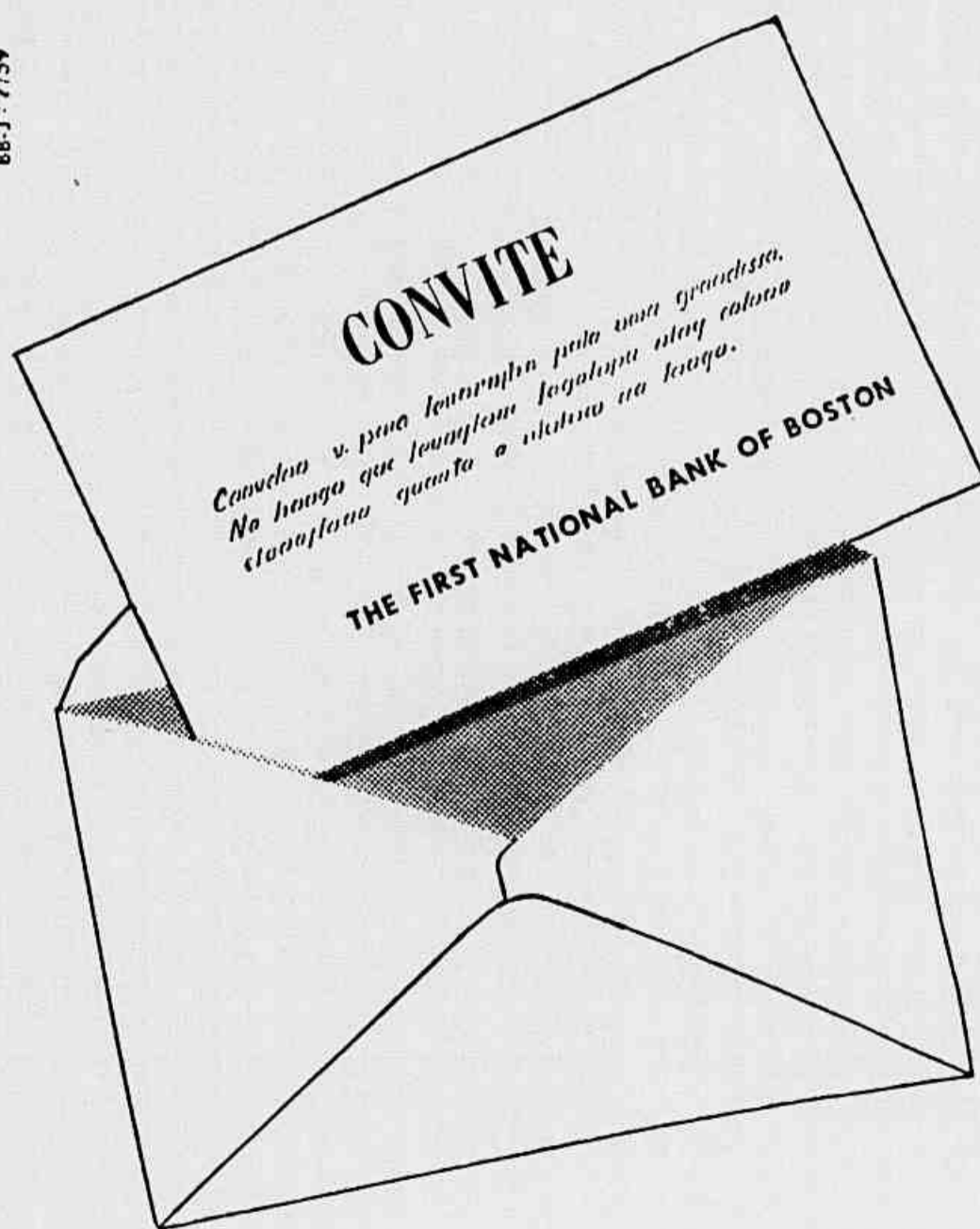
As taxas proporcionais do imposto (de renda) cedular são as seguintes: Cédula "A" — 3%; Cédula "B" — 10%; Cédula "C" — 1%; Cédula "D" — 2%; Cédula "E" — 3% e Cédula "H" — 5%.

\* \* \*

As alíquotas progressivas do imposto (de renda) complementar a serem cobradas no exercício de 1960 são as seguintes:

Até .....	90 000,00	i sentos
De 91 000,00 a	135 000,00	30,00 por 1 000,00
De 136 000,00 a	180 000,00	50,00 por 1 000,00
De 181 000,00 a	225 000,00	80,00 por 1 000,00
De 226 000,00 a	300 000,00	110,00 por 1 000,00
De 301 000,00 a	450 000,00	140,00 por 1 000,00
De 451 000,00 a	600 000,00	180,00 por 1 000,00
De 601 000,00 a	750 000,00	220,00 por 1 000,00
De 751 000,00 a	900 000,00	260,00 por 1 000,00
De 901 000,00 a	1 050 000,00	300,00 por 1 000,00
De 1 051 000,00 a	1 500 000,00	350,00 por 1 000,00
De 1 501 000,00 a	3 000 000,00	400,00 por 1 000,00
De 3 001 000,00 a	4 500 000,00	450,00 por 1 000,00
Acima de .....	4 501 000,00	500,00 por 1 000,00

BB-1-7/59



## Temos o prazer de convidá-lo a ingressar em nossa lista de bons clientes

O senhor e todos os membros de sua família serão recebidos em nossa organização com a máxima atenção e cortesia, seja para fazer um pequeno depósito, seja para realizar a mais complexa operação bancária. Faça também seus os 175 anos de experiência do Banco de Boston, líder em atividades bancárias nas Américas.

Contas-Correntes, Populares, Depósitos a Prazo, Câmbio, Guarda de Valores e todos os demais serviços bancários.



**The FIRST NATIONAL  
BANK of BOSTON**

(Fundado em 1784)

Filiais nas Américas e 22.000 (vinte e dois mil) correspondentes em todo o mundo.

Rio: Av. Rio Branco, 18 (Entrada também pela Rua Beneditinos, 16)  
S. Paulo: Rua 3 de Dezembro, 50 • Santos: Praça Visconde de Mauá, 14

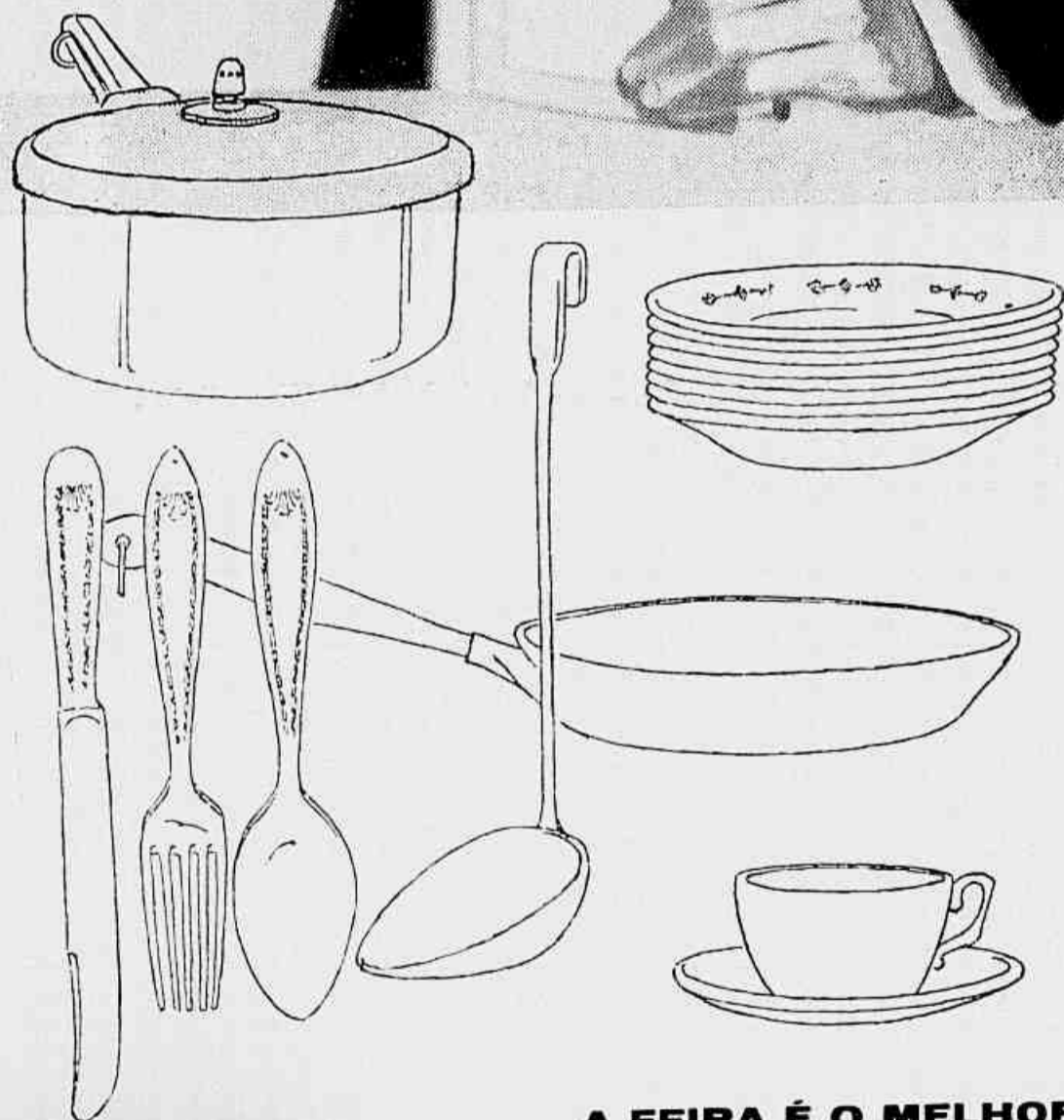
# SEU RAMO DE COMÉRCIO SÃO OS UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS?

prepare-se, então, para lucrar  
bastante, visitando e  
comprando na

feira nacional de utilidades domésticas

Numa fabulosa vitrine de 20.000 m<sup>2</sup> é apresentada a mais completa e perfeita visão de nosso progresso industrial no campo das utilidades domésticas. Sob um mesmo teto, tudo o que se produz para o lar moderno, proporcionando mais conforto e economia, é mostrado dentro de quatro grupos básicos de utilidades: **utensílios domésticos - aparelhos elétricos - acabamento interior - mobiliário e decorações.**

Esta será uma oportunidade única para comparar modelos, qualidade e preços, tudo num só local, e realizar **NEGÓCIOS ALTAMENTE VANTAJOSOS**, porque realmente



**A FEIRA É O MELHOR LUGAR  
PARA FAZER BONS NEGÓCIOS**



feira nacional de utilidades domésticas

— 19 de março a 3 de abril de 1960 — IBIRAPUERA — SÃO PAULO

Patrocinada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Promovida e realizada pela Alcantara Machado Comércio e Empreendimentos — Rua Brasílio Machado, 60 - Tel.: 51-0141 - SP.

VÔOS  
DIÁRIOS \*  
PARA

# NEW YORK

Maior conforto  
no menor tempo de viagem!  
Duas aeronaves moderníssimas.  
Um só serviço  
o melhor, o mais luxuoso,  
o serviço aéreo brasileiro  
de classe internacional  
- o serviço VARIG

**CARAVELLE**

JATO PURO

**SUPER**

**CONSTELLATION**

INTERCONTINENTAL DE LUXO

Consulte  
sua Agência  
de viagens ou

\* exceto às quartas-feiras

**VARIG** – a pioneira